



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

UNIVERSALISMO, GUERRA E PROFECIA: Maranhão no tempo da
Restauração Portuguesa nos escritos do Padre Antônio Vieira (1641-
1653).

Nathalia Moreira Lima Pereira

São Luís – MA

2016

UNIVERSALISMO, GUERRA E PROFECIA: Maranhão no tempo da Restauração
Portuguesa nos escritos do Padre Antônio Vieira (1641-1653).

Nathalia Moreira Lima Pereira

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Alírio Cardoso – UFMA/PPGHIS (Orientador)

Profa. Dra. Helidacy Maria Muniz Corrêa (Avaliadora Externa. UEMA)

Prof^a. Dra. Maria Izabel Barboza de Moraes (Examinadora Interna. PPGHIS-UFMA)

Prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos (PPGHIS-UFMA. Suplente)

São Luís- MA

2016

Veni, vidi, vici...

[Júlio César]

*Rei não por ambição de reinar, senão por
compaixão de libertar; rei
verdadeiramente imitador do Rei dos reis,
que sobre todos os títulos de sua grandeza
estimou o nome de Libertador e Salvador.*

*[Sermão dos Bons Anos, Padre Antônio
Vieira.]*

RESUMO

O presente estudo analisa o papel do Maranhão nos escritos político-proféticos do Padre Antônio Vieira. No contexto da Guerra de Restauração (1640-1668), a vasta obra do Padre Antônio Vieira, que incluindo cartas, sermões e seus escritos políticos-proféticos, reinventa o tema do universalismo para incluir a recém restaurada nação nos planos de reconhecimento e legitimidade de sua independência. Entretanto, seus escritos estão para além do espaço europeu, fixando-se também na América portuguesa e no próprio Estado do Maranhão. O presente estudo investiga os impactos da Restauração e da guerra luso-castelhana neste território e no que podemos chamar de Atlântico Equatorial. Assim, buscamos compreender como elementos associados, como a diplomacia vieiriana, a Guerra de Restauração, o Atlântico Equatorial e o Estado do Maranhão se integram em um projeto ao mesmo tempo de conquista política e de conversão, reinventados nos limites do providencialismo português.

Palavras-chave: Padre Antônio Vieira; Restauração; Universalismo; Maranhão; Guerra; século XVII.

ABSTRACT

The present study analyzes the role of Maranhão in the political-prophetic writings of Father Antônio Vieira. In the context of the Restoration War (1640-1668), the vast work of Father Antonio Vieira, which includes letters, sermons and his prophetic-political writings, reinvents the theme of universalism to include the newly restored nation in the plans for recognition and legitimacy of Their independence. However, his writings are beyond the European space, setting also in Portuguese America and in the State of Maranhão itself. The present study investigates the impacts of the Restoration and the Luso-Castilian war in this territory and in what we can call the Equatorial Atlantic. Thus, we seek to understand how associated elements such as Vieira's diplomacy, the war of restoration, the Equatorial Atlantic and the State of Maranhão are integrated into a project at the same time of political conquest and conversion, reinvented within the limits of portuguese providentialism.

Key-words: Father Antônio Vieira; Restoration; Universalism; Maranhão; War; seventeenth century.

SUMÁRIO

Agradecimentos	7
Mapas e imagens	9
INTRODUÇÃO	10
1. D. JOÃO IV E O PRIMEIRO DEZEMBRO	23
1.1. Mística e política: Perspectivas historiográficas	23
1.2. Representar o novo rei: as crônicas da Restauração em Portugal	31
1.3. Legitimar a nova Monarquia: o novo rei no Novo Mundo	34
2. UNIVERSALISMO VIEIRIANO: messianismo e diplomacia	44
2.1. Restauração e os jesuítas	44
2.2. O destino da América	51
2.3. Restaurar Portugal: as propostas econômicas do Padre Antônio Vieira	59
2.3.1. Para o equilíbrio do reino... O famoso Papel Forte	63
2.3.2. A participação dos judeus na reconstrução do reino luso	68
2.4. Vencer a guerra: as propostas bélicas	74
3. VIEIRA E O ATLÂNTICO EQUATORIAL	82
3.1. O Mar, o rio e suas rotas	82
3.2. Amazônia e a guerra luso-castelhana	85
3.3. Uma geografia profética	91
3.4. O Maranhão profetizado	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	108

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um desafio, uma acolhida difícil, porém necessária. Sem o apoio dos familiares, amigos e professores esta pesquisa seria apenas desejo e sonho, agora realidade! Ao longo desse trabalho perdi e reencontrei pessoas, sentimentos e vocações. Gratidão aos que resistiram presentes a essa jornada, firmes, pacientes, amorosos e surpreendentes. Cada um tomou forma e se tornou parte deste trabalho.

À minha família: Aos meus pais, Paulo Sérgio Pereira e Liliam Moreira Lima Pereira, que moldaram com amor e sabedoria minhas mãos e mente para o desafio do aprendizado. Aos meus filhos, Paulo Renato e Alina, pelo amor incondicional que sempre carregarei em meu coração. Ao meu irmão Raphael Moreira Lima Pereira pela bondade de ser sempre presente. Aos meus avós, Sebastião Moreira Lima e Doralice Moreira Lima pela inspiração. A Alírio Cardoso pela cumplicidade de sermos um em quatro. Aos tios, primos e cunhada, Luciane Souza, pelo carinho e apoio, em especial a dinda Laryssa Miranda, meu muito obrigado! A Nando Arouche pelo incentivo e permanência.

Aos amigos: Jaciara Fonseca, Carlos Alberto de Carvalho, Camila Portela e Thiago Lima pelo apoio, risos e parceria, lado a lado na trajetória acadêmica. Inaê Mota pelo amor imenso desde a infância. A Denise Mota, melhor professora de História dentro de casa. Matilde Coqueiro e Sarah (Uau) Ferreira, amor sem fim, dentro e fora do reggae ou do samba! Aos amigos do mestrado: Leide Ana caldas, Eline Ehrich, Isabela Alves Silva, Nila Michele e Susy Nathia pelo apoio, força e presença. João Otávio Malheiros e Flávio Poeta pelo companheirismo e colaborações afins. Milena Rodrigues, Rosângela Lima, Kalil Kaba, Adriano Kilala, Wendell Brito, Marcelo Costa e Rafael Aguiar pelos agradáveis momentos.

Aos professores da Universidade Federal do Maranhão, Regina Helena Faria, Marize Helena Campos, Adroaldo Almeida e Lyndon de Araújo santos, inspirações desde a graduação. Marcus Baccega, Maria Izabel Moraes Oliveira, Antônia Mota, Josenildo Pereira e Régia Agostinho pela troca de saberes nas disciplinas do mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(CAPES).

MAPAS E IMAGENS

1. Quadro de Felipe IV.	45
2. Quadro “A Recuperação da Bahia de Todos os Santos”.	55
3. Felipe IV e o valido Conde-Duque de Olivares.	56
4. Mapa de Diogo Homem (1558).	83
5. Representação das correntes marítimas do mar do Norte.....	96
6. Mar dos Sargaços e suas correntes.....	96
7. Mapa “La America” de Pierre Gendron (174?-1758)	97
8. Frontispício de História do Futuro de Antônio Vieira.....	99
9. Mapa da Jornada de Pedro Teixeira.....	104

INTRODUÇÃO

Antônio Vieira Ravasco nasceu em Portugal em 1608, foi criado e educado no Brasil onde se formou padre da Companhia de Jesus pelo Colégio da Bahia. Retornou ao reino em 1641, aos 33 anos, na comitiva de reconhecimento ao novo rei aclamado, D. João IV, após a “rebelião de Portugal” em 1640.¹ Um jesuíta orientado nos preceitos da chamada neoescolástica, que articulava ensinamentos de teologia, retórica e política em uma chave teológico-jurídica que adequava a ideia de Deus às diferentes realidades da época.² Tal como veremos mais tarde, para a historiografia, o padre Vieira teria atravessado diversas fases, desde a sua formação clerical, durante a União Ibérica (1580-1640), até quando atuou como enviado político da Corte após a Restauração Portuguesa.

Há muitos estudos hoje sobre a relação entre a Restauração e a participação política da Companhia de Jesus no mundo português. Sabe-se que esse movimento contou com a ação direta de diversos padres, assim como da nobreza lusa, ambos grupos descontentes, por motivos diferentes, com o domínio castelhano. Os próprios motivos da independência portuguesa, após sessenta anos de integração à Monarquia Hispânica, são variados e nem sempre fáceis de entender. Entre os tópicos mais importantes dessa explicação está a pressão fiscal exercida pelo governo do conde-duque de Olivares (1587-1645), mas também a conspiração da nobreza lusa contra os representantes diretos do poder castelhano, com a consequente aclamação do duque de Bragança, dando início a uma guerra que só terminaria no ano de 1668, com o reconhecimento da independência por parte da Espanha.³ Nesse contexto,

¹ Questão levantada pela historiografia recente que revisa a Restauração de 1640. Ver: HESPANHA, Antonio Manuel. Introdução. In: ALVARES, Fernando Bouza. *Portugal no tempo dos Filipes: Política, cultura e representações*. Lisboa: Cosmo, 2008; GROH, Thiago. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antonio Vieira: as negociações com os países Baixos (1641-1648)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

² Sobre o tema, ver: HANSEN, João Adolfo. Sistemas doutrinários da representação nas obras de Antônio Vieira. In: *Vieira: vida e palavra*. Organizadoras: Silvia Maria Azevedo e Vanessa Costa Ribeiro. Edições Loyola, São Paulo, 2008, pp. 157-189.

³ A bibliografia sobre o tema é diversificada. Ver, por exemplo: CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. In: *Hispania*, vol. LXIV, nº 216 (janeiro-abril, 2004), pp. 117-156. VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal – guerra e restauração 1640-1668*, A Esfera dos Livros, 1º ed. Lisboa, 2006. SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

Vieira teve clara influência no curso dos negócios de Estado em Portugal, assumindo a função de conselheiro político na corte de D. João IV, em 1641.⁴

Entretanto, o que considerava Vieira uma ação estritamente política? Sobre o tema, a historiografia tem insistido na definição de uma chamada fase política e diplomática do famoso padre. Porém, para Pedro Cardim, Vieira tem o “entendimento católico da política”, fruto da visão de mundo da época e da indivisibilidade do espiritual e do material.⁵ Inegavelmente, sua obra é de grande importância para a formação do imaginário religioso e político no cenário português e Vieira tem recebido um tratamento relevante dentro da análise dos modelos de escrita erudita, quer seja nos sermões, quer seja nas cartas e discursos. Aliás, o modelo que a narrativa vieiriana segue tende a acomodar-se aos fundamentos e regras estabelecidas por conhecidas preceptivas da época, criando, para muitos autores, um “discurso” que ultrapassa ou restringe o estatuto do “real”.⁶

A própria carta, segundo o modelo proposto por João Adolfo Hansen, deve ser lida a partir de uma mediação constante entre a apreciação que os autores da época fazem do tempo presente e a representação do passado.⁷ Para Hansen, a representação do discurso vieiriano está pautada em uma doutrinação escolástica de artifícios retóricos. A *inventio*, um dos muitos artifícios retóricos que o jesuíta utiliza, tem a capacidade engenhosa de criar um argumento que possa persuadir o público e assim *re-presentar*, no sentido de revelar, a condição de verdade divina inserida no discurso erudito.⁸

⁴ O lema “ser útil” fazia parte dos ensinamentos do padre fundador da Companhia de Jesus, Inácio de Loyola. Ver: *Constituições da Companhia de Jesus*. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

⁵ A biografia do Padre Antônio Vieira é bastante vasta, utilizamos no decorrer do trabalho a que é considerada de maior importância para a literatura brasileira, a de João Lúcio de Azevedo, publicada em dois volumes, o primeiro em 1918, e o segundo em 1921, e a mais recente publicação biográfica do jesuíta, de Ronaldo Vainfas, publicada na coleção *Perfis brasileiros*. AZEVEDO, João Lúcio. *História de Antônio Vieira*. Tomo I e II – São Paulo: Alameda, 2008 e VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei* – São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

⁶ Documento que regula todo o funcionamento da Companhia de Jesus e direciona a arte de escrever, cartas como função bem definida das missões, e da prática da conversão, redigida em 1539 e aprovada em bula papal em 1540. Ver: PÉCORA, Alcir. *Cartas à Segunda Escolástica*, p.380. In: *A outra margem do Ocidente*, org. Adauto Novais, São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

⁷ HANSEN, Adolfo. Vieira: tempo, alegoria, história. In: *Broteria*, vol. 145, n. 4, (1997), pp. 541-556. Ver também: HANSEN, João Adolfo. *Cartas do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2003, pp. 45 a 55.

⁸ Sobre a questão do convencimento retórico, ver a obra célebre do filósofo Aristóteles, *Arte Retórica*. Em uma perspectiva heideggeriana, o sentido hifenizado da palavra re-presentar também se inclui na

O discurso também se pauta evidentemente em representações, e como afirma Pierre Bourdieu, decorre dele definições do real que se engendram em campos de forças suscetíveis às configurações de um grupo constituído.⁹ Vieira, mesmo honrando sua matriz discursiva, que abrangia todo um sistema régio e canônico, configurado numa ordem escolástica, torna-se sujeito de ação e linguagem, tal como estabelecia os próprios documentos fundadores da Companhia de Jesus. Tal diálogo contribuiu para que a retórica vieiriana atuasse, sem ser contraditória, em diferentes matérias, política, missionária ou diplomática. Assim, parece ser possível o estudo de uma instituição, como a Companhia, ou um personagem, como o padre Vieira, na multiplicidade dos espaços e tempos em que eles se inserem.¹⁰

Em um esforço de compreender sociologicamente o sujeito Vieira, é necessário levar em conta o contexto sócio-cultural da própria Restauração Portuguesa. É possível neste estudo seguir uma linha próxima do que fez Norbert Elias em sua obra *Mozart: sociologia de um gênio*, a respeito do renomado pianista Wolfgang Amadeus Mozart. Elias retoma a relação indivíduo-sociedade tão debatida pelos analistas do discurso da Escola Francesa, e atrela elementos da sociologia e da psicologia para demarcar os limites possíveis entre a vontade do indivíduo e os parâmetros sociais aos quais ele pertence.¹¹ Elias, então, contrapõe dois conceitos que claramente podem se tornar analogias para o discurso vieiriano, as categorias de “arte de artesão” e “arte de artista” que se referem respectivamente ao tipo de arte imposta pela Corte, ou seja, a arte oficial; e ao tipo de arte voltada para uma maior independência do artista, a arte individualizada e “livre” que capta o próprio gosto do artista.

Em relação ao Padre Vieira, é possível compreender o personagem a partir de uma transição que implica um equilíbrio de forças entre os dois parâmetros

obra de Vieira à maneira de “voltar a fazer presente” a verdade divina revelada nas escrituras. ARISTÓTELES. *Retórica*, trad. e notas Edson Bini, Edipro, 2011. HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo* (Parte I). Editora Vozes, Petrópolis, 1995. Ver também: BACCEGA, Marcus. “A Razão da Loucura: Ironia e Humanismo em Erasmo de Roterdã”. In: *Escritos*: revista de ciências humanas, vol. 6, nº. 1, Rio de Janeiro, 2010, pp. 149-173.

⁹ BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte*: gênese e estrutura do campo literário. Tradução de Maria Lucia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 15 e 16.

¹⁰ Ver: CHARTIER, Roger. *A História Cultural*: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 17.

¹¹ ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

empregados: o *establishment* e a *vanguarda*.¹² Evidentemente, não podemos transpor esse anacronismo para o contexto português analisado, mas entender que a sociedade de Corte portuguesa e a Igreja tentavam moldar os estilos e modos de pensar e agir de seus colaboradores, incluindo os padres da Companhia.

O recurso à retórica caracteriza uma prática bastante antiga utilizada pelos gregos e latinos, com base em clássicos como Aristóteles, Cícero e Quintiliano, que como mestres do conhecimento propunham formar através desse recurso o chamado perfeito orador. Esses eruditos eram lidos e estudados em uma nova abordagem, pautada na religiosa cristã. Como *tékhne*, a retórica se instala nos regimes discursivos da antiga oratória, desenvolvendo a arte de falar bem, a *ars rhetorica*, e a arte de fazer bem, a *ars poetica*. Importante salientar, a tensão existente entre esses dois pontos, construída lá na Antiguidade por Platão, que desqualificou a retórica apontando-a como a técnica de “não falar a verdade”. Tal tensão, originada a partir da obra platônica, *A República*, é lembrada até os dias atuais pelo senso-comum.¹³

Vieira, por outro lado, pratica uma retórica eficaz que teatraliza os argumentos bíblicos conjugando-os com as novas condições políticas e econômicas do Portugal restaurado. Na tentativa de promover o novo rei aclamado, o padre personifica-o em seus mais variados aspectos, seja político, místico ou messiânico.¹⁴ Vieira pertence, assim, a um mundo moldado pelo barroco ibérico, que tenta superar as crescentes mudanças e tensões advindas da Reforma Protestante. Tais mudanças começaram a se estabelecer numa Europa em constante crise econômica e religiosa, como consequência da Guerra dos Trinta anos (1618-1648), verdadeiro palco de tensões entre católicos e protestantes. Essas tensões se projetaram em mudanças e

¹² *Op. Cit.*, 1995, pp. 45-47.

¹³ Na obra *A República*, de Platão, em seu livro X, esse impasse se inicia com a expulsão dos poetas da cidade por Sócrates, julgando-os meros imitadores da verdade. “*Sócrates: Tomemos como princípio que todos os poetas, a começar por Homero, são simples imitadores das aparências da virtude e dos outros assuntos de que tratam, mas que não atingem a verdade. São semelhantes nisso ao pintor de que falávamos há instantes, que desenhará uma aparência de sapateiro, sem nada entender de sapataria, para pessoas que, não percebendo mais do que ele, julgam as coisas segundo a aparência*”. Ver: PLATÃO. *A República*. Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1997. p.328 e HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. Matraga, Rio de Janeiro, v. 20, n.33, jul/dez. 2013, p. 14-16. Acessado em: www.pgletras.uerj.br/matraga/matraga33/arqs/matraga.

¹⁴ Ver: CAMARGO, Patrícia de Freitas. *Discurso e decurso: A relação entre retórica e história na História do Futuro, do Padre Antônio Vieira*. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011, p. 01-16.

rupturas de interesses políticos e religiosos, com profundas transformações que “se operaram na consciência e sensibilidade dos homens”, segundo um dos seus grandes intérpretes.¹⁵ Para Maravall, a “cultura do barroco caminha no mesmo pé que a vida religiosa e a Igreja”, e assim a doutrina jesuítica trabalha na constante adaptação, para não dizer manutenção, da doutrina canônica. Em pleno dualismo da Reforma e Contrarreforma, a Companhia de Jesus se estabelece, segundo Maravall, como a “arte da oposição”, perspectiva bastante relevante para o cenário histórico-político do Portugal restaurado.¹⁶

Segundo Alcir Pécora, a “sensibilidade do barroco” se encontra justamente na sua “pretensão de originalidade” que se manifesta em variados estilos consagrados pelas Ordens religiosas, incluindo a Companhia. Para Pécora, tais “deslocamentos doutrinários” beberam no neoplatonismo, no neotomismo e inspiraram um barroco peninsular voltado a “uma filosofia política acomodada a um projeto da cristandade na história”.¹⁷ Seguindo essa linha de interpretação, Vieira concentra sua doutrina teológico-política na sustentação de uma monarquia universal cristã. Ainda assim, a historiografia tem insistido, por vezes, na representação de um Vieira multifacetado, dissociando e confrontando seus aspectos político, religioso e até mesmo diplomático. Exemplo disso é a clássica *História de Antônio Vieira*, de João Lúcio de Azevedo, que apresenta um jesuíta fragmentado em seis personagens, o religioso, o político, o missionário, o “vidente”, o “revoltado e o “vencido”.¹⁸

Para explicar a unidade temática da escrita vieiriana, Alcir Pécora formulou outra hipótese ao propor a existência de uma unidade teológico-retórico-política que apresenta um Vieira integrado ao que o autor chama de matriz sacramental, onde a presença divina atua nos ouvintes direcionando-os às finalidades cristãs propostas

¹⁵ MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*; prefácio Guilherme Simões Gomes Jr.; tradução Silvana Garcia. – 1. Ed. 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, pp. 70 e 71.

¹⁶ MARAVALL. *Ibidem*, p.71.

¹⁷ PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira* – 2º edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008, pp. 36-37.

¹⁸ AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira*. 2ª edição. Lisboa: Livraria Clássica, 1931.

pelo *corpus* católico das monarquias modernas.¹⁹ Esta unidade teológico-retórico-política reabilita o debate historiográfico sobre o universalismo vieiriano, bastante difundido em sua doutrina messiânico-profética. Tanto no assim chamado período diplomático, quanto no tempo em que atuou como missionário no Estado do Maranhão, tais doutrinas levantavam uma das questões mais debatidas na historiografia e da fortuna crítica vieirianas, o projeto do Quinto Império.

Portugal entre muitos cronistas sempre foi uma nação vista como privilegiada pela graça divina. Um famoso episódio consagrou as narrativas de efeito milenarista, o chamado “milagre de Ourique”. O “milagre” celebra a vitória ibérica na Guerra de Reconquista contra os mouros e inaugura a fundação miraculosa de Portugal, com a aparição de Cristo a D. Afonso Henriques, a 25 de julho de 1139. Da mesma forma, no messianismo-sebastianista que pretendia o retorno de D. Sebastião, desaparecido na Batalha de Alcácer-Quibir, reinventou-se o sentido místico da graça divina na figura de D. João IV, o rei da Restauração.²⁰ A imagem mítica de um rei amparado por Deus passa a ser utilizada como instrumento de legitimação da nova monarquia, imagem multiplicada em crônicas, cartas e sermões. Antônio Vieira soube se apropriar desses elementos na elaboração de seu projeto universal.²¹

O Universalismo, projeto definido como uma missão global iniciada pela Igreja católica e pelos Estados Modernos, propunha a conversão e salvação de gentios, protestantes, judeus e mulçumanos e sua integração a uma nova identidade coletiva liderada pelos portugueses e legitimada pelos missionários. Nessa perspectiva, Vieira se inspirava nessas práticas e atitudes, também para legitimar a monarquia restaurada, podendo, a partir de sua obra determinar o destino de seus

¹⁹ Sobre o tema ver: PÉCORA, Alcir. Para ler Vieira: As 3 Pontas das analogias nos sermões. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras* – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007; e PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Edusp, 1994.

²⁰ Jacqueline Hermann fala da existência de um messianismo régio que seria nomeado mais tarde de “sebastianismo”. Ver: HERMANN, Jacqueline. As metamorfoses da espera: messianismo judaico, cristãos-novos e sebastianismo no Brasil colonial. In: GRINBERG, Keila (org). *Os judeus no Brasil. Inquisição, imigração e identidade*; Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005, p. 341. Ver também: HERMANN, Jacqueline. Antônio Vieira e o Sebastianismo: messianismo régio e transfiguração barroca. In: CONSTIGAN, Lúcia Helena (org). *Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*; Campinas, Editora da Unicamp, 2005, pp. 93-94.

²¹ Ver: HERMANN. *Ibidem*, pp.141-156; FARIA, João André de Araújo. *A Restauração Prodígiosa de Portugal. 1640-1668*. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. RJ, 2010, pp. 62 e 63.

ouvintes em direção a uma comunidade político-religiosa. Para além disso, a própria condição histórica de uma “Europa em crise”²² projetava modos de agir e pensar em uma memória histórica voltada para fatos e argumentos embasados na cultura política e religiosa que predominava no século XVII, chamada pela historiografia as vezes de escolástica barroca.²³ Esse preceito, abordado por autores como Alcir Pécora e Adolfo Hansen, entre outros, questiona o que já foi exposto acima, a dualidade entre o espiritual e o temporal, expondo as suas contradições e anacronismos.

O projeto universalista vieiriano do “Quinto Império do Mundo” anuncia a chegada de um novo rei, D. João IV, como líder profetizado, mas também de um novo tempo, com o esforço de reabilitação da soberania portuguesa após o domínio castelhano. Entretanto, a difusão de seus escritos sobre o tema está além do espaço europeu, ampliando o foco para a América portuguesa.²⁴ Pensar territórios distantes, além-mar, e novas ideias ensejadas por “cruzamentos” entre o Velho e o Novo Mundo, supõe uma dialética que, nas palavras de Gruzinski, combina “elementos aparentemente tão díspares”, mas que se conectam na tentativa de definição de uma Monarquia Católica de caráter universal, tal era o projeto luso-espanhol.²⁵

Antônio Vieira celebraria, sob o duplo comando do papa e do rei, um papel único junto a Companhia de Jesus, o de desestabilizar Castela na guerra e reestabelecer as finanças portuguesas. Nesse sentido, estava claro que a retomada das rotas ultramarinas no Atlântico Norte, o auxílio do capital judeu e cristão-novo nas companhias comerciais, foram propostas cuja consequência seria a recuperação econômica lusa, mas também a continuidade da suposta missão portuguesa pelo mundo. Na opinião de Vieira, dois fatores eram incontornáveis aqui: o crédito

²² Sobre este processo, ver entre outros: PARKER, Geoffrey (Ed.). *La crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006.

²³ Ver: PÉCORA, Alcir. Cartas à Segunda Escolástica. In: NOVAIS, Adauto (org). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

²⁴ Sobre a questão do universalismo adotado nos escritos do Padre Antônio Vieira ver: CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano. “Antônio Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII”. In: CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano (Eds). *Antônio Vieira, Roma e o Universalismo das Monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: Centro de História de Além-mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, 2011, pp. 13-27. MUHANA, Adma. Do Processo de Vieira na Inquisição. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras – Belém: UNAMA*, v. 10, n. 23, 2007, p. 27-37.

²⁵ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do Mundo: história de uma mundialização*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago – Belo Horizonte: Editora UFMG: São Paulo: Edusp, 2014, pp. 41-45.

financeiro junto a cristãos-novos e judeus, mesmo com o risco da intervenção da Inquisição, e a tentativa de negociação da paz entre Portugal e Holanda. Por outro lado, há outra questão não suficientemente debatida pela historiografia, o papel do Estado do Maranhão e Grão-Pará no contexto desta guerra, mas também nas fórmulas universalistas pensadas por Vieira.

Na obra *História do Futuro*, a palavra “Maranhão” é mencionada algumas vezes pelo famoso padre. Ao interpretar as profecias de Isaías, Vieira entende que nas terras além da Etiópia, descobertas por Portugal, estavam territórios novos, entre eles o próprio Maranhão.²⁶ Segundo Margarida Vieira Mendes, Vieira parte da interpretação dos profetas do Antigo Testamento para esclarecer o fundamento do seu projeto de “Quinto Império do Mundo”. A autora também destaca a importância dada a uma certa geografia das conquistas, em que Vieira insere o Brasil e o Maranhão, com repercussões importantes na conversão do gentio e no estabelecimento das missões.²⁷

O Estado do Maranhão, nesse sentido, se destaca no contexto da Guerra de Restauração por ser uma zona de fronteira entre o Vice-Reinado do Peru e o Estado do Brasil. Tal condição, como argumenta Alírio Cardoso, teria grande importância no contexto da guerra contra Castela (1640-1668) e nos rumos da economia global lusa em anos subsequentes.²⁸ Dessa forma, para Vieira, o papel da fronteira luso-espanhola, incluindo a Guiana, o Cabo do Norte, o Maranhão e o Grão-Pará, áreas que seriam acessadas pelos portugueses via “Atlântico Equatorial”, é fundamental em qualquer projeto sobre o futuro do império luso no ultramar.²⁹

²⁶ VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*: livro antepreimeyro prologomeno a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998, p. 298-301.

²⁷ MENDES, Margarida Vieira. Vieira no cabo de não: Os descobrimentos no livro Antepreimeiro da História do Futuro. *Semear* 2, em: http://www.lettras.pucrio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/2Sem_01.html.

²⁸ Sobre o tema, ver: CARDOSO, Alírio. *Maranhão na Monarquia Hispânica*: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655). Salamanca: tese de doutorado (História) apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.

²⁹ Termo utilizado pelos historiadores Rafael Chamboleyron e Alírio Cardoso, também podendo ser chamado de Atlântico Norte. CHAMBOULEYRON, Rafael. *A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas*. Canoa do Tempo - Revista do Prog. Pós-Graduação de História, Manaus vol. 2, nº. 1, 2008, p. 189 e CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 44-62.

Autores como Pedro Cardim e Gaetano Sabatini redimensionaram esses acontecimentos políticos a partir da pragmática da noção de poder, classificando certos escritos, como os do padre Vieira, dentro do que chamaram de “universalismo do século XVII”.³⁰ Por outro lado, a avaliação do impacto geral da guerra entre Portugal e Espanha no mundo oceânico também é importante para este trabalho.³¹ Nesse sentido, os estudos de Pedro Cardim, Rafael Valladares, Stuart Schwartz e Fernando Dores Costa, ao relativizar o viés nacionalista e propor uma interpretação mais próxima das análises de uma história econômica e social, ajudaram a formular outras possibilidades interpretativas para a integração de Portugal à Monarquia Hispânica. Tais interpretações forneceram possibilidades também de comparação entre diferentes partes do mundo onde atuavam portugueses e espanhóis.³²

No Brasil, o tema ainda é relativamente novo. Trabalhos como os de Ronaldo Vainfas, Rafael Ruiz, José Carlos Villardaga, Thiago Groh, Bruno Miranda e mesmo Roselli Stella têm tentado avaliar o impacto geral da Restauração Portuguesa nas fronteiras da América lusa.³³ Thiago Groh, por exemplo, discute a construção da

³⁰ CARDIM, Pedro & SABATINI, Gaetano. António Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII. In: CARDIM, Pedro & SABATINI, Gaetano (Eds.). António Vieira, Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, 2011, pp. 13-27.

³¹ CARDIM, Pedro. O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança. In: *Hispania*, vol. LXIV, nº 216 (janeiro-abril, 2004), pp. 117-156. VALLADARES, Rafael. El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668), Madri: *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 4 (1993), pp. 151-172. MARQUES, Guida. *L'Invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l'Amérique portugaise dans l'union iberique (1580-1640)*. Paris: Tese de doutorado apresentada a *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, 2009. RUIZ GONSALEZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2004. CARDOSO, Alirio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2012.

³² CARDIM. Op. cit., pp. 117-156. COSTA, Fernando Dores. A Guerra da Restauração, 1641-1668. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal. *Tempo*, vol. 12, nº 24 (2008), pp. 201-223.

³³ VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. *Tempo*, vol. 14, nº 27 (2009), pp. 82-100. MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Sécs. XIII-XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003. VILLARDAGA, José Carlos. *São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2010. STELLA, Roseli Santaella. *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000. RUIZ GONSALEZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2004. MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654)*. Tese de Doutorado na Universidade de Leiden. 2011.

diplomacia portuguesa nas Cortes europeias e avança na questão do chamado Vieira diplomata, fase em que o famoso padre foi conselheiro real de D. João IV. Entretanto, esses trabalhos ainda refletiram pouco sobre a relação entre essas propostas gerais e territórios específicos da América lusa, como o antigo Estado do Maranhão. Para o Maranhão e o Grão-Pará, uma contribuição importante foi o trabalho de Alirio Cardoso acerca do impacto da integração da “Amazônia” à Monarquia espanhola. Cardoso também faz uma reflexão acerca da documentação diplomática vieiriana, embora não seja seu objeto central, mas nos ajudará a entender melhor a relação entre a prática política de Vieira, na década de 1640, e sua posterior atividade missionária no Maranhão, na década de 1650.³⁴

O Maranhão sempre mereceu atenção nos escritos de Vieira. E bom lembrar que, no seu famoso *Papel Forte* (1648), texto que propõe a entrega do Brasil holandês aos neerlandeses, o extremo norte da América portuguesa não seria cedido à Holanda, ao contrário do que foi proposto para Pernambuco. Nesse cenário hipotético, para Vieira o Grão-Pará e os Açores iriam ser governados por D. João IV, caso o matrimônio do príncipe D. Teodósio fosse acertado com a filha do Duque de Orléans, M.^{elle} Montpensier. Em sua segunda missão diplomática à França, o projeto de casamento seria apresentado ao Cardeal Mazarino pelo famoso jesuíta, assim como a concessão do reino luso ao monarca francês até a chegada da maioridade do príncipe D. Teodósio (1634-1653).³⁵ Possibilidades malogradas pelo desenrolar dos acontecimentos da rebelião luso-pernambucana.

As cartas diplomáticas de Vieira, trocadas entre 1641-1653, que tratam de assuntos relevantes sobre a guerra contra Espanha são documentos também a respeito do papel da América portuguesa no universalismo barroco. Assim, o comércio do açúcar e o tráfico intercontinental de escravos africanos eram, para o famoso jesuíta, compatíveis com fundamentos religiosos. Nas possessões ultramarinas, principalmente no Brasil, este comércio teria contado com a participação de mercadores judeus, que ajudariam a reativar o intercâmbio comercial entre a América lusa e a Índia. A proibição do confisco de bens judaicos, o repatriamento dos cristãos-

³⁴ CARDOSO, Alirio. *Maranhão na Monarquia Hispânica*, pp. 313-347.

³⁵ Ver: VAINFAS, Ronaldo. Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa. *Tempo*, vol. 14, nº 27 (2009), pp. 82-100 e VIEIRA, Antonio. *Cartas do Padre Antonio Vieira*, coordenada e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, Tomo Primeiro, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1925, p. 97.

novos, o pagamento de impostos por parte da nobreza e do clero, assim como a criação de duas companhias de comércio, uma Ocidental e outra Oriental, foram algumas das propostas feitas por Vieira ao rei D. João IV que tinham como objetivo garantir a conservação econômica do reino português.³⁶

Nesse período, é bom ter claro que a situação geopolítica portuguesa é bastante complexa, com várias frentes de negociação, mas também de conflito no cenário europeu. A Corte lusa, recém restaurada, através de diferentes missões diplomáticas iniciou tentativas de legitimar a frágil condição do novo regime, estabelecendo acordos com os antigos rivais espanhóis, França, Inglaterra, mas principalmente Holanda. A prática diplomática, como assinala Pedro Cardim, entre 1450 e o final do século XVIII, sofreu profunda transformação, ganhando melhor definição na política europeia a partir da assinatura dos tratados de Vestefália.³⁷ A relação entre as nações europeias mudou com o surgimento de novas figuras, o Embaixador Ordinário ou Residente; o Embaixador Extraordinário e os Enviados Especiais ou Ministros Plenipotenciários.³⁸ Entretanto, a diplomacia também não está distante dos ideais religiosos da época, ao entrecruzar a Vontade Divina e vontade dos homens.³⁹ No caso de Vieira, o projeto do “Império Universal” se concretizaria a partir de uma rede diplomática gestada por alianças matrimoniais e tutelada pela Igreja.

³⁶ VIEIRA, Padre Antônio. Razões apontadas a El-Rei D. João IV a favor dos cristãos novos, para se lhe haver de perdoar a confiscação dos seus bens, que entrassem no comércio deste Reino. In: SÉRGIO, Antonio & CIDADE, Hernani. *Obras Escolhidas: Os Judeus e a Inquisição*. v. IV. Lisboa: Sá da Costa, 1951. *Cartas do Padre Antônio Vieira* – coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, Tomo Primeiro, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 134-135. VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal – guerra e restauração 1640-1680*. A esfera dos livros, Lisboa, 2006, p. 98.

³⁷ Famoso Congresso da paz Geral organizado em Münster e Osnabrück objetivando o campo das relações entre as diversas nações europeias que se encontravam em guerras ou em disputas religiosas. O Tratados de paz foram assinados entre 1643-1648 e colaboraram para o fim da “Guerra dos Trinta Anos”. Ver: CARDIM, Pedro. A Prática Diplomática na Europa no Antigo Regime. In: *História das Relações Internacionais: temas e debates*. Coord. Fernando Martins e Luís Nuno Rodrigues. Edições Colibri e CIDEHUS-UE, Lisboa, 2004, pp. 11-53.

³⁸ Sobre a tipologia das missões diplomáticas ver: CARDIM, Pedro. A Prática Diplomática na Europa do Antigo Regime. In: MARTINS, Fernando e RODRIGUES, Luís Nuno (coords). *História e Relações internacionais: temas e debates*; edições Colibri e CIDEHUS – UE, Évora, 2001, pp. 44 e 45.

³⁹ Menção a obra *Restauração Prodigiosa de Portugal*, título em três volumes publicado nos anos de 1642-43, de suposta autoria dada pela historiografia a D. Gregório de Almeida, pseudônimo do Frei dominicano João de Vasconcelos; Cf. ALMEIDA, Gregório de. *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, 1643, 3v.

A historiografia hoje fornece várias interpretações para o fenômeno diplomático, que associa regiões e reinos europeus ao projeto de uma Monarquia Católica, tal como a noção de Monarquia Composta desenvolvida por John H. Elliott. Esses autores reafirmam o império luso-espanhol a partir de sua natureza pluricontinental e universalista que tem por base uma via teológica, cunhada a partir da compreensão da Igreja como herdeira do Império Romano.⁴⁰ Outros autores, como Cardim e Sabatini, reconhecem que tal proposta universalista materializou-se nas especificidades Ibéricas. Alguns eruditos do período associaram perspectivas providencialistas, messiânicas e milenaristas, edificando um imaginário religioso que sustentou a *Republica Christiana* nessa parte da Europa desde a unificação dos reinos de Aragão e Castela. Tanto o contexto português, quanto o espanhol, sob a égide dos Habsburgo, ofereceram elementos para a recepção de ideias universais – a Guerra de Reconquista, o combate à Reforma protestante e as expansões marítimas para a África, Ásia e América legaram a essas monarquias o desejo pela unidade, que se consolidou em uma edificação política, mas também espiritual.⁴¹

O universalismo vieiriano consubstanciado na sua ideia de “Quinto Império” associou esses elementos considerados, muitas vezes, isolados pela historiografia para preencher uma lacuna no que tange ao problema da legitimação da Casa de Bragança. Legitimar o novo reino restaurado seria atribuir a ele um papel de destaque no projeto missionário católico. Para Vieira, suas propostas, além de fortalecer a economia portuguesa pela retomada comercial nas rotas marítimas, elevaria Portugal a uma missão maior, de conduzir o Mundo ao ideal cristão a partir da conversão dos gentios e da redução dos hereges.⁴² Vieira entendia-se capaz de contribuir, ao seu

⁴⁰ GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do Mundo: história de uma mundialização*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago – Belo Horizonte: Editora UFMG: São Paulo: Edusp, 2014, p. 46. Ver também: ELLIOTT, John H. *España, Europa y el Mundo de Ultramar* (1500 – 1800). Santillana ediciones Generales, S. L., Madrid, 2010, p. 32.

⁴¹ CARDIM, Pedro. La aspiración imperial de la monarquía portuguesa (siglos XVI y XVII), In: Gaetano Sabatini (org.), *Comprendere le Monarchie Iberiche: Risorse Materiali e Rappresentazione del Potere*, Roma, Viella, 2010, pp. 37-72 e CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano. “António Vieira e o universalismo dos séculos XVI e XVII”. In: CARDIM, Pedro & SABATINI, Gaetano (Eds.). *António Vieira, Roma e o universalismo das monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, 2011, pp. 13-27.

⁴² FRANCO, José Eduardo. Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira. In: *Vieira: vida e palavra*. Organizadoras: Sílvia Maria Azevedo e Vanessa Costa Ribeiro. Edições Loyola, São Paulo, 2008, pp. 127-155.

modo, para a reorganização do reino de Portugal, que passava por grave crise financeira, defendendo, como outros portugueses ilustres do período, estratégias variadas para promover seu crescimento econômico. Isto não contradiz a ação de conversão geral do gentio nas terras americanas.

A seguir, resumiremos ao leitor a distribuição dos capítulos deste trabalho. No primeiro deles, intitulado *D. João e o 1º de dezembro*, abordaremos a Restauração Portuguesa (1640-1668) em seu contexto mais amplo, seu processo, suas causas e os problemas que o reino de Portugal enfrentou nesse período, como a Guerra de Restauração e a situação do Brasil holandês. Através da diplomacia luso-holandesa, daremos destaque ao papel dos judeus e cristãos-novos nesse novo contexto.

No segundo capítulo, intitulado *Universalismo Vieiriano: messianismo e diplomacia*, analisamos a documentação diplomática do jesuíta, principalmente cartas e propostas específicas para a manutenção do reino de Portugal e continuação da guerra contra Castela. Alguns documentos específicos são importantes aqui, entre eles: a *Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa (1643)* e a *Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação, sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco (1646)*.

O terceiro e último capítulo se dedica inteiramente à importância do Estado do Maranhão nesse contexto, mas também à definição do Atlântico Equatorial como zona de fronteira com as Índias de Castela. Na visão de Vieira, exposta em cartas para o monarca D. João IV, e em outras cartas do período da sua segunda missão diplomática, em Paris e em Haia (1647-1648), o jesuíta expõe seu interesse pela região. A partir desses textos, buscaremos compreender como a relação entre as esferas religiosas e políticas estavam presentes na dimensão universalista do padre Antônio Vieira.

1º Capítulo

D. JOÃO IV E O 1º DE DEZEMBRO

Costuma a Providência Divina começar suas maravilhas por efeitos contrários, ou para provar nossa fé, ou para mais exaltar sua onnipotência. [...] Escureça-se a noite, brame o mar, rompa-se o céu, enfureçam-se os ventos, que Deus há-de acudir por sua palavra; seguro está o Reino em que ele e a palavra de Deus correm o mesmo perigo.

Antônio Vieira. *História do Futuro*, Capítulo V.

1. Mística e política: Perspectivas historiográficas

Os sessenta anos da integração de Portugal à Monarquia Hispânica terminou com a aclamação do duque de Bragança como rei em dezembro de 1640. Em 1580, a união das Coroas Ibéricas sujeitou Portugal a um rei estranho, processo motivado por uma crise dinástica que novamente deixara o trono português vago, já que o reino carecia de herdeiros diretos, após o falecimento do cardeal-rei D. Henrique. A primeira vagância do trono ocorreu em 1578, com a morte misteriosa de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir, no Marrocos. No imaginário português, juntava-se a esse episódio outro, ocorrido muitos anos antes. Em 1139, nos campos de Ourique, atual região do Alentejo, D. Afonso Henriques de Borgonha vencia os exércitos de mouros na Reconquista Cristã da Península Ibérica. Ambos os episódios fazem parte de uma longa memória lusa sobre a construção do reino no cenário europeu.⁴³

O *Milagre de Ourique*, o *Sebastianismo* e a *Restauração Portuguesa* preconizaram, supostamente, a grandiosidade do reino de Portugal. A mística que perpassa tais eventos se desdobra em ritos e obras proféticas fundamentais no mundo letrado luso. Seja na sua fundação, por D. Henriques de Borgonha, na perda de sua

⁴³ Sobre o tema da memória, ver: VALENSI, Lucette. *Fables de la mémoire*. La glorieuse Bataille des trois rois. Paris: Seuil, 1992.

soberania para os castelhanos, com a morte de D. Sebastião, ou na restauração de sua independência política, com a aclamação de D. João IV, Portugal teria vivenciado seus sucessos e fracassos pela obra e vontade divinas. A Restauração Portuguesa passa então a ser o evento que estrutura e organiza fatos anteriores, dando unidade de sentido aos diferentes eventos posteriores inter-relacionados, buscando compreender como eles se inserem no contexto político-econômico do pós-restauração. Para tanto, esses eventos transpõem experiências sociais que não podem ser desvinculadas desse aparato místico-religioso que adere à história de Portugal desde a sua fundação.

Vieira é um dos muitos religiosos e letrados da época que se posicionaram favoravelmente ao novo monarca, legitimando e glorificando sua aclamação na Corte e fora dela. Diversos seguimentos da sociedade lusa participaram desse movimento, principalmente a nobreza, mas também setores comerciais do reino. Segundo Diogo Ramada Curto, a produção de impressos legitimadores visava a difusão de ideias políticas e religiosas, assim como a eleição dos seus heróis. Assim, uma verdadeira “literatura da restauração” era amplamente promovida com base em crenças sobre a sacralidade do rei e o destino místico do povo português.⁴⁴ Além de afirmar fortemente o poder do novo rei, e as virtudes inerentes a seu ofício, aquela era uma prática letrada tão melhor concebida através do que se pode chamar de teorização escolástica-expositiva-dialética. Tal processo era verificado, sobretudo, numa Península Ibérica que se pautava também na religião.⁴⁵ No mesmo sentido, para Ana Isabel Buescu, esse fato deve-se à própria tratadística política do período, cujo modelo era os “espelhos de príncipes”, que exaltava as virtudes do monarca ao mesmo tempo em que legitimava sua fé.⁴⁶

⁴⁴ Ver: CURTO, Diogo Ramada. *A Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Edições 70, LDA, Coimbra, 2011, pp. 29-56 e CURTO, Diogo Ramada. *A Restauração de 1640: nomes e pessoas*. In: Península. Revista de Estudos Ibéricos. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Instituto de Estudos Ibéricos, N°0, 2003, p. 233.

⁴⁵ TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na restauração. Vol. I*. Publicada pela secretária de Estado do Ensino Superior, Biblioteca Geral da Universidade, Coimbra, 1981, pp. 136 e 137.

⁴⁶ A parenética régia, gênero que retrata a arte de governar dos príncipes, também recebia o título de “espelho” ou “specula”, tratados presenteados ao rei por seus tutores que o orientava através de ensinamentos de deveres morais e políticos. Ver: OLIVEIRA, Maria Izabel Barbosa de Moraes. “A Politique de Bossuet e o gênero Espelhos de Príncipes”. In: *O Príncipe Pacífico: Bossuet, Luís IV e Antônio Vieira. Café e Lápis*, EDUFMA, São Luís, 2013, pp. 53-56; BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe. Discurso Normativo e Representação (1525-49)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1996. p. 36 e

Obras como *Restauração Prodigiosa de Portugal*, publicada entre 1642 e 1643, atribuída a D. Gregório de Almeida; o *Manifesto do Reino de Portugal* de Antônio Pais Viegas, publicada em 1641; a *História de Portugal Restaurado*, de Luís de Menezes, 3º Conde de Ericeira, publicada entre 1679 e 1698; assim como a famosa *História do Futuro*⁴⁷ do Padre Antônio Vieira, iniciada provavelmente em 1649, e nunca finalizada, estão carregadas de estratégias retóricas que favoreceram a restauração da ordem política em Portugal. Ao mesmo tempo, tais escritos não deixavam de formular críticas severas aos espanhóis. Por outro lado, sempre houve na produção letrada lusa uma vertente contrária ao movimento de independência, representados pelos círculos eruditos fiéis a Felipe IV.⁴⁸

Essas narrativas possibilitaram uma verdadeira interpretação da História de Portugal, desde a sua fundação até olhares futuros sobre sua grandiosidade, sempre divulgando a crença particular que tinham os portugueses na Providência Divina e nos eventos milagrosos e profetizados que legitimaram cultos dinásticos iniciados desde “o milagre de Ourique”.⁴⁹ Essa abordagem também é utilizada na *História do Futuro*, do Padre Antônio Vieira, ao revelar ao rei recém aclamado as esperanças de Portugal, advindas da Vontade Divina, que informavam profetas antigos como Daniel, Isaías e Abraão. Nas palavras do famoso jesuíta:

Eu, Portugal, (com quem só falo agora) nem espero o teu agradecimento, nem temo a tua ingratidão. Porque, se me não contas com Daniel entre os vivos, eu me conto com Samuel entre os mortos; se nas letras que interpreto achara desgraças (bem poderá ser que as

SENEILLART, Michel. As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006. p. 49.

⁴⁷ Importante salientar que a obra *História do Futuro* de Vieira possa ter sido iniciada em 1649 e não em 1663 como aponta Adma Muhana, pois alguns autores como Antonio José Saraiva a projetam a partir dessa data por se terem arquivados pela Inquisição escritos de assuntos proféticos e messiânicos desse período e que posteriormente foram compilados e publicados com outros escritos proféticos redigidos por Vieira durante sua defesa no Tribunal da Inquisição. Tais escritos, após a sua publicação por João Lúcio de Azevedo em 1918, receberam o título de *História do Futuro*. In: SARAIVA, Antônio José. História e Utopia: estudos sobre Vieira. Trad. Maria de Santa Cruz. – Lisboa: Ministério da Educação, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992, p. 99 e MUHANA, Adma. Do Processo de Vieira na Inquisição. In: Asas da Palavra – Revista de Letras – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007, p. 27-37.

⁴⁸ CURTO. *Op. Cit.*, pp. 485-510.

⁴⁹ Ver: CENTENO, Yvette. O padre Antônio Vieira e o segundo corpo do Rei. In: BETHENCOURT, Francisco, CURTO, Diogo Ramada. *A Memória da Nação*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1991, pp.295-318. FARIA, João André de Araújo. *A Restauração Prodigiosa de Portugal*. 1640-1668. Dissertação de Mestrado pela Universidade Rural do Rio de Janeiro PPGHIST – 2010, pp. 22-41.

tenhas), eu te dissera a má fortuna sem receio, assim como te digo a boa sem lisonja. Mas é tal a tua estrela (benignidade de Deus contigo deverá ser), que tudo o que leio de ti são grandezas, tudo que descubro melhoras, tudo o que alcanço felicidades. Isto é o que deves esperar, e isto o que te espera; por isso em nome segundo e mais declarado chamo a esta mesma escritura Esperanças de Portugal, e este é o comento breve de toda a História do Futuro.⁵⁰

Para Vieira, assim, o tempo na História é o tempo de Deus que se propaga a partir de uma interpretação universalista chamada de “Quinto Império” do Mundo.⁵¹ Para o sucesso desse projeto, a engenhosidade vieiriana, assistida por recursos retóricos e fórmulas de convencimento e persuasão, dá sentido a uma “emulação retórica”⁵² que reinventa mitos e linguagens inserindo apropriadamente a América portuguesa, o Brasil e o Maranhão nesse conjunto doutrinário. Isso acontece por que *História do Futuro* tem estreita relação com a mítica dos descobrimentos. Para Margarida Vieira Mendes, o livro associa as peregrinações apostólicas com as conquistas dos descobrimentos portugueses.⁵³ Por isso mesmo, o Brasil e o Maranhão ganham destaque no Livro Antepimeiro.

Antes do surgimento de novas perspectivas historiográficas, na segunda metade do século XX, a Restauração Portuguesa era interpretada de maneira meramente descritiva, como evento político de libertação nacional. A renovação historiográfica, feita a partir das obras de António Manuel Hespanha⁵⁴, Fernando Bouza Alvarez,⁵⁵ e mais recentemente Rafael Valladares⁵⁶, tem rompido radicalmente

⁵⁰ VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*: livro antepimeiro prologomeno a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998, p. 17.

⁵¹ VIEIRA, Antônio. De Profecia e Inquisição. Prefácio de Alfredo Bosi. Brasília: Senado Federal, 2001, p. XXXIV-XL.

⁵² HANSEN, João Adolfo. Instituição retórica, técnica retórica, discurso. Matraca, Rio de Janeiro, v. 20, n.33, jul/dez. 2013, p. 14-16. Acessado em: www.pgletras.uerj.br/matraca/matraca33/arqs/matraca33a01.

⁵³ MENDES, Margarida Vieira. Vieira no cabo de não: Os descobrimentos no livro Antepimeiro da História do Futuro. *Semear* 2, em: http://www.letras.pucrio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/2Sem_01.html.

⁵⁴ HESPANHA, A. M. As Faces de uma Revolução. In: *Penélope*: fazer e desfazer História. Lisboa: Cosmos, 1993, n°9 e 10.

⁵⁵ ALVAREZ, Fernando Bouza. *Portugal no Tempo dos Filipes*: política, cultura e representações (1580-1668). Lisboa: Edições Cosmos, 2000.

⁵⁶ VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal – guerra e restauração 1640-1668*, A Esfera dos Livros, 1º ed. Lisboa, novembro de 2006.

com o vícios nacionalista luso, mas também espanhol, enfatizando os intercâmbios entre as regiões ultramarinas. Segundo Mafalda Soares da Cunha, esta virada interpretativa desencadeou um fazer histórico que questionava a ideia segundo a qual a Monarquia Hispânica era fenômeno mantido pela força das armas, e nada mais. Segundo Bouza, a união de reinos ocorreu pela debilidade dos grupos no poder e não como embates de natureza nacionalista.⁵⁷ Novos estudos também apontam para um balanço crítico que percebe a Restauração muito além de uma crise fiscal ou de uma mera reação à política olivariana.

Como se sabe, após o episódio de Alcácer-Quibir, no Marrocos, e da malfadada regência do cardeal D. Henrique, a sucessão ao trono luso pendia entre os únicos candidatos fortes ao trono, Felipe II, da Espanha, neto de D. Manuel e a duquesa de Bragança, Catarina de Portugal, filha do infante, D. Duarte, e também neta de D. Manuel. A união das Coroas, com a ascensão de Felipe II (Primeiro de Portugal) contou com o apoio, desde o início, da nobreza portuguesa e conseguiu levar a cabo um projeto de agregação desenvolvido desde a mundialização ibérica, iniciada pelas Grandes Navegações. Essa união girava em torno da fórmula de governo da Monarquia Universal, e não somente era pautada na relação de força e no domínio bélico. Não por acaso, na obra de Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, há uma abordagem sobre a união das Coroas que acena já para uma unidade cultural e política entre os dois reinos, bem antes de 1580. A preservação da Monarquia Universal Católica, nesse sentido, inspirou religiosos e letrados, confirmando a tese de que existiria, no seio da cultura ibérica, um sentimento integracionista iniciado desde o século XV, com o casamento de D. Manuel de Portugal com D. Izabel de Castela.⁵⁸ Para Schaub, a união das Coroas reforça o mito sebastianista como memória do movimento, agora apresentado como brigantismo e até mesmo Joanismo.⁵⁹

⁵⁷ CUNHA, Mafalda Soares da. Sebastianismo, os Jesuítas e os Bragança. Reflexões historiográficas em torno de 1640. In: Maria de Fátima Nunes e Augusto da Silva (orgs.) *Da Europa para Évora e de Évora para o Mundo*. A Universidade Jesuítica de Évora 1559-1759 (Economia e Sociologia, nº 88/89), Évora, 2009, pp. 357-375

⁵⁸ SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Liv. Horizonte, 2001, pp. 39-79.

⁵⁹ HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 233-246.

Essa nova interpretação messiânica assentar-se-á em discursos de legitimação da nova monarquia restaurada, realizada por mãos e vozes de nobres que apoiavam a rebelião de Portugal, assim como alguns padres da Companhia que nunca deixaram de demonstrar sua predileção pela casa dos Bragança, em detrimento dos Habsburgo. Entretanto, o reconhecimento da nova dinastia era urgente e importante para resguardar principalmente as fronteiras. Os jesuítas, por outro lado, através de sua narrativa política e suas predileções proféticas, elevaram a legitimação da casa de Bragança a outro nível.

Desde o início, os padres da Companhia se colocaram a favor do movimento restauracionista, principalmente após 1635, quando da chegada da vice-rainha Margarida de Mântua ao reino. Na ocasião, foram decretadas medidas de afrouxamento econômico, considerando ilegais os repasses da Igreja para o financiamento de capelas. A crise tributária não afetava somente o clero, mas todo um reino que sofria o impacto da recessão – impostos sobre o vinho, a carne, a água, além de uma política externa que demonstrava a incapacidade ibérica de gerenciar suas conquistas, e repelir as ameaças externas, tanto no Oriente quanto no Atlântico. Em 1637, novos impostos foram decretados, recaindo nos bolsos de nobres e outros poderosos, aumentando a antipatia já crescente com relação à Casa dos Áustrias.⁶⁰

Para piorar o cenário, uma onda de revoltas se propagou por Évora, considerada depois de Lisboa a segunda cidade mais importante do reino, depois o Alentejo, Algarve e o Tejo seguiram o mesmo caminho. Nestas regiões, onde o impacto fiscal foi mais forte, populares se amotinavam, organizados ou não, contra o que consideravam humilhação e injustiça. São nesses motins populares que o messianismo sebastianista se planta, propagado pelos jesuítas, tornando-se uma motivação mística para os revoltosos. Segundo o historiador português António de Oliveira, esses motins que se instalaram nas cidades portuguesas foram expressões de uma “mentalidade coletiva da revolta”, facilitando a propagação e a ação do movimento restauracionista. Esse modelo de organização cresce e se espalha

⁶⁰ Ver: OLIVEIRA, Antonio de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Coleção Memória e Sociedade coordenada por Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curdo. DIFEL, Lisboa, 1990, pp. 161-225 e VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal – guerra e restauração 1640-1668*, A Esfera dos Livros, 1º ed. Lisboa, novembro de 2006, pp. 38-40.

atingindo o meio urbano, grandes e médios comerciantes, representantes da câmara, corregedores, juizes, nobres e eclesiásticos.⁶¹

A repressão castelhana foi vigorosa, com castigos e execuções. Quanto aos que apoiavam Castela, estes demonstraram querer as graças do rei espanhol pelo cumprimento de suas obrigações. O capitão-mor de Castelo de Vide, e seus ascendentes, todos portugueses, receberam o hábito de Cristo pelas informações trocadas com Castela durante os levantamentos. Na cidade de Elvas, e na área do Alentejo, os cabidos da Sé também foram beneficiados, os algarvios pediram até mesmo que o governador solicitasse ajuda ao poderoso duque de Medina e Sidónia. Ainda nessa perspectiva, a política do Conde-duque de Olivares enfrentou os levantamentos de 1637-38, intervindo nas principais cidades. De qualquer forma, a notícia do Primeiro de Dezembro de 1640 foi recebida em Madrid com enorme surpresa.⁶²

A ameaça que pairava sobre Madrid, vista como tensões populares pelos seus dirigentes, seria sanada com o afastamento dos principais mentores e a dissolução do Conselho de Portugal.⁶³ Tais ações infringiam o Estatuto de Tomar e tornavam-se propícias a discordâncias e inquietações. Olivares não acreditava na participação da nobreza no desfecho dos levantamentos de 1637-38, mas preferia crer na ideia de que eram meros tumultos populares sem grande consequência. Entretanto, os levantamentos eram mais complexos ainda do que imaginava o Conde-Duque. Para a historiografia mais recente, a Restauração teve início a partir da revolta de diversos setores da sociedade portuguesa, formalmente apartados do cenário político, sem grandes títulos e cargos, que passaram a confrontar outros grupos, mais privilegiados, que recebiam vantagens diretamente de Castela. Para autores como Hespanha e Bouza Alvarez, esses conflitos podem ser rastreados até a origem da

⁶¹ OLIVEIRA. *Op. Cit.*, p. 225.

⁶² OLIVEIRA. *Op. Cit.*, pp. 161-225.

⁶³ Criado em 1582, por Filipe I de Portugal (Filipe II de Espanha), foi o mais alto órgão do governo durante o período da União Ibérica. Sediado em Madrid, mas composto somente por portugueses, tinha a função de assessorar o rei em um bom governo. Ver. ARTOLA, Miguel (dir.). *Enciclopedia de História de España II*. Instituciones Políticas. Império, Madrid: Alianza, 1988.

união entre Portugal e Espanha, o que demonstra que os grupos envolvidos sempre tiveram perdas e ganhos com aquela situação monárquica.⁶⁴

Como se sabe, o Estatuto de Tomar, validado em 1581, permitia a Portugal uma certa independência administrativa, graça concedida pela liberalidade régia. O documento assegurava que a defesa do território luso seria feita por seus naturais, assim como o preenchimento de seus cargos governativos, como o Conselho de Portugal e vice-reinados. A prática evidenciava o contrário, principalmente no governo de Felipe IV, com a política intervencionista do Conde-Duque de Olivares. Fernando Bouza Alvarez sugere que as mudanças no Estatuto de Tomar, efetuadas ainda no início da união, eram necessárias apesar de preservar a constitucionalidade do reino. Entretanto, com Olivares a rigidez política e a falta de apoio por parte da nobreza lusa ao seu projeto de união de armas contribuíram para o fracasso e a redefinição da própria Monarquia Católica.⁶⁵

As causas da Restauração se assentam, como fica bastante claro nos estudos de Alvarez e Hespanha, em uma “dialética de conflitos” que uniu interesses em comum, como a manutenção dos privilégios estabelecidos a partir de Castela. Por outro lado, para Rafael Valladares, os eventos e fatores que culminaram na aclamação de D. João IV seguem uma linha de fragilidade da Monarquia Hispânica. Ainda para Valladares, há quatro fatores principais que explicariam a Restauração: a guerra hispano-holandesa; as atuações políticas da vice-rainha Margarida de Mântua; a política do Conde-duque de Olivares; a insatisfação da nobreza lusa. Outro fator importante foi a nomeação do duque de Bragança ao cargo de governador-geral das armas do reino de Portugal, colocando-o teoricamente na gerência das tropas.⁶⁶

⁶⁴ TORGAL, Luis Reis. Acerca do significado sociopolítico da ‘Revolução de 1640, in: *Revista de História das Ideias*, v.6. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984, p.308. HESPANHA, A. M. As Faces de uma “Revolução”. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993, n°9 e 10, pp.7-16. ALVAREZ, *Op.cit.* p.189

⁶⁵ ALVAREZ, Fernando Bouza. 1640 perante o Estatuto de Tomar: Memória e juízo do Portugal dos Filipes. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993, n°9 e 10, pp. 17-27.

⁶⁶ VALLADARES, Rafael. *Op. Cit.* pp. 44-46.

1.2. Representar o novo rei...

A ideia de unidade quase sempre esteve presente na Monarquia Hispânica. Sua representatividade política resguardava a autonomia e a identidade de ambas as partes, mantendo integrados a “catolicidade” e o modelo constitucional monárquico dos dois reinos ibéricos. Com a Restauração Portuguesa, tal unidade foi rompida e o debate acerca da naturalidade e legitimidade do rei se intensificou ainda mais, principalmente entre os nobres portugueses que continuaram apoiando o governo de Madrid. A situação econômica do reino não era das melhores, piorando ainda mais depois de 1640, com a Guerra da Restauração contra os espanhóis. Por outro lado, com as crises no sistema agrícola e manufatureiro, o comércio e o setor de abastecimento seriam afetados.

A fragilidade econômica dos portugueses durante a Monarquia Hispânica, ocasionada por um processo de endividamento desde o governo de Afonso V, como demonstra o historiador Marques de Almeida⁶⁷, sugere que o aumento de impostos e a desorganizada política externa dos portugueses são bem anteriores à própria política de Olivares, apontado como principal culpado pela crise estrutural portuguesa que ocasionou a Restauração. Com a União Ibérica, o desequilíbrio econômico torna-se mais evidente, já que Portugal sofria, ao mesmo tempo, com os desfechos político-econômicos de Madrid. Como sabemos, é durante esse período que algumas regiões luso-castelhanas da América, Ásia e África foram conquistadas pelos neerlandeses, principalmente o litoral do nordeste brasileiro, entre o Ceará e Pernambuco; a costa ocidental da África; ilhas Molucas, Ceilão, Malaca e Goa, na Ásia.⁶⁸

Tais ações, empreendidas pela Holanda contra a monarquia espanhola, são consequências do prolongado conflito hispano-holandês iniciado no final do século XVI com a chamada *União de Utrecht*. A política centralizadora de Felipe II, que herdou esses domínios de seu pai, Carlos V, tentou diminuir a autonomia que gozavam as Províncias Unidas da Holanda, iniciando também uma perigosa política de perseguição religiosa a calvinistas, sem falar nos exacerbados aumentos de

⁶⁷ ALMEIDA, A. A. MARQUES de. Dívida pública: técnicas e práticas de refinanciamento do Estado no período da União Ibérica. In: *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Coordenação de Maria da Graça M. Ventura. Edições Colibri, Lisboa, 1997, pp. 15-28.

⁶⁸ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil*. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669). São Paulo: Cia. das Letras, 2011, pp. 09-18.

impostos. Assim, a guerra hispano-holandesa também afetou consideravelmente o reino português, acostumado com a frequência de mercadores holandeses envolvidos no negócio do açúcar.⁶⁹

Aclamado, D. João IV torna-se figura fundamental no processo de reconhecimento da independência lusa. O grande desafio, a partir de então, era como defender um reino em plena crise financeira de seu poderoso vizinho, Castela. No entanto, com a separação, Portugal estava livre para se posicionar como quisesse na normalização de suas relações com as Províncias Unidas. Além de contar com as estratégias militares e diplomáticas para obter vantagens na guerra contra Castela, a “literatura da restauração”, influente durante todo esse processo, representava muitas vezes aquele rei como virtuoso e naturalmente legítimo, capaz de guiar a pátria lusa em direção à prosperidade. Tal discussão acerca da naturalidade do rei de Portugal remete às noções de pertencimento e identidade, muitas vezes reconstruídas sob mitos e crenças messiânicas, como veremos mais adiante.

Após o Primeiro de Dezembro, muitos desses dispositivos simbólicos, na forma de rituais e cerimoniais de aclamação, ocorreram em várias partes do reino, bem como nas conquistas, como em Macau e no Rio de Janeiro. Ramada Curto considera que esses dispositivos funcionavam como engrenagens que estruturavam o espaço público e a sociedade a partir das instituições em que se manifestavam, como nas missas, nos espetáculos populares, na música e também na literatura. Essas cerimônias tinham, na maioria das vezes, a participação de padres da Companhia de Jesus e funcionavam para celebrar o caráter oficial do novo monarca. O aparato místico-religioso era tão importante para a funcionalidade das cerimônias que no Rio de Janeiro as festividades de aclamação esperaram o calendário litúrgico da páscoa para se realizarem.⁷⁰ Outro meio importante para a representação da nova monarquia foi a “literatura da restauração”, como ficaram conhecidos os impressos que propagandeavam o movimento, servindo de meios de legitimidade e base para obtenção de novos aliados. A propaganda escrita, atrelada a uma retórica cristã,

⁶⁹ MELLO. *Op. Cit.*, pp. 20-49.

⁷⁰ CURTO, Diogo Ramada. A Publicidade da nova. In: *A Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Edições 70, LDA, Coimbra, 2011, pp. 259-274.

juntamente com o clero e a Companhia de Jesus, eram os principais veículos desse movimento, tornando-se armas preferidas do poder político luso nos anos vindouros.

Os letrados do reino, durante o período de reconhecimento e legitimação da nova monarquia, tentaram construir uma “memória histórica” ao buscar um equilíbrio entre a jurisdição das Cortes e a tradição de promessas divinas que se iniciaram desde o “milagre de Ourique”. As promessas, supostamente confidenciais por Cristo a D. Afonso Henriques, sugerem uma pré-compreensão das crenças divinas narradas durante o movimento de Restauração e permitem a continuidade de uma memória que tem por base a luta política contra o inimigo. As cerimônias de Aclamação, ocorridas em todo o reino, assim como a convocação das Cortes em 1641, foram práticas políticas e simbólicas que confirmaram o pretendo consenso do povo, do clero e da nobreza portuguesa quanto à ascensão ao trono. Outra via importante para também legitimar e juramentar o novo rei seria a aceitação da nova monarquia pelas nações estrangeiras, prática que seria formalizada através de uma linguagem relativamente nova: a diplomacia.⁷¹

A prática diplomática na Europa durante o período sofreu alterações relevantes entre 1450 e 1750. Esta foi uma época de profundas mudanças que se iniciaram, mais significativamente, na primeira metade do século XVII, com a decadência do Império Habsburgo e uma profunda reversão econômica nas rotas comerciais ultramarinas.⁷² A idealização do universalismo da Monarquia Católica fora abalada pela Reforma Protestante e pela Guerra dos Trinta Anos que enfraqueceram o papado, assim como os reinos ibéricos. Uma “Crise Geral” que ocasionou sérios conflitos entre as potências rivais europeias, Espanha, França e Inglaterra, que já desgastadas pela guerra, deslocaram o eixo das disputas pelo poder para acordos e negociações que mantivesse uma paz mais duradoura e uma estabilidade regional. Os tratados assinados em 1648, no Congresso de Münster, alavancaram as relações

⁷¹ *A Legítima sucessão comprovada pela legalidade do facto*: analyse política. Lisboa: impressão de Eugénio Augusto, 1828, p. 15.

⁷² CARDIM, Pedro. A prática diplomática na Europa do Antigo Regime. In: RODRIGUES, Luís Nuno & MARTINS, Fernando (Eds.). *História e Relações Internacionais*. Lisboa: Edições Colibri/Universidade de Évora, 2004, pp. 11-53. CARDIM, Pedro. De la nación a la lealtad al rey. Lourenço de Mendonça y el estatuto de los portugueses en la Monarquía española de la década de 1630. In: GONZÁLEZ CRUZ, David (Ed.). *Extranjeros y enemigos en Iberoamérica: La visión del otro. Del Imperio Español a la Guerra de la Independencia*. Madrid: Sílex Ediciones, 2010, pp. 57-88.

externas e instalaram o dispositivo diplomático nas casas reais.⁷³ A Monarquia Hispânica, o principal conjunto de nações envolvidas nesses conflitos, perdeu sua hegemonia conquistada no governo de Carlos V. Apesar do primeiro Felipe de Habsburgo, e seus sucessores, ainda permanecerem associados à noção de Monarquia Universal, a crise que se espalhou pela Europa advinda da Guerra dos Trinta Anos colocou a Monarquia em um patamar de poder equilibrado a de outras coroas, com a da França e posteriormente com a da Inglaterra.

Para Pedro Cardim, as negociações de Vestefália, realizadas entre 1643-1648, trouxeram as primeiras condições de mudanças nas estruturas hierárquicas das monarquias europeias. O objetivo seria agora o “equilíbrio de poder” e não mais disputas por ele, o que tornou cada vez mais frequente o recurso à diplomacia para legitimar os novos mecanismos reguladores das monarquias europeias: a igualdade jurídica e uma nova ordem de relações internacionais mais paritárias e menos autoritárias. A visão de um novo quadro de mudanças no dispositivo diplomático europeu trouxe questionamentos necessários à historiografia, motivando debates os mais variados sobre os portugueses no interior do sistema espanhol.⁷⁴

1.3. Legitimar a nova Monarquia...

A Restauração Portuguesa, de início, não favoreceu a legitimidade da diplomática lusa, já que o reconhecimento da nova dinastia não tinha ainda ocorrido por nenhuma nação europeia. As primeiras missões diplomáticas foram as que diziam respeito à economia, bastante fragilizada com a Guerra da Restauração. Nas negociações em Münster e Osnabrück, e nos tratados de paz assinados em Vestefália, que poderiam garantir um sucesso relativo na relação com as Províncias

⁷³ CARDIM, Pedro. Os ‘Rebeldes de Portugal’ no Congresso de Münster (1644-1648). In: *Penélope*. Fazer e desfazer a História, nº 19/20 (1998), pp. 101-128.

⁷⁴ CARDIM, Pedro. Los portugueses frente a la Monarquía Hispánica. In: ÁLVAREZ-OSSORIO ALVARIÑO, Antonio & GARCÍA CARCÍA, Bernardo J. (Eds). *La Monarquía de las Naciones. Patria, nación y naturaleza en la Monarquía de España*. Madrid: Fundación Carlos de Amberes, 2004, pp. 355-383. CARDIM, Pedro. A Prática Diplomática na Europa do Antigo Regime. In: MARTINS, Fernando e RODRIGUES, Luís Nuno (coords). *História e Relações internacionais: temas e debates*; edições Colibri e CIDEHUS – UE, Évora, 2001, pp.23-28.

Unidas, assim como acordos de cooperação com a França, todos tinham na mesa de negociação o comércio como tema relevante.⁷⁵

É bom lembrar que os negócios diplomáticos entre Portugal e as Províncias Unidas se passam em um período em que o Estado do Brasil estava sob ameaça holandesa, com o domínio territorial sobre a capitania de Pernambuco (1630-1654). As negociações luso-holandesas (1641-1669), tema da obra *O Negócio do Brasil* de Evaldo Cabral de Mello, insere o Estado do Brasil nas disputas de reintegração dos territórios invadidos pelos Países Baixos durante o período da união dinástica entre Portugal e Castela. Ainda antes da união, em 1568, a guerra hispano-holandesa havia se iniciado por questões religiosas. A repressão ao protestantismo e a subordinação do território holandês ao Império espanhol dos Habsburgo foram as principais causas do conflito. A assinatura da Trégua dos Doze Anos, em 1609, consumou a independência das Províncias, mas os conflitos foram reabertos em 1621 pelos espanhóis, que viram como um risco ao seu império a rápida ascensão marítima e comercial dos holandeses. Com a paz abalada, e tendo como consequência o bloqueio comercial imposto pela Espanha, as Províncias Unidas criaram a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (*WIC*), no ano de 1621.⁷⁶

Daí por diante, a política oceânica levada a cabo pela *WIC* redimensiona o interesse das Províncias Unidas pelo açúcar luso-brasileiro. O Nordeste foi invadido, Bahia e Pernambuco, as novas praças anexadas pelos holandeses, renderam-lhes lucros e uma nova imagem de potência econômica na Europa. Os argumentos em torno da invasão do Estado do Brasil já são hoje bem conhecidos. A obra *Os Holandeses no Brasil (1625)*, de Jan Andries Moerbeek, aponta três razões principais:

Primeiro: porque este país é dominado e habitado por duas nações ou povos, isto é, brasileiros e portugueses, que no momento são totalmente inexperientes em assuntos militares e, além disto, não tem a prática nem a coragem de defendê-la contra o poderio da Companhia das Índias Ocidentais [...]. Segundo: os portugueses que oferecerão maior resistência ou defesa são, na sua maior parte, da religião judaica, e além

⁷⁵ CARDIM, *Op. Cit.* pp. 29-37 e LENK, Wolfgang. Introdução. In: Guerra e Pacto Colonial: A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654), São Paulo: Alameda, 2013, pp. 13-27.

⁷⁶ LENK. *Ibidem*, pp. 29-35.

disto, inimigos natos e jurados da nação espanhola [...]. Terceiro: embora a terra do Brasil seja maior do que toda Alemanha, França, Inglaterra, Espanha, Escócia, Irlanda e os dezessete Países Baixos juntos, e embora os portugueses se tenham fixado em umas boas quatrocentas milhas, ao largo das costas marítimas, sendo eles milhares em número, contudo há apenas dois lugares mais importantes no mesmo país, isto é, Baía e Pernambuco.⁷⁷

Ainda durante a Monarquia Hispânica, em fins de 1631, as primeiras negociações espanholas para a reconquista de Pernambuco partiram de propostas de compra de Recife e Olinda por Felipe IV. De certo, a causa da fracassada negociação se deve, também, aos diversos enfrentamentos políticos, econômicos e militares que Castela mantinha não somente com as Províncias Unidas, mas também com a França, Itália e o Império Otomano.⁷⁸ Com a Restauração Portuguesa, a nova monarquia, por fim, deu prioridade à retomada de suas praças invadidas pelos holandeses, já que estas eram os únicos e poucos recursos de que Portugal dispunha para se movimentar no jogo político e econômico europeu.⁷⁹

Assim, Portugal tentava a qualquer custo evitar a guerra com as Províncias Unidas na tentativa de não romper o acordo de paz selado em Münster (1648), e também pela própria guerra contra Castela que já dificultava suas finanças.⁸⁰ De todo modo, a paz entre Portugal e Espanha, e entre Portugal e as Províncias Unidas, não dependia somente do reino luso, mas favorecia tanto castelhanos quanto neerlandeses em uma próspera união contra os portugueses. A guerra contra Castela, após a Aclamação de D. João IV, não era apenas uma opção, mas um meio para novamente inserir Portugal no novo cenário econômico que se definia com o fim da Guerra dos Trinta Anos. Entretanto, mesmo a Espanha sendo superior em tradição bélica, ela se via em volta a outros conflitos, a revolta catalã (1641) e a guerra contra

⁷⁷ MOERBEECK, Jan Andries. *Os Holandeses no Brasil*. Documentos Históricos I, Instituto do açúcar e do álcool, traduzida pelo Rve. Pde. Fr. Agostinho Keijzers, O. C. e José Honório Rodrigues, prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues, 1942. Acessado em: www.memoria.org.br.

⁷⁸ COSTA, Leonor Freire. *Império e grupos mercantis: entre o Oriente e o Atlântico* (século XVII), Lisboa, Livros Horizonte, 2002. Acessado em: <https://books.google.com>.

⁷⁹ MELLO, Op. cit. pp. 30 e 31.

⁸⁰ Tratados de Munster ou Paz de Vestefália foi uma série de tratados e acordos de paz que os países participantes da Guerra dos Trinta Anos assinaram, colocando fim nesse conflito. Ver: ELLIOTT, J.H. *Europa después de la Paz de Westfalia*, Revista Pedralbes, (1999) e CARDIM, Pedro. "A Prática Diplomática na Europa do Antigo Regime". In: MARTINS, Fernando e RODRIGUES, Luís Nuno (coords). *História e Relações internacionais: temas e debates*; edições Colibri e CIDEHUS – UE, Évora, 2001.

a França. Não havia muitas alternativas a Portugal. A tarefa urgente atribuída a D. João IV era a criação imediata de um Conselho de Guerra, e o início das atividades diplomáticas para apoiar e legitimar a nova Coroa.⁸¹

As negociações em Haia mantiveram uma paz forjada até os limites de uma crise no âmbito das conquistas ultramarinas. O acordo de paz de 10 anos, assinado em 1641, manteve a política de cooperação entre as Províncias Unidas e Portugal ativa até quando a Holanda, entre 1641-42, invadiu o Maranhão e Angola. Nos principais pontos do Tratado constava a cessação das hostilidades entre portugueses e holandeses em todas as conquistas. Ao mesmo tempo, o Tratado de 1641 propunha a cooperação naval contra a Espanha, através da compra de navios, armamentos e munições que seriam usados na guerra contra Castela, assim como a restituição dos territórios já invadidos pelos holandeses. O grande interventor dessas transações diplomáticas foi Mendonça Furtado, embaixador da Corte portuguesa, que via com bastante desconfiança os projetos de conquista da WIC. O Tratado foi assinado em junho, mas somente ratificado por D. João IV em novembro, permitindo que nesse intervalo, a WIC invadissem São Tomé e a Luanda, argumentando que não houve quebra de tratado já que os territórios tinham sido invadidos antes da ratificação do acordo.⁸²

Pela segunda vez houve uma proposta de compra do Nordeste, agora levada ao reino pelo beneditino Estevão de Jesus.⁸³ Nela, os moradores luso-brasileiros se propunham a entrar com 2 milhões de cruzados, seja para que a Coroa comprasse o então Brasil holandês, seja para que se apressasse a armada a lutar contra os invasores. A verdade é que, nas palavras de Evaldo Cabral de Mello, “o estado de espírito da população luso-brasileira já se mostrava preocupante”, pois desejavam muito mais uma insurreição contra os holandeses do que aguentar dez anos de trégua entre hostilidades, falta de liberdade religiosa e intensa cobrança de dívidas aos proprietários de engenhos pela WIC. Sobre o tema, também não era

⁸¹ COSTA, Fernando Dore. *A Guerra de Restauração (1641-1668)*. Livros Horizonte, Lisboa, 2004, pp. 23-26.

⁸² MELLO, Op. cit., pp. 31-41.

⁸³ O beneditino advogou a favor dos colonos e a favor da insurreição para se libertar do domínio holandês. Se tornou “Procurador de Pernambuco” e teve sua ida a Lisboa bancada por Gaspar Dias Ferreira, testa-de-ferro luso-brasileiro de Nassau. Ver: *Nós por RN*. Suplemento do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Ano II, nº 20, julho de 2006, p. 08 e 09.

segredo que para muitos conselheiros de D. João IV o mais esperado era “guerra declarada do que paz fingida”.⁸⁴

O episódio mais conhecido da atividade diplomática luso-holandesa foi protagonizado pelo Padre Antônio Vieira. Sua significativa obra diplomática integra questões importantes sobre o estado caótico em que se encontrava a economia do reino, balizando para propostas que auxiliariam Portugal a lidar com a guerra contra Castela e com os projetos do rei D. João IV de restituir as praças portuguesas invadidas pelos holandeses. Tal proposta seguiria justamente o contrário da linha já lançada por outros diplomatas da Corte, a de se “resgatar por dinheiro” Pernambuco. A nova proposta sugerida pelo jesuíta, e contida no seu famoso “Papel Forte”, insistia não mais na compra, mas na entrega de Pernambuco aos holandeses.⁸⁵

A questão da entrega de Pernambuco era vista como a única saída para a manutenção da paz. Os moradores luso-pernambucanos há muito vinham sofrendo hostilidades, e muitos consideravam que o ódio aos holandeses poderia iniciar uma insurreição. Para Vieira, em seus dois pareceres, tanto o que convinha restaurar Pernambuco pela compra, como o que era a favor da sua entrega, o jesuíta aponta que a debilidade da armada, a falta de recursos financeiros e o parco contingente militar e naval não possibilitariam prolongar uma guerra contra a Holanda. Assim, declarou o padre na conclusão do “Papel Forte”:

Por amor de Deus e por amor de Vossa Majestade e por amor da Pátria, peço a todos os que lerem este papel que, depois que representarem consigo a grandeza, a importância, a extensão das nossas Conquistas e navegações, considerem como se pode acudir a tudo isto oportuna e efectivamente com uma só armada, e verão com quantas dificuldades, com quantas implicâncias e com quantos impossíveis encontram, ainda os que por excelência os não têm visto. Perder-se-á, sem dúvida, a Índia, e o Brasil também não durará muito; e não será necessário, para o inimigo nos tirar estes dois e tão grandes Estados, mais que dois golpes: um que leve Goa, outro que leve a Baía [...]. Isto, Senhor, se pode conservar com muros de paz, e assim o entenderam os Senhores Reis antepassados de Vossa Majestade, que tinham paz com todo o Mundo, e, enquanto a tiveram, foram senhores das três partes dele.⁸⁶

⁸⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Guerra declarada e paz fingida na restauração portuguesa*. Tempo, vol. 14, nº 27 (2009), pp. 82-100.

⁸⁵ VIEIRA, Antônio. “Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade, vol. III, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951, pp. 29-106.

⁸⁶ VIEIRA. *Ibidem*, pp. 101 e 102.

De certo, o clima de desconfiança diante das tramas holandesas era bastante corriqueiro entre os conselheiros e embaixadores da Corte. Mesmo seguindo a jurisdição “do primeiro possuidor” e do “Direito das Gentes”⁸⁷ para restituir as praças invadidas, Portugal sempre cedeu muito mais do que os Países Baixos, seja permitindo aos holandeses liberdade de comércio no reino, seja aguardando pacientemente as suas demoradas decisões.⁸⁸ O reino acertou em sua desconfiança e também investiu no auxílio ao capital judeu, prática já bastante comum entre as companhias de comércio fundadas pela Holanda, a *WIC* e a *VOC*.⁸⁹

Desde o início do século XVI, judeus e cristãos-novos passaram a abandonar Portugal por motivos de perseguições religiosas e a ocupar algumas áreas específicas da Europa, como a Itália e os Países Baixos. Em Portugal, a presença dos judeus remonta desde a origem e formação desse reino, sendo anterior a sua própria independência, após a sua separação da monarquia leonesa. Na região de Santarém já existia uma comunidade judaica com sua própria sinagoga, considerada a mais antiga do país. Até antes da consagração da Dinastia de Avis, os judeus e as judiarias detinham certa independência quanto à jurisdição canônica atuante e ocupavam cargos públicos apesar das intervenções papais nos reinados de D. Sancho e D. Afonso III.⁹⁰

⁸⁷ *Ius Gentium* ou Direito das Gentes: produto da tradição jurídica romana que se situa entre o direito natural e o direito civil. Direito que estabelece a relação entre os povos regidos por leis e costumes e os povos estrangeiros, sendo aplicado na modernidade como Direito Internacional. No caso do confronto entre Portugal e Holanda quanto as possessões portuguesas anexadas pelos holandeses esse direito dá lugar a uma jurisdição internacional que prima que o primeiro a possuir um bem ou coisa, que seja sem dono, é o seu legítimo proprietário, ou seja, o “direito do primeiro possuidor”. Ver: SCOTT, J. B. *The Spanish Origin of International Law. Francisco de Vitoria and his law of nations*. 2. ed. New Jersey: The Law Book Exchange, 2003. pp. 84-85;

⁸⁸ ERICEIRA, Conde. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa. Na Officina de João Galvão, ano de 1679, p. 180. Acessado em: <https://books.google.com.br>

⁸⁹ Sobre as companhias, ver: DEN HEIJER, H. “The Dutch West India Company, 1621-1791”. In: POSTMA, J & ENTHOVEN, V. *Riches from Atlantic Commerce. Dutch Transatlantic trade and shipping, 1585-1817*. Leiden/Boston: Brill, 2003, pp. 97-100. DEN HEIJER, Henk. *De Geschiedenis van de WIC: Opkomst, Bloei and Ondergang Zutphen: Walburg Press, 2002*. EMMER, Pieter & KLOOSTER, Willem. “The Dutch Atlantic, 1600-1800: Expansion without Empire.” *Itinerario: European Journal of Overseas History*, 23.2 (1999), pp. 48-69. EMMER, Pieter, “Los holandeses y el reto atlántico en el siglo XVII”. In: SANTOS PÉREZ, José Manuel y CABRAL DE SOUZA, George F. (eds.). *El Desafío Holandés al Dominio Ibérico en Brasil en el siglo XVII*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2006, pp. 17-23.o tema, ver:

⁹⁰ KAYSERLING, Meyer. *História dos judeus em Portugal*. Tradução: Anita Waingort Novinsky, Gabriele Borchardt Corrêa da Silva – São Paulo: Perspectiva, 2009; p. 36 e 37.

Como se sabe, a situação dos judeus do reino se agravou desde o reinado de D. Manuel, quando este, através de decreto em 1497, ordenou a expulsão de todos os que recusassem o batismo, sob pena de confisco de seus bens e, mesmo, a morte.⁹¹ Nos reinados filipinos, durante a Monarquia Hispânica, os judeus tiveram que lidar com os estatutos de “limpeza de sangue”, proposto pelo Duque de Olivares e a Inquisição espanhola. Apesar disso, no governo de Felipe IV, a economia espanhola bastante debilitada, seria auxiliada pelos bens e fortunas dos judeus portugueses que migraram para Castela após a revogação da lei que proibia a sua emigração. A partir de então, ganha destaque o mito do “marranismo”, o falso cristão, acusação sistematicamente aplicada aos descendentes cristianizados dos judeus luso-espanhóis.⁹²

Com a Restauração, a guerra contra Castela e o enfraquecimento da economia lusa, o padre Antônio Vieira foi um dos primeiros a tocar nesse tema bastante controverso: o auxílio financeiro dos judeus. Para ele, era necessário inserir os judeus e seu capital nas práticas mercantis do reino, permitindo sua liberdade religiosa, o não confisco de seus bens e mudanças nos estilos do Santo Ofício e do Fisco. Mas a política antijudaica de D. João IV foi mais assertiva do que as propostas a favor da gente da Nação Hebreia feitas pelo Padre Antônio Vieira. Apesar da luta constante de Vieira para reformar o Tribunal da Inquisição, a conspiração encetada pelo arcebispo de Braga, juntamente com o inquisidor-mor e mercadores judeus que apoiavam a Monarquia Hispânica contra D. João IV, colaborou para que o ódio contra os judeus aumentasse na Corte portuguesa.⁹³

Em suas propostas destinadas ao rei D. João IV, sobretudo: *Em que se representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa (1643)* e a proposta: *A favor da gente de nação, sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco (1646)*, Vieira reafirma a importância dos judeus para o reino, assunto que será melhor

⁹¹ ALVES, Paulo Renato de Castro. *D. Luis da Cunha e os cristãos-novos*, s.d., p. 2. Acessado em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf>.

⁹² Sobre as relações entre judaísmo e o padre Vieira, ver o artigo escrito por Antônio José Saraiva intitulado “Antônio Vieira, Menasseh Bem Israel e o Quinto Império”. In: SARAIVA, Antônio José. *O Discurso engenhoso*. São Paulo: Perspectiva, 1980; NOVINSKY, Anita. “Uma luta pioneira pela justiça dos judeus: padre Antônio Vieira”. In: AZEVEDO, Silvia Maria de. & RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs). *Vieira: vida e palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

⁹³ KAYSERLING. *Op. Cit.*, pp. 353-369.

trabalhado no próximo capítulo. Mesmo sendo obras controversas para um padre da Companhia, o fato é que os escritos de Vieira permitem ao público vários sentidos na medida em que ele mesmo se recria no interior de várias matérias, a religiosa, a política e a econômica. Vieira objetivava, assim, convencer o público de uma forma dialógica de superação da verdade que se molda pela égide da Igreja e da monarquia.⁹⁴ Sua habilidade em redimensionar as palavras através da linguagem divina, tornam as verdades escondidas em manifestações visíveis da obra de Deus. Nesta perspectiva, Deus falaria pelas palavras, e o papel do jesuíta seria somente interpretá-las da melhor maneira possível. Um recurso bastante interessante do qual Vieira se utiliza é o da *ocasião*, termo que se adequa ao momento oportuno para se proferir um discurso. Através do seu uso, Vieira pôde informar seus ouvintes sobre o fato de que o reino passava por sérias dificuldades financeiras e que era por Vontade Divina que se justificava o papel dos judeus em favor de Portugal. Segundo o famoso jesuíta:

Confirma-se o mesmo com o exemplo da História Sagrada, em que os príncipes e varões mais amantes de Deus se uniram muitas vezes com infiéis e idólatras, para fazerem guerra a seus inimigos ou se conservarem a paz. [...] também se funda esta verdade na doutrina do Evangelho, onde Cristo, Senhor nosso, aconselha que se deve dissimular a cizânia para sustentar as raízes do trigo, entendendo por cizânia os infiéis da nação hebraica e por trigo os católicos, como afirmam todos os doutores; e no mesmo lugar repreende o Senhor o falso e mal zelo dos que, com perigo da conservação do trigo, queriam arrancar a cizânia, e mandou que a deixassem estar e crescer junto na mesma seara.⁹⁵

Ao defender causas que, apesar de seguirem as preceptivas filosóficas e religiosas da escolástica barroca seiscentista, pois se enquadravam dentro de um *locus* místico que se sustentava na argumentação bíblica, os escritos de Vieira

⁹⁴ Sobre o tema, ver: BAKHTIN, Mikhail (V.N. Volochínov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem*. 13º ed. HUCITEC EDITORA, São Paulo, 2012, p. 32-33 SILVA, Cláudia Roberta Tavares. A questão da polifonia no discurso vieiriano: uma análise do Sermão da Sexagésima, Revista Encontros de Vista - Terceira edição, p. 87-99.

⁹⁵ VIEIRA, Antônio. "Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do Reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa (1643)". In: *Padre Antônio Vieira – Obras Escolhidas*, prefácios e notas de Antônio Sérgio e Hernani Cidade, vol. IV, Obras Várias II, editora Livraria Sá da Costa, Lisboa, p. 19.

também se tornavam um contracenso ao atingir discussões que permitiam aos cristãos múltiplas possibilidades de interpretação.⁹⁶ Torna-se, então, atrativa à monarquia portuguesa o projeto universalista de converter judeus, gentios e infiéis, e no processo utilizar seu capital econômico para o financiamento da Guerra da Restauração, bem como para o fortalecimento da economia lusa.⁹⁷

A valorização dos judeus colocou Vieira em contato com a comunidade judaica de Ruão e com o rabino Manasseh Bem Israel. Ao mesmo tempo, permitiu a Vieira uma formulação de críticas sobre o funcionamento da Inquisição, principalmente quanto ao tema da pureza de sangue.⁹⁸ Sua postura e conhecimento diante do capital mercantil, que canalizava o acesso ao crédito judeu na economia lusa, demonstravam que seu arsenal retórico era mais diversificado do que se costumava pensar. De todo modo, a Restauração e a guerra contra Castela iriam impor ao cenário econômico português a busca exatamente por novas estratégias para a manutenção tanto da soberania quanto da economia.

Tal estratégia não deve ser confundida com flexibilidade ou inconsistência no que diz respeito às fórmulas retóricas e à doutrina. Para Alcir Pécora, por exemplo, estava claro que tais propostas estavam em concordância com fórmulas já conhecidas da cristandade e do mundo letrado cuja base era a de retirar “vantagens das armas de seus inimigos”.⁹⁹ Portanto, pela reparação do erro e do pecado, os judeus cessariam sua dívida com Deus através da conversão e da ajuda financeira oferecida a Portugal. Escreveu o jesuíta:

Porque além de ser de fé que toda esta nação se há de converter e conhecer a Cristo, as nossas profecias contam esta felicidade entre os prodigiosos efeitos do milagroso reinado de Vossa Majestade, porque dizem que ao rei encoberto virão ajudar os filhos de Jacó e que por meio

⁹⁶ CAMELO, Marco Antônio da Costa. “A Estética da Criação Verbal de Padre Antônio Vieira sob a Óptica Bakhtiniana”. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras* – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007, p. 237-238.

⁹⁷ MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Padre Antônio Vieira e a economia portuguesa na época da restauração*. Revista de História Regional 11(1): 87-107, Verão, 2006.

⁹⁸ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira...* 2011, pp. 282-295.

⁹⁹ VIEIRA, Antônio. Sermões, tomo II / organização e introdução Alcir Pécora, São Paulo: Hedra, 2001, p. 386.

deste socorro tomarão conhecimento da verdade de Cristo, a quem reconhecerão e adorarão por Deus.¹⁰⁰

Vieira não concretizou seus planos políticos e messiânicos de reerguer Portugal e vê-lo como o “Quinto Império de Deus na Terra”, mas suas propostas apontaram caminhos importantes para o estudo do pensamento econômico português ao perceber a relevância da reintegração dos cristãos-novos e judeus ao reino. Também deu destaque em seus escritos diplomáticos à economia luso-brasileira e às rotas marítimas que se localizavam no Atlântico Equatorial, zona integrada pelo antigo Estado do Maranhão e Grão-Pará, para o desenvolvimento econômico de Portugal. A seguir, analisaremos as propostas do famoso jesuíta para o Portugal pós-restauração, enfatizando a dupla natureza das suas proposições, ao mesmo tempo, e sem contradição, religiosa-messiânicas e econômica-diplomáticas.

¹⁰⁰ Vieira, Antônio. “Proposta Feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe Representava o Miserável Estado do Reino”, in *Obras ... ed. cit., Vol. IV, p. 24.*

2º Capítulo

UNIVERSALISMO VIEIRIANO: messianismo e diplomacia

“[...] sem o respeito pelos direitos dos ministros de Deus, fica bem ameaçado o poder dos reis, a paz dos reinos, a obediência dos povos e a integridade da religião”. (Breve expedito pelo Papa Clemente VII, em 1594).

2.1. A Restauração e os Jesuítas...

A insatisfação religiosa portuguesa no tempo dos Filipes tem início bem antes dos alegados prejuízos fiscais dos últimos monarcas espanhóis. Ainda no final do século XVI, como afirma Jacqueline Hermann, o papa Clemente VII já informava ao rei Felipe II sobre as críticas a respeito dos excessos e “pressões espanholas ao provincial de Lisboa”, como sugere o Breve reproduzido acima. As dificuldades financeiras da Monarquia Hispânica também possibilitaram negociações com os cristãos-novos portugueses, perseguidos pela Inquisição, em troca de quantias elevadas pagas a Castela e licenças para exercerem em liberdade sua crença e administrar seus negócios.¹⁰¹

No reinado de Felipe IV a centralização política da administração olivarista aumentou ainda mais a insatisfação dos portugueses. Como dito anteriormente, a alta carga tributária e a presença indesejável da Infanta de Sabóia, duquesa de Mântua, nomeada por Felipe IV como vice-rainha do reino português, faziam crescer ainda mais os incômodos com a subordinação a Castela. Em outro aspecto da questão, a circulação de profecias e textos que exaltavam uma outra memória, voltada às narrativas messiânicas de fundação, também contribuíram para difundir uma renovada valorização do rei natural e legítimo herdeiro de D. Henriques, que iria ressurgir e livrar Portugal de uma união supostamente indesejada. O braço clerical luso, em suas mais diferenciadas Ordens, principalmente os dominicanos e os jesuítas, também contribuiu para a difusão dessas narrativas místicas e

¹⁰¹ HERMANN. *Op. Cit.* pág. 221.

posteriormente, a partir de 1637, passariam a uma clara oposição política à Monarquia Hispânica.¹⁰²



Felipe IV a cavalo de Diego Velázquez, 1634, Museo del Prado, Madrid.

O ideal universalista da Monarquia Católica gerou um “sistema imperial”, que para muitos autores, de Geoffrey Parker a Serge Gruzinski, não deve ser discutido sem atentar para um panorama político, religioso e cultural mais amplo. Exemplo disso foi o próprio movimento restauracionista que se só foi possível a partir de uma necessária cooperação entre o clero, o “povo” e a nobreza. Ainda assim, a representação do braço clerical, nas cortes de 30.01.1641, não foi unanime,

¹⁰² FARIA, João André de Araújo. *A Restauração Prodigiosa de Portugal (1640-1668)*. Dissertação de mestrado – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; pp. 24 e 25.

transitando entre críticas e apoio à nova monarquia instaurada, o que apontava para o jogo desconexo que a Igreja, a Inquisição e a monarquia mantinham nesse período.¹⁰³

Nesta ocasião, as preocupações religiosas também se confundiam com cautela econômica. Nos capítulos das Cortes de 1641, havia mesmo uma certa preocupação com o crescimento do patrimônio eclesiástico, gerando a proposta de que o clero evitasse a fundação de novos mosteiros e diminuísse as taxas de ingressos nos conventos. Tudo isso dentro de um ambiente de clara cordialidade entre Igreja e monarquia no período pós-restauração. Vale lembrar que os capítulos das Cortes substituíram algumas Ordenações do reinado de Felipe III, trazendo mais vantagens e privilégios ao clero. Os cristãos-novos, que também tiveram capítulos a parte nas Cortes de 1641, principalmente no que dizia respeito à proteção e conservação das “praças dos homens de negócio” de Lisboa, fizeram de seus bens capital necessário para a sustentação da guerra contra Castela.¹⁰⁴

Essa ruptura de ordem evidencia, até certo ponto, a discordância existente entre Castela e Portugal no que diz respeito a alguns aspectos da administração eclesiástica. Entretanto, claro estava que a fidalguia e a nobreza portuguesas ganhavam muito mais, em favores e títulos, quando demonstravam seu apoio irrestrito ao governo de Madrid. Porém, a nova política olivariana, principalmente a política militar da época da revolta catalã, pressionava as finanças e a liberdade do reino.¹⁰⁵

Para Dores Costa, outra questão importante para a compreensão do movimento restauracionista são exatamente as representações messiânicas que ajudaram a impulsionar o apoio da Igreja à causa. Em Portugal, messianismo régio e universalismo estão conectados no ensejo do retorno ao Rei Encoberto que iria purificar os infiéis e renovar a Igreja. O monarca profetizado fora muitas vezes esperado, uma na figura de D. Sebastião, outra na de D. João IV, logo após a

¹⁰³ HESPANHA, A. M. A Restauração portuguesa nos capítulos de corte de Lisboa de 1641. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993, nº9 e 10, pp. 29-62.

¹⁰⁴ Em 1641, após a aclamação de D. João IV, foram iniciadas as primeiras reuniões de estados, também conhecidas como as cortes de 1641 onde foram publicados os Capítulos Gerais referentes a cada corte que participava deste evento, a nobreza, o clero e o povo. Ver: HESPANHA, A. M. A Restauração Portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993, nº9 e 10; pp. 29-46.

¹⁰⁵ COSTA, Fernando Dores. *A Guerra de Restauração (1641-1668)*. Livros Horizonte, Lisboa, 2004, p. 17.

Restauração Portuguesa. A evolução do messianismo sebastianista apresentou nomes mais tarde bem conhecidos da cultura ibérica, como a do sapateiro Bandarra em Portugal, e a do Frei Sandoval, em Castela, que escreveram sobre a crise dinástica do governo de Carlos V, em 1520. Nesse seu escrito político-eclesiástico já se falavam de profecias sobre a vinda de um rei português que iria governar toda a Espanha.¹⁰⁶

As Trovas de Bandarra, especificamente, foram compostas antes do episódio de Alcácer Quibir, entre 1520 e 1530, sendo mais tarde interpretadas e reinterpretadas por figuras importantes do reino, como D. João de Castro, conhecido adepto do sebastianismo, e o Padre Antônio Vieira, que colaborou para a implantação de um novo tipo de messianismo régio no reino, o Joanismo.¹⁰⁷ O sucesso do movimento restauracionista chegou rapidamente às camadas mais populares a partir de uma nova fórmula sebastianista. Com efeito, a legitimação dessa nova mística se deu na popularização de escritos que narravam feitos épicos e vitórias bélicas. Os jesuítas, João de Vasconcelos (1592-1661) e Antônio Vieira Ravasco (1608-1697) foram grandes difusores dessas crenças populares.¹⁰⁸

Publicada em 1643, a obra *Restauração de Portugal Prodigiosa*, supostamente publicada por Gregório de Almeida Ulyssiponense, um pseudônimo, foi mais tarde creditada ao padre João de Vasconcelos. Trata-se de uma obra importante para a memória do movimento restauracionista, ao considerar a separação do reino de Portugal do domínio espanhol como algo inevitável, obra supostamente da Providência Divina. Tendo uma concepção providencialista da história de Portugal, o autor reinterpreta as Trovas de Bandarra e apresenta D. João IV como “verdadeiro rei Encoberto”. No mesmo sentido, Antônio Vieira também vai se valer do sapateio

¹⁰⁶ Fray Prudencio de Sandoval, *Historia de la vida y hechos del Emperador Carlos V. Máximo, fortísimo, Rey Católico de España y de las Indias y Tierra firme del mar Océano*, publicada em Pamplona, 1674, apud HERMANN, Jacqueline. Sementes do Messias: percursos do messianismo régio ibérico (sécs. XIV-XVI). *Electronic Journal of Antiquity and middle Ages. Mirabilia Journal*, 21 (2015/2), p. 225. Acessado em: <http://www.revistamirabilia.com/issues/mirabilia-21-2015-2>

¹⁰⁷ LIMA, Luís Filipe Silvério da Silva. O Percurso das Trovas de Bandarra: circulação letrada de um profeta iletrado. In: *O Império por Escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico, século XVI-XIX*. Leila Mazan Algranti, Ana Paula Torres Megiani, organizadores. São Paulo: Alameda, 2009, pp. 441-452.

¹⁰⁸ Sobre as origens do messianismo e do milenarismo como uma herança judaico-cristã, ver: COHN, Norman. *Na Senda do Milênio: Milenarismos Revolucionários e Anarquistas Místicos da Idade Média*. Lisboa: Presença, 1970.

Bandarra em outra conhecida formulação messiânica.¹⁰⁹ Na verdade, foram vários os jesuítas que, desde a união das coroas ibéricas, manifestaram apoio à independência do reino de Portugal. Como foi dito no capítulo anterior, a intervenção da escolástica barroca na consciência religiosa dos clérigos da Companhia de Jesus permitiu aos padres uma certa reinvenção das profecias que ganha fundamento político e até mesmo econômico.¹¹⁰

A insatisfação de certos grupos religiosos ficou latente nos últimos anos do período filipino. Após a independência, a relação entre a Companhia de Jesus e a Inquisição se tornou ainda mais conflituosa. Com a Restauração, e o apoio dado pelos jesuítas ao movimento, as críticas ao Tribunal do Santo Ofício aumentaram, principalmente no que diz respeito à política a respeito de judeus e cristãos-novos. Sobre a atuação da Inquisição em Portugal, episódios como o da Universidade e Colégio do Espírito Santo de Évora, cujo cancelário e reitor, ambos jesuítas, foram processados por difundir opinião contrária aos procedimentos do Tribunal, demonstram o constante embate entre as duas instituições.¹¹¹

Também a entrada no cenário político português do padre Antônio Vieira colaborou indiretamente para a intervenção do Santo Ofício na política diplomática e econômica do reino. Como se sabe, o padre chegou a provocar a Inquisição afirmando que “enquanto os inquisidores vivem da Fé, os padres da Companhia de Jesus morrem pela fé”. Suas ideias messiânicas e universalistas, expressas em cartas após a morte de D. João IV, foram alvo de um processo Inquisitorial em 1664, e sua posterior prisão pelo Santo Ofício em 1665, agravou ainda mais a situação. Antes disso, entre 1643 e 1648, suas opiniões pessoais sobre a participação dos Cristãos-novos nas atividades econômicas e na consolidação do Império Universal português também renderam severas críticas da Inquisição.¹¹²

¹⁰⁹ TORGAL, Luís Reis. *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração, Vol. I*. Publicada pela Secretária do Estado do Ensino Superior, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Portugal, 1981, pp.241-243. Acessado por: <https://books.google.com.br>.

¹¹⁰ TORGAL. *Ibidem*, pp. 95-97.

¹¹¹ Ver: AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antonio Vieira* - Tomo I. São Paulo: Alameda, 2008, p. 97; PAIVA, José Pedro. “Revisitar o processo inquisitorial do Padre Antônio Vieira”. In: *Lusitania Sacra*, 2º série, Tomo XXIII, janeiro-junho 2011, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, pp. 151-168.

¹¹² MUHANA, Adma. O processo inquisitorial de Vieira: aspectos profético-argumentativos. In: *Semear* 2, PUC – Rio, 2007.

Vale lembrar que além da carta *Esperanças de Portugal*, denunciada pelo Conselho Geral do Santo Ofício em Lisboa, entre 1660 e 1663, e da obra *História do Futuro*, denunciada à Inquisição pelo Pe. Jorge de Carvalho, em 1664, também outras denúncias foram incorporadas ao processo de Vieira entre 1649 e 1652, somando ao todo dez denúncias durante o período. Foi através de sua defesa que todo o conjunto de sua obra de conteúdo profético foi reavaliado e incorporado em uma obra maior que Vieira intitulou *Apologia das coisas profetizadas*. Durante o período em que esteve preso pela Inquisição reeditou os capítulos de *História do Futuro* e iniciou o quarto e último período do seu processo ao receber o aval do Conselho Geral da Inquisição para finalizar sua defesa, sob o título de *Defesa perante o Tribunal do Santo Ofício*.¹¹³

Durante todo o processo inquisitorial finalizado apenas em 1667, Vieira nunca abandonou suas ideias messiânicas e milenaristas. É possível, entretanto, constatar a formação desse ideal profético durante toda a formação do jesuíta, e não incompatível com sua atuação política no reino. O universalismo católico, em sua concepção mais ampla, visava o bem-comum de povo, coletivo composto tanto por cristãos quanto por hereges, que se uniriam através da evangelização e sua posterior salvação. Essa concepção se inaugura nos milagres de fundação e aclamação do primeiro rei português, D. Afonso Henriques. Trata-se de influências proféticas, como explica Leonardo Soares Barbosa, que estão em um diálogo constante entre Deus e o homem, simbolizando uma ideia de Aliança entre Deus e seu povo. O homem por meio da palavra, ou seja, da evangelização movimenta a engrenagem desta relação com o divino.¹¹⁴ Dessa forma, a argumentação de Vieira é bastante clara quanto às profecias que esperava que fossem concretizadas, mas que nunca chegaram a ter o seu cumprimento. Como escreve o famoso jesuíta:

[...] grandes são as esperanças de Portugal, mas quando há de ver Portugal essas esperanças?

[...] quem considerar o reino de Portugal no tempo passado, no presente e no futuro: no passado o verá vencido, no presente ressuscitado e no futuro glorioso: e em todas estas três diferenças de tempo e estilos lhe

¹¹³ MUHANA, Adma. *Op. Cit.* 2007, pp. 27-37.

¹¹⁴ BARBOSA, Leonardo Soares. *O Quinto Império: pragmatismo e profecia nos escritos do Padre Antônio Vieira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010, pp. 32-37.

revelou, e mandou primeiro interpretar os favores e mercês tão notáveis, com que o determinava enobrecer.¹¹⁵

Para o jesuíta, o destino do reino já estava traçado em textos proféticos desde o episódio de sua fundação. Em *História do Futuro* Vieira fala de uma profecia feita por São Bernardo, em carta escrita ao rei D. Affonso Henriques, onde diagnosticava os sessenta anos de castigo, a restituição e o sucesso de Portugal. São Bernardo agradece ao rei pela mercê concedida às terras de Alcobça, onde os frades fizeram mosteiros e se certifica de uma “recompensação de Deus” aos portugueses:

[...] me disse que lhe certificasse eu da sua parte que a seu reino de Portugal nunca faltarão reis portugueses, salvo se pela graveza de culpas por algum tempo o castigar; não será, porém tão comprido o prazo deste castigo, que chegue a termos de sessenta anos. De Claraval, 13 de março de 1136. Bernardo.¹¹⁶

A razão católica e os negócios políticos do padre Vieira são necessariamente ajustados e compatibilizados em seus escritos. Os recursos político-econômicos utilizados para reformular tais ajustes remontavam às suas crenças messiânicas e proféticas, incluindo a admissão de práticas do judaísmo à sua exegese católica. Essa manobra retórica tinha por objetivo incentivar e fortalecer os laços comerciais entre a monarquia e a comunidade judia em uma aliança de colaboração e perdão.¹¹⁷ Em seus argumentos, o jesuíta também insere a América portuguesa em um propósito universalista. Dito isto, os territórios portugueses na América, invadidos, prejudicados comercialmente, ou ainda não conquistados, poderiam ser restabelecidos com o auxílio judeu e cristão-novo. Em seu projeto, judeus, cristãos-novos, índios, hereges e os próprios portugueses seriam os edificadores desse Império, sem que isso prejudicasse a conversão destes povos, como veremos a seguir.

¹¹⁵ VIEYRA, Antônio. *História do Futuro*: livro antepimeyro prologomeno a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998, pp. 19-41.

¹¹⁶ VIEYRA. *Ibidem*, pp. 124-125.

¹¹⁷ PÉCORA, Alcir. Vieira, a Inquisição e o Capital. In: *Topoi*, Revista de História – Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Vol. 1, 7letras, Rio de Janeiro, 2000, pp. 178-196.

2.2. O destino da América.

Para Vieira, a América portuguesa é o “sujeito da nossa história, e este o Império que prometemos ao Mundo”. Trata-se de uma leitura dos descobrimentos inserida em *História do Futuro* cujo objetivo era narrar, de acordo com o jesuíta, a verdadeira profecia sobre o Quinto Império. Ao falar sobre as navegações portuguesas, como um ato de conquista espiritual, feitos de cavaleiros de Cristo ao cruzar o mar em busca da salvação de outros, a profecia vieiriana define o Império português não como conquista comercial ou territorial, mas principalmente espiritual.

A metáfora da “cavalaria de Cristo”, também usado pelo profeta Abdias, devidamente reinterpretado por Vieira, também faz alusão a uma ideia de “vocação Atlântica” lusa. Para o Cortesão, tal ideia está inserida na dimensão Imperial da monarquia lusa, que para Vieira indicava, sobretudo, a especial contribuição desta nação em direção ao progresso de uma cristandade universal.¹¹⁸ Vieira vislumbra essa realização futura do reino português em um processo conjunto entre este e suas descobertas através de uma dinâmica político-econômico-religiosa. Como bem lembra Alcir Pécora, ao citar Marcel Bataillon, Vieira associa uma nova linguagem profética aos descobrimentos portugueses. Para o jes  ita, a profecia de Isaías só pode ser compreendida a partir de notícias e relatos da conquista do Novo Mundo:¹¹⁹

Trabalharam sempre muito os interpretes antigos por acharem a verdadeira explicação e aplicação deste texto; mas nem atinaram, nem podiam atinar com ela, porque nem tiveram notícias da terra, nem das gentes de que falava o profeta. Os comentadores modernos acertaram em comum com o entendimento da profecia, dizendo que se entende da nova conversão    f   daquelas terras, e gentes também novas, que ultimamente se conheceram no Mundo com o descobrimento dos Ant  podas [...].¹²⁰

¹¹⁸ Ver: CORTESÃO, Jaime. *O Ultramar português depois da Restaurac  o*. Obras Completas, XX; Portugal Editora, Lisboa, 1967.

¹¹⁹ PÉCORA, Alcir. *Op. Cit.*, 2008, pp. 225.

¹²⁰ VIEIRA, Ant  nio. *História do Futuro*: livro antepreimeyro prologomeno a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998, pp. 298.

Vieira afirma que os profetas do Antigo Testamento, “não acertaram até agora o sentido próprio e natural” das profecias de Isaías. Segundo o jesuíta, não existia consenso sobre a região do mundo objeto das profecias. Profetas como Cornelio e Maluenda consideram tratar-se da China ou do Japão; Mendonça e Rebello entende que a profecia falava sobre a Índia Oriental. De outro modo, Ludovico Legionense, Thomás Bozio, Arias, Montano, Federico, Lumnio e Martin Del Rio diziam que a profecia trataria da América. Para Vieira, esta terra misteriosa era um lugar de gente terrível, de pele lisa, sem pelos. Para o jesuíta, esta gente existe em maior quantidade em uma província específica da América portuguesa, o Maranhão.¹²¹

Com as invasões holandesas ao nordeste açucareiro, principalmente em Pernambuco, muitos índios guerreiros ao não poderem resistir às armas do invasor, de acordo com Vieira, “se meterão pelo sertão, onde ficaram muitos, outros caindo para a parte do mar, vieram sair às terras do Maranhão”. Para o famoso jesuíta, estes nativos saídos de Pernambuco eram os tupinambá, que juntos com os “Maranhões” se fixaram e formaram ocupações bem distantes uma das outras. Esse fenômeno, segundo Vieira, deve-se ao fato de os tupinambá serem povos violentos e os “maranhões”, como gente nascida e criada na água, terem fundamentos de arte náutica e a capacidade de se deslocar facilmente entre os inúmeros rios com suas embarcações cavadas nos troncos das árvores (canoas).¹²²

O Maranhão se localiza em uma zona estratégica, integrada ao chamado “Atlântico Equatorial”, ou seja, a parte equatorial do circuito de navegação do Atlântico Norte.¹²³ Assim, esta parte da América portuguesa não pertence às rotas do Atlântico Sul, tal como navegadores e eruditos sabiam na época. O Maranhão configura-se como área de entrepostos comerciais e de circulação de mercadores estrangeiros não ibéricos, sobretudo franceses e holandeses. Trata-se de uma região que abrange espaços de disputas, concorrências ensejadas pela facilidade da navegação com a

¹²¹ Lembramos da já comentada cronologia da obra *História do Futuro...* MUHANA. Op. Cit. 2007.

¹²² VIEYRA, Op. Cit., 1998, pp. 301-305.

¹²³ Termo utilizado pelo historiador Rafael Chambouleyron e Alírio Cardoso. CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. *Canoa do Tempo - Revista do Prog. Pós-Graduação de História*, Manaus v. 2, n. 1, jan./dez. 2008, p. 189 e CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 44-62.

Europa. Vieira já expressava em cartas e documentos a importância dessa região e de suas riquezas naturais antes mesmo do seu período missionário no Maranhão (1653-1661).

Para o jesuíta, era necessário evangelizar, mas também aproveitar o conhecimento e a disposição dos índios para o trabalho e para a guerra. Para o jesuíta, arte de navegação e as capacidades bélicas dos nativos auxiliariam na descoberta de novas rotas navegáveis pelo Amazonas e seus afluentes, mas também no combate ao inimigo estrangeiro. Aliando suas estratégias políticas a sua inclinação para o conhecimento profético, o jesuíta passa a conceber o Maranhão em seus textos religiosos e políticos como um território eleito por Deus, capaz de auxiliar inclusive o reino contra a ameaça castelhana. É bom lembrar que o extremo norte da América portuguesa funcionava como área de possível intercâmbio cultural e conexões econômicas com os territórios da América espanhola.

Lidar com a questão de proteger e negociar as fronteiras do Atlântico e ainda tentar reverter a situação de Pernambuco, sob domínio das Províncias Unidas, eram tarefas complexas e dispendiosas para Portugal, que também se via em uma crise interna, com a carência de gêneros e danos financeiros resultados imediatos das pressões castelhanas. Assim, muitos eruditos passam a aliar concepções místicas com pragmatismo político e econômico com discutidos nos Conselhos administrativos do reino nos anos seguintes à Restauração.¹²⁴

No entanto, a legitimidade do reino não seria somente conquistada através da diplomacia ou do combate aos castelhanos nos terrenos de batalha, dava-se também, como já dito, através da propagação do profetismo sebastianista. Nesse sentido, a agudeza vieiriana nos apresenta um neossebastianismo identificado diretamente na figura do rei D. João IV, atrelado a uma linguagem ajustada às demandas da vida civil e política. Essa noção aparece na famosa carta enviada ao bispo do Japão, Padre André Fernandes, a *Esperanças de Portugal*, escrita em 1659 nas terras do Grão-Pará, durante o chamado período missionário do jesuíta no Maranhão. A carta se encarrega de interpretar as profecias de Gonsalvanes Bandarra,

¹²⁴ Ver: LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A Gestão no labirinto*. Circulação de informações no império ultramarino português, formação de interesses e a construção da política lusa para o Prata (1640-1705). Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

o sapateiro de Trancoso. O contexto da escrita da carta merece algumas considerações.

Na época, o Estado do Brasil era governado pelo Marquês de Montalvão, sobre quem mais tarde recairia suspeitas de associação aos Filipes e de traidor da restauração.¹²⁵ D. Jorge de Mascarenhas, o marquês de Montalvão, tornou-se o primeiro vice-rei do Brasil, nomeado por Felipe IV, de Espanha, em 1640. Com o sucesso do movimento português, o marquês envia seu próprio filho, Fernando Mascarenhas, a Portugal na companhia de padres da Companhia, entre eles o próprio Antônio Vieira. Esta comitiva deveria jurar lealdade ao novo rei. Com a chegada de Vieira à Corte, D. João IV tentou-se conhecer detalhes sobre a invasão holandesa ao nordeste do Brasil, bem fundamentadas pelo conhecimento que o jesuíta possuía do território brasileiro. Lembramos que, em 1624, Antônio Vieira narrou em sua carta *Ânua* todo o desenrolar da invasão, enfatizando também a posterior expulsão dos neerlandeses da Bahia.¹²⁶

¹²⁵ VIEIRA, Antônio. *Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo*, primeira e segunda vida de El-Rei D. João o quarto. Escritas por Gonsalvanes Bandarra e comentada pelo Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus e remetidas pelo dito ao Bispo do Japão, o Padre André Fernandes. In: *De Profecia e Inquisição*. Brasília – Senado Federal, 2001, pp. 63-109.

¹²⁶ Sobre o tema, ver o clássico texto de Schwartz. SCHWARTZ, Stuart. The Voyage of the vassals, royal power, noble obligations, and merchant capital before the Portuguese Restoration of the independence, 1624-1640. *The American Historical Review*, vol. 96, nº 3 (junho, 1991), pp. 735-762.



La Recuperación de Bahía de Todos los Santos (1635), de Juan Bautista Maíno, Museo del Prado, Madrid.



No detalhe da obra, o plano médio, mostra o comandante da armada luso-espanhola D. Fradique de Toledo e a derrota dos holandeses, ajoelhados diante da representação do rei Felipe IV e do valido conde-duque de Olivares. A representação faz alusão ao projeto do valido de “união das armas” espanholas e portuguesas para derrotar os holandeses na Guerra dos 30 Anos.

Como destaca Wolfgang Lenk, a Bahia e todo o Nordeste açucareiro viviam sob constante ameaça dos Países Baixos, mas a crise pelo qual passava Castela,

com a rebelião da Catalunha e de Portugal, possibilitou a abertura das negociações entre lusos e holandeses para uma solução rápida da questão do Brasil holandês. A paz beneficiaria economicamente os dois, rompendo ainda com o poderia espanhol na região, reatando o fornecimento do açúcar brasileiro, e também do sal de Setúbal, empreendimento importantíssimo para a manutenção da pesca em Amsterdam. Do ponto de vista estratégico, a reabertura do diálogo beneficiaria todos os envolvidos.¹²⁷ Este é o momento em que Antônio Vieira inicia sua atividade diplomática a serviço da Corte portuguesa. Para autores como Raymond Cantel e Alcir Pécora, esse contexto só parcialmente explica o texto profético vieiriano. Para ambos autores, estes escritos não podem ser resolvidos sem atentarmos para uma noção mais ampla de “unidade profética”.¹²⁸ Nesse sentido, a atuação diplomática vieiriana condiz diretamente com o desenvolvimento de sua “utopia” do Quinto Império, logo, sua pragmática política se reordena a partir de uma universalidade cristã neotomista. Basicamente, a proposta profética do jesuíta é inserir todos os eventos particulares e divinos da nação portuguesa nas profecias consumadas. Dessa forma, a história de Portugal é cronologicamente parte da temporalidade das profecias.¹²⁹ Segundo Vieira:

[...] A nossa história (história dos portugueses) começa no tempo em que se escreve, continua por toda a duração do mundo, e acaba com o fim dele: mede os tempos vindouros antes de virem, conta os sucessos futuros antes de sucederem, e descreve feitos heróicos e famosos antes da fama os publicar e de serem feitos.¹³⁰

Desse modo, as interpretações das profecias de Daniel e Isaías transpostas para o território da América portuguesa dão certa notoriedade a este espaço. Este olhar diferenciado reivindica uma projeção, não somente vieiriana, mas para toda a Monarquia Católica, da criação de uma “comunidade étnica” onde participariam “aventureiros portugueses dispersos do Atlântico ao Andes, da Floresta Amazônica ao Rio da Prata”.¹³¹ Vieira projeta, então, a realização dessa comunidade

¹²⁷ LENK, Wolfgang. *Guerra e Pacto colonial: A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*, São Paulo: Alameda, 2013, pp. 107-146.

¹²⁸ PÉCORA. *Op. Cit.*, 2008, pp. 63-68.

¹²⁹ *Ibidem*, pp. 69.

¹³⁰ VIEIRA, Antônio. *História do Futuro...*, 1998, pp. 09.

¹³¹ Ver: VIEIRA, Antônio. *Sermão dedicado as Exéquias de D. João IV, 1657*.

étnica a partir da missionação jesuítica, fluindo na direção de sentimento comum de pertencimento à unidade cristã. Segundo Alcir Pécora, tal comunidade étnica seria edificada na forma do “edifício de Pedro”, uma estrutura teórica que teria como base a fidelidade a Deus, depois à monarquia e, por fim, à Igreja Católica. Nesse sentido, as manifestações aparentemente negativas impostas a história de Portugal eram pré-requisitos até o advento do Quinto Império Universal. Assim, a crise, a guerra, as intempéries das missões, e as invasões holandeses seriam parte de um processo de formação dessa unidade mística.¹³²

Em vários períodos de sua vida, Vieira deu significados distintos ao sentido de “universalidade”. Tornou-se sebastianista ainda na Bahia, dedicando, em 1634, um sermão inteiro em homenagem a D. Sebastião, acreditando fielmente em seu retorno do Marrocos. Já em Portugal, torna-se profeta político, ao considerar D. João IV, falecido em 1656, rei messiânico, de natureza semelhante a D. Sebastião como “encoberto”. Após o ano de 1666, ano em que sua profecia messiânica não se viu confirmada, e também após a sentença do Tribunal do Santo Ofício, Antônio Vieira abandona, em parte, o messianismo e passa a crer somente em Portugal como o reino privilegiado por Deus, escolhido para cumprir a missão divina de restaurar o reino na Terra, combatendo os infiéis e expandindo espiritualmente a experiência do Evangelho.¹³³

A experiência do Evangelho em novas terras descobertas dava mais força ao “mito do Império Universal”. Esse mito, construído no período medieval, se intensificou no período da formação das monarquias ibéricas, motivando uma disputa e uma concorrência por mercados e fiéis. Para Margarida Vieira Mendes, o Quinto Império vieiriano procurava reduzir a multiplicidade e a variedade, histórica e geográfica, em busca de um “todo único, contínuo, sem partes”. Isso significa que, enquanto a teologia medieval acreditava na vinda do Quinto Império como o último reino dos homens na Terra, implantado pelo Anticristo, em Vieira, o último e Quinto Império seria uma continuação da história do reino português, que consumiria todos

¹³² PÉCORA, Alcir. *Op. Cit.* pp., 2008, 65-67 e pp. 91-92.

¹³³ PÉCORA, Alcir. *Op. Cit.*, 2008, pp. 65-67 e pp. 91-92.

os outros reinos, emergindo em uma universalidade cristã.¹³⁴ Assim, para Vieira tudo já está predestinado e, Deus seria a Causa Primeira.

2.3. Restaurar Portugal: as propostas econômicas do Padre Antônio Vieira

Os escritos diplomáticos de Vieira também versam sobre economia. Para a compreensão deste aspecto é fundamental alguma explicação sobre como andavam as negociações nos anos de 1640. Neste período, era bastante miserável o estado do reino luso, não somente pela grave crise econômica que a nação enfrentava, mas também pela ameaça dos vizinhos castelhanos.¹³⁵ Como se sabe, a diplomacia portuguesa enviou embaixadores para várias nações, sendo as principais França, Holanda e Inglaterra. Para a nova dinastia instaurada, era necessária uma aproximação diplomática com estas monarquias. Porém, os primeiros acordos entre essas nações só se iniciaram em Münster, a partir de 1647. Vieira, desejoso de participar das muitas negociações entre França e Portugal, se encaminha para a embaixada parisiense, em 1647, com a instrução de oficializar a aliança e o matrimônio do príncipe, D. Teodósio, com a princesa da França, Anne Marie d'Orléans, ou duquesa de *Montpensier*. As condições da união, já mencionadas, ofereceriam o reino de Portugal à França, continuando D. João IV com rei dos Açores, do Maranhão e do Grão-Pará.¹³⁶

As negociações luso-francesas foram sempre oscilantes e jamais concretizadas muito por causa da ousadia e polêmica com que eram tratadas. Até mesmo dentro do próprio círculo diplomático de D. João IV, as propostas do padre Antônio Vieira eram vistas com bastante desconfiança. Assim pensava o Marquês de Niza, que apesar de trocar correspondência com o jesuíta, entre 1646-1649, sempre

¹³⁴ Ver: MENDES, Margarida Vieira. *A oratória barroca de Vieira*. 2ª ed., Lisboa: Caminho, 2003, pp. 521-522; CANTEL, Raymond. "L'Histoire du Futuro du Père Antônio Vieira. Réflexions sur la genèse de l'oeuvre et les différents moments de sa composition", In: *Bulletin des Études Portugaises*. Institut Français au Portugal, nouvelle série. T. XXV, 1964, pp.23-49 e

¹³⁵ VIEIRA, Antônio. Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino.... In: *Obras Completas*, pref. e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951, pp. 01-26.

¹³⁶ PRESTAGE, Edgar. *Relações diplomáticas de Portugal com a França, Inglaterra e Holanda (1640-1668)*, pp. 111.

demonstrou preocupação diante da forma como Vieira conduzia algumas questões. Acerca da falsa paz que se impôs entre França e Castela, após a morte de Richelieu, Vieira reconheceu o jogo de condições e imposições que os franceses faziam ora com Portugal, ora com a própria Espanha. O novo ministro, Cardeal Mazarino, a partir de 1643 passou a negociar discretamente com Portugal e com Castela ao mesmo tempo. As negociações com Portugal buscavam uma aliança político-econômica contra a Espanha, enquanto os franceses protelavam as negociações de paz com os castelhanos. Por esse motivo, Vieira considerou mais urgente a paz interna e a reconstrução do reino e colaborou com várias propostas bélicas e econômicas para manter a unidade interna.¹³⁷

Não podemos negar que as condições econômicas, tanto de Portugal quanto de Castela, não eram das melhores. Somente França e Holanda gozavam de boas condições financeiras na época, e por isso levavam sempre as suas negociações a um patamar de superioridade. As fontes de riqueza luso-espanholas, durante a União Ibérica, como Pernambuco, na América, e Guiné, na África, representaram o início de uma crise no Império, na medida em que as invasões holandesas nesses territórios, em 1630 e 1638, respectivamente, prejudicaram sobremaneira os circuitos de navegação. Para fortalecer a posição da *WIC*, os Países Baixos estabeleceram um monopólio rígido sobre as especiarias, rompendo com o domínio luso. Em Pernambuco e na Guiné, o açúcar e os escravos que asseguravam sua produção foram dominados pela agressiva política dos neerlandeses, mais tarde, em julho de 1641, outro centro português fornecedor de escravos, Luanda, foi invadida por eles, mesmo tendo os dois reinos firmado trégua de dez anos, com a assinatura do Tratado de Haia.¹³⁸

Na opinião de Vieira seria mais razoável uma atuação diplomática com relação à Holanda do que uma ofensiva bélica. Como ressalta Hernani Cidade, os holandeses na época eram onipresentes e por todas as partes ameaçavam o império português. Diante disso, a intervenção política do jesuíta estava sustentada em fundamentos econômicos sobre a presença holandesa em Pernambuco. A tática de

¹³⁷ CIDADE, Hernâni. Prefácio. In: VIEIRA, Antônio. *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951, pp. VII-LXIII.

¹³⁸ Sobre o tema, ver: ISRAEL, I. J. *La República Holandesa y el Mundo hispánico, 1606-1661*. Madrid: Editorial NEREA, 1997.

“prometer para evitar”, evitar a guerra armada; evitar a completa perda dos centros açucareiros no nordeste brasileiro, e evitar o conflito ultramarino, parecia a melhor. Vieira tinha consciência de que a esquadra portuguesa estava combalida e a Holanda havia se convertido, com a fundação das duas companhias, a WIC e a VOC, na principal nação a dominar o comércio dos mares.¹³⁹ O Conselho Ultramarino português, criado após a Restauração, em 1642, era, como se sabe, o órgão responsável pela política ultramarina no contexto da guerra. Representado, inicialmente, por três conselheiros, dois fidalgos e um membro da justiça portuguesa, era presidido por D. Jorge de Mascarenhas, o marquês de Montalvão; o conde de Alegrete, Matias de Albuquerque e o Dr. Francisco de Carvalho.¹⁴⁰

Não é novidade que os conflitos europeus, na década de 1620, por conta da nova política de restrições do Conde-duque de Olivares, e das relações comerciais entre Portugal e Holanda, tinham impactos variados sobre a economia das nações. Como se sabe, a invasão holandesa ao nordeste do Brasil foi consequência indireta do contexto da guerra hispano-holandesa, clima agravado pela interferência olivariana ao proibir o comércio ultramarino entre as nações. Com a Restauração de 1640, e as novas diretrizes diplomáticas do reino luso no sentido de reconhecer e legitimar o novo rei, missões foram destinadas a Haia para restabelecer tais ligações comerciais. A primeira missão diplomática direcionada à Holanda, realizada com o objetivo de garantir a trégua entre Portugal e os Países Baixos, obteve como resultado a assinatura do tratado de Haia (1641). Na prática, o acordo não colaborou com o estabelecimento de uma paz duradoura, e continuavam as investidas e ameaças às possessões lusas no Oriente. De fato, apenas do ponto de vista formal, na missão de Tristão de Mendonça Furtado, o tratado teve algum avanço. Foi nessa missão que se levantou a primeira possibilidade de partilha ou troca de territórios lusos invadidos. No Brasil holandês, pelo artigo 22º do mesmo tratado, ficou estabelecida a recuperação

¹³⁹ CIDADE. *Op. Cit.*, 1951, pp. XIV-XVIII.

¹⁴⁰ Ver: BARROS, Edval de Souza. *Negócios de tanta importância*. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/CHAM, 2008.

e indenização de alguns engenhos, o que intensificou os conflitos entre os colonos luso-brasileiros e as autoridades neerlandesas.¹⁴¹

Por outro lado, era bem conhecida a falta de experiência dos portugueses em negociações diplomáticas, em comparação com os agentes espanhóis. Em 1643, no Congresso de Westfália, em Münster e Osnabrück, D. João IV apenas iniciava esse processo imersão da diplomacia ao enviar seu plenipotenciário, Luiz Pereira de Castro, o mesmo que juntamente com o Padre Antônio Vieira tentou ajustar o casamento do príncipe D. Teodósio com a duquesa francesa de Montpensier, e seu embaixador em Haia, Francisco de Souza Coutinho.¹⁴² A importância atribuída à diplomacia pelas nações europeias, principalmente França e Holanda, fez com que a atuação portuguesa em Münster fosse quase nula. As negociações não rendiam e Portugal raramente participava das conferências. Em importante obra sobre a diplomacia francesa, M. de Flassan pouco comenta sobre as negociações lusas em Münster, incluindo também a total negação de comentários sobre a documentação diplomática estabelecida entre França e Portugal encontrada na Biblioteca Real de Paris.¹⁴³ Tudo indica que Castela, mesmo fragilizada com as duas revoltas de independência, na Catalunha e em Portugal, ainda possuísse forte influência nos desdobramentos político-diplomáticos ocorridos em Westfália, e que a França e a Holanda apenas retardavam a paz geral com os portugueses com negociações de tréguas que apenas estabeleciam socorros e subsídios dados pelos portugueses a essas nações.

O certo era que Portugal evitava ao máximo a guerra, principalmente com as Províncias Unidas. Porém, em 1645 a Insurreição Pernambucana foi deflagrada e a monarquia lusa nada pôde fazer para evitá-la. Por ter sido organizada pela elite luso-brasileira que tiveram seus engenhos confiscados ou endividados por pressão

¹⁴¹ GROH, Thiago. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antônio Vieira: as negociações com os países Baixos (1641-1648)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011, p.09.

¹⁴² Ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. São Paulo, Ed. 34, 2007, p. 335; SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do Mundo desde o princípio da Monarquia Portuguesa até aos nossos dias*. Tomo quarto, primeira parte. Impresso por ordem do governo português, Paris, em casa de J. P. Aillaud, 1843. Acessado em <https://books.google.com.br>.

¹⁴³ SANTARÉM, Visconde de. *Op. Cit.*, p. 207.

econômica da WIC, que já apresentava momentos de crises com recessão nos preços do açúcar e distribuição de escravos, as negociações com a Holanda tornaram-se bem mais complexas. De um lado a diplomacia questionava o Tratado de Haia e a falsa trégua de 1641, por outro os colonos luso-brasileiros não aceitavam a passividade da metrópole em resolver questões bélicas e contornar a crise açucareira. Em 1647, o padre Antônio Vieira apresentou uma proposta à crise, a de se restaurar Pernambuco por compra, ou posteriormente, em nova proposta, entregá-la de vez aos holandeses.

2.3.1. Para o equilíbrio do reino... O famoso Papel Forte.

Várias outras propostas sobre a restauração de Pernambuco surgiram no decorrer das negociações diplomáticas luso-holandesas antes da Insurreição Pernambucana de 1645. A mudança no estado das coisas, como apontou Vieira, através das notícias que recebia sobre a rebelião no Brasil, movimentou diferentes suposições entre os conselheiros de D. João IV sobre o que fazer com essa nova situação. Pernambuco não era mais tão rentável para a WIC. Na crença do próprio Vieira, a ação mais eficiente seria pôr fim à guerra, além de reaver as praças que comercializavam escravos com o Brasil, como Angola e Guiné, e equilibrar as dívidas dos colonos luso-brasileiros para que restabelecessem a produção do açúcar e o comércio oceânico. Tais ações permitiriam que a navegação entre os portos de Pernambuco, Maranhão, Angola, Castela e as Índias se tornasse livre e pacífica, pelos motivos que Vieira narra abaixo:

[...] assim como vossa majestade permite que nas fronteiras de Portugal se abram aduanas para o comércio de Castela, assim há de vossa majestade dar licença que Pernambuco, ou Maranhão que são portos mais acomodados a navegação de Angola ou Hespanha para as Índias, seja escala livre, onde castelhanos e outras nações amigas ou neutras possam ir comprar negros e navegá-los pagando os ditos 10.000 réis [...].¹⁴⁴

¹⁴⁴ VIEIRA, *Op. Cit.* 1997, p. 11.

Vieira projetava uma imagem da restauração de Pernambuco, através de suas propostas encaminhadas a D. João IV, mas também visualizava o crescimento do Maranhão a partir da abertura de seus portos. O conjunto de pareceres “sobre se restaurar Pernambuco, e se comprar aos holandeses”, do ano de 1647, apresentava as modalidades de pagamento e créditos para a sua execução. O jesuíta cogitava parcelar em três anos o pagamento da quantia de três milhões de réis, parte em dinheiro e outra parte em gêneros. Planejava também a compra do Nordeste com a contribuição de Gaspar Dias Ferreira, pela doação de créditos, já que este possuía posição financeira privilegiada por ser cristão-novo e ter boas relações com os holandeses, principalmente com o mesmíssimo Conde Maurício de Nassau.¹⁴⁵

O crescimento financeiro de Gaspar Dias deve-se, sobretudo, a compras de engenhos durante o governo de Nassau, feitas por quantias que beneficiaram o comprador. Tornou-se conselheiro do conde entre o período de 1627 até a Restauração Portuguesa, quando declarou seu apoio à causa do novo rei. No entanto, foi preso em Haia por traição no ano de 1645, ao ter seus documentos e cartas apreendidas, cujo teor tratava da restauração de Pernambuco aos portugueses. Em Haia, o embaixador Francisco de Sousa Coutinho tentava reverter a situação constrangedora, já que pela diplomacia se negociava a paz com a Holanda e não levantes no nordeste holandês, tramados por luso-brasileiros e com o suposto aval do rei.¹⁴⁶

Antônio Vieira foi enviado a Haia para aliviar as tensões e ajudar o embaixador, Sousa Coutinho, nas negociações de trégua com Holanda, agora abaladas com a prisão de Gaspar Dias. Deste modo, as negociações não se celebravam com rapidez e tranquilidade. Além disso, Sousa Coutinho não considerava Gaspar Dias confiável ou mesmo um bom português e questionava suas ações a favor de Portugal. Sobre o tema, é conhecida a manifestação de Coutinho ao dizer sem cerimônias que “Sobre a cabeça de Gaspar Dias não se comprará nenhum juro, nem ainda a menos de catorze o milhar, nem me hei de compadecer muito dele, sempre o tive por mal holandês, e por pior português, e se queria ser bom castelhano, eles que

¹⁴⁵ MELLO. *Op. Cit.* 2011, pp. 63-66.

¹⁴⁶ *Idem, ibidem*, pp. 63-66.

o paguem [...]”.¹⁴⁷ Esta era a situação da diplomacia lusa, que tentava obter alguma vantagem nas negociações sem contudo superar suas próprias desconfianças.

O trecho da carta citada acima da coletânea de correspondência do embaixador narra os acontecimentos transcorridos em Haia nas vésperas da chegada do Padre Antônio Vieira. Em muitas das cartas aprendidas de Gaspar Dias, algumas continham declarações comprometedoras enviadas a Castela, diminuindo a confiança que Sousa Coutinho já pouco lhe estimara. Quanto a Antônio Vieira, a estima do jesuíta ao luso-holandês traidor era bastante positiva, principalmente pelos favores financeiros prestados à Coroa lusa. O próprio rei D. João IV, em carta enviada a Sousa Coutinho, considera as conveniências de sua liberdade, sempre com cautela e discrição. Escreve o rei:

Pelo Conselho da Fazenda vos tenho mandado remeter com toda a brevidade o dinheiro da condenação de Gaspar Dias Ferreira, que lhes farei entregar com tal cautela que em nenhum caso se possa entender que o recebe de mim pelas reais consequências que disso pode tirar gente tão suspeitosa.¹⁴⁸

O auxílio prestado por Antônio Vieira nas negociações em Haia sobre a restituição do Nordeste pelos holandeses em troca de indenização paga por Portugal já se sustentava desde 1643, e teve a participação do próprio Conde de Nassau junto com o governador da Bahia, naquele período, o Marquês de Montalvão. Em 1647, como dito anteriormente, o próprio jesuíta escreveu um parecer apontando os efeitos e a necessidade dessa nova negociação. A proposta contida no parecer não foi aceita pelos Estados Gerais de Holanda, e no ano seguinte Vieira finalmente elabora o seu conhecido Papel Forte.¹⁴⁹

O Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses ou Papel Forte tinha o objetivo de orientar o rei, D. João IV, no contexto das negociações do Congresso de Münster. Sobre o tema, Thiago Groh analisa duas fases diplomáticas

¹⁴⁷ PRESTAGE, Edgar. Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho durante sua embaixada em Holanda (1647-1648). Volume I e II. Imprensa da Universidade, Coimbra, 1955, pp. 463. Acessado em <https://books.google.com.br>

¹⁴⁸ *Ibidem*, 1955, pp. 465.

¹⁴⁹ CIDADE, Hernâni. Prefácio. In: VIEIRA, Antônio. *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. III, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1997, pp. 29-106.

da monarquia brigantina, uma entre 1641 a 1644, mais ativa no quesito legitimidade e com grande atuação do ministro Francisco de Sousa Coutinho, e outra fase, com a participação direta do padre Antônio Vieira, entre 1646 a 1648, atuante na questão das negociações de paz com Holanda e recuperação de suas praças invadidas e ainda ameaçadas.¹⁵⁰ Foi neste período que a escrita do *Papel Forte* se iniciou, quando Vieira aceitou a ordem do rei de ler os pareceres que eram a favor da guerra contra os holandeses em Pernambuco, para que depois declarasse suas razões contrárias. Para o jesuíta, as inconveniências da manutenção do conflito superavam qualquer possível vantagem. Portugal sempre sairia perdendo em quaisquer das razões que ele apontasse:

[...] Senhor, considerado tudo o que temos em Pernambuco, é uma guerra, e se se puser em balança a despesa que esta guerra há-de fazer com todo o rendimento que Vossa Majestade pode tirar da campanha de Pernambuco, é certo que não há-de igualar o rendimento à décima parte da despesa [...]. Logo, julgue-se se no tempo em que Vossa Majestade e a sua fazenda têm tanto que despende, é razão que o Reino e as suas Conquistas se arrisquem pela defesa duvidosa de uma campanha, que há mister tem tanto mais para se assistir, do que tudo o que pode render a Vossa Majestade.¹⁵¹

Vieira considerava insustentável o conflito. Até mesmo a França, segundo o jesuíta, não se atreve a sustentar uma guerra em duas frentes “Castela e Holanda juntas, o que nos atrevemos nós”, indagava Vieira em seu *Papel Forte*.¹⁵² As propostas para a não entrada de Portugal no conflito contra Holanda era principalmente econômica. A falta de dinheiro necessário para os custos de guerra, dos gêneros para o pagamento das dívidas, de armadas para as frentes de combate eram os principais motivos citados pelo jesuíta para se julgar conveniente a paz.

Para Vieira, fim do “cativeiro injusto” de Portugal diante de Castela, iniciada em 1580, era a justificativa perfeita para não entrar em conflito contra os holandeses. Para o jesuíta, a motivação primeira para as invasões holandesas era a guerra das Províncias Unidas contra Castela. Assim, as desavenças existentes com os

¹⁵⁰ GROH, Thiago. *Op. Cit.* 2011, pp. 06-07.

¹⁵¹ VIEIRA. *Op. Cit.* 1997, p. 47.

¹⁵² *Ibidem*, p. 69.

portugueses não tinham mais sentido de ser. Porém, os Estados Gerais de Holanda, mesmo após a Restauração Portuguesa, descumpriram com as cordialidades que, por via diplomática e acordos de paz, haviam sido oficializadas. Dessa forma, pensavam Antônio Vieira e o embaixador em Haia, Francisco de Sousa Coutinho, que mesmo com o descumprimento dos Tratados assinados entre D. João IV e o príncipe de Orange, a guerra luso-holandesa não seria bem-vinda, e que a liberdade do nordeste brasileiro poderia vir com o plano de compra elaborado por Vieira em seu Papel Forte.¹⁵³

Para Vieira, e isso o jesuíta deixa bem claro no final de sua polêmica proposta, o interesse de Portugal em se livrar das amarras holandesas facilitaria sua missão religiosa e espiritual de concretizar sua utopia do Quinto Império. Ambas questões estavam, portanto, diretamente ligadas. Vieira considera que a única e verdadeira guerra que o reino luso enfrentaria seria a que “tem Deus guardado para possuir o Império do mundo”. Para o jesuíta, conceder esses territórios aos holandeses não comprometeria o futuro da missão portuguesa pelo mundo.¹⁵⁴ Vieira já afirmava que “não havia conversões, nem propagações da Fé, por falta de gentios”, porque estes, ou haviam passado para o lado dos holandeses, ou haviam fugido para a Bahia e inclusive para o Maranhão, local onde a conversão ainda não havia chegado.¹⁵⁵

Para Vieira, os holandeses eram melhores como aliados do que como inimigos. De fato, o famoso jesuíta claramente nutria uma certa admiração pelos neerlandeses, sua liberalidade religiosa com relação aos judeus e os cristãos-novos, assim como pelo pragmatismo acolhimento das comunidades portuguesas em Amsterdam. Diante disso, Vieira enquanto diplomata na Holanda acumulou conhecimento suficiente sobre a questão, principalmente quando estabeleceu contato

¹⁵³ VAINFAS, Ronaldo. “Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa”. In: *Tempos*, julho de 2009, pp. 82-100.

¹⁵⁴ VIEIRA, Antônio. *Op. Cit.*, 1951, p. 106.

¹⁵⁵ *Ibidem*, pp. 31 e 32.

com investidores judeus e o rabino Manasseh Ben Israel.¹⁵⁶ Este conhecimento sobre o tema judeu não estaria ausente dos seus demais escritos, como vemos a seguir.

2.3.2 A participação dos judeus na reconstrução do reino

Outras propostas sobre economia, elaboradas pelo padre Antônio Vieira, incluíam a participação do capital judeu em diferentes setores com objetivo de reconstruir Portugal. Uma das propostas seria investir numa guerra defensiva fortificando o reino e suas praças, construindo fábricas de galeões e navios para o fortalecimento da combalida armada.¹⁵⁷ Para obter uma marinha superior, Vieira planejava a compra dos melhores navios de guerra, com financiamento judeu. Por outro lado, propunha a fundação de duas Companhias de comércio que contaria com os investimentos de cristãos-novos, os mesmos que voltariam a Portugal para investir seu dinheiro em sua nação de origem e não mais nos Países Baixos. Para tanto, o jesuíta enfrentaria obrigatoriamente a ira da Inquisição, pois tais propostas sugeriam o fim da distinção entre cristão-novo e cristão-velho.

Ronaldo Vainfas, respaldado em pesquisas mais recente que buscavam elucidar os muitos anacronismos da produção acerca do famoso jesuíta, não contraria a versão do Tribunal do Santo Ofício, quando em 1663 interrogou o padre acerca da sua linhagem judaica. Para Vainfas, a causa da tolerância e defesa dos judeus e cristãos-novos por parte do jesuíta se sustentava, em parte, pela suposta origem judaica, herdada de sua avó materna e de sua mãe. Ambas sabiam ler e escrever, algo bastante comum em comunidades judaicas ligadas às letras e à erudição dos ensinamentos hebraicos.¹⁵⁸ O predomínio de judeus portugueses em comunidades judaicas de Amsterdam mantinha a tradição da língua portuguesa viva. A prática do português era usada pelos literatos, rabinos e membros das sinagogas, assim como no seio familiar, onde os primeiros ensinamentos da Torá eram realizados. Para

¹⁵⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Antônio Vieira: jesuíta do rei* – São Paulo: Companhia das Letras, 2011, pp. 121-128.

¹⁵⁷ VIEIRA, Antônio. *Op. Cit.*, 1951, pp. 279 e 280.

¹⁵⁸ Ver: GROH, Thiago. *Op. Cit.*, 2011, pp. 100-112; VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.*, 2011, pp. 17-25.

Vainfas, a suspeita da ancestralidade judaica do padre Antônio Vieira se justificaria como verossímil.¹⁵⁹

O sentimento antijudaico teria sido fortalecido em Portugal durante a União Ibérica, pela atuação da Inquisição e pelo conhecido antissemitismo de alguns dos reis Filipes. No governo de D. João IV, alguns consideravam tempos mais apropriados para medidas que incluíam de alguma forma os judeus. Assim, muitos defendiam o retorno dos judeus e cristãos-novos ao reino luso com o objetivo de reestabelecer uma economia notoriamente deficiente. Assim, Vieira não estava só. Apesar disso, o famoso jesuíta cobrava com mais ênfase, em suas propostas, uma interferência judaica também na política, herança de seu contato, primeiro com os judeus de Ruão, depois com os encontros e diálogos que manteve com o rabino Manasseh Ben Israel, depois, também com o rabino Issac Aboab da Fonseca. Com o rabino Manasseh, Vieira pôde conhecer o universalismo da teologia judaica, exposta em sua obra *Esperança de Israel*, escrita em 1650. Em 1660, como se sabe, o jesuíta escreveria sua polêmica obra *Esperanças de Portugal*, com título e temáticas semelhantes ao do rabino.¹⁶⁰

Do encontro com os judeus de Ruão, França, em 1646, Vieira escreveu uma carta demonstrando toda a sua gratidão pelos créditos recebidos pelos judeus portugueses desta comunidade. A *Carta aos judeus de Ruão*, escrita em 20 de abril deste mesmo ano, quando o padre já se encontrava em Haia, foi um dos primeiros passos que o jesuíta deu para reforçar sua defesa aos judeus diante do rei D. João IV:

Sua Majestade saberá muito cedo por cartas quão leais vassalos tem em Ruão, e quão merecedores de os ter perto de si, e, se Deus me leva aos seus reais pés, eu prometo a VV.M.cês que fique muito mais confirmado no bom ânimo com que o deixei, porque até agora o

¹⁵⁹ VAINFAS, Ronaldo. Ibidem. pp. 121-125; VAINFAS, Ronaldo. O idioma da apostasia judaica na Holanda do século XVII: a Bíblia de Ferrara e a reinvenção da cultura sefardita. In: *Revista Mirabilia*, 21 (2015/2), pp. 506-526. Acessado em <http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/21-26.pdf>.

¹⁶⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* pp. 126 e 127.

persuadia com argumentos de discurso, e daqui por diante o poderei fazer com experiências de vista.¹⁶¹

Em 1643, nesta mesma cidade, foi organizada uma Companhia de comércio, a Companhia de Ruão, como ficou conhecida. Funcionou até 1653, atendendo os interesses tanto do rei francês, Luís XIV, quanto de comerciantes judeus e cristãos-novos, os seus principais financiadores. As expedições e investimentos comerciais que ambos realizavam, ocorriam na região que estamos chamando de Atlântico Equatorial, entre a Guiana e o Cabo do Norte. Vale lembrar que o próprio Vieira demonstrou em cartas diplomáticas endereçadas ao Marquês de Niza, quando este tratava de assuntos diplomáticos com a França, o interesse desta nação em territórios ultramarinos pertencentes à Espanha, como o vice-reinado do Peru e as Antilhas; e em territórios portugueses, como o Maranhão.¹⁶² Desta forma, para Antônio Vieira:

[...] pelo que se deixa entender das perguntas do *Cardeal* e de outros indícios antigos e modernos, parece que os franceses têm intentos, não só nas conquistas e Castela, mas também, de modo que pode ser, nas de Portugal [...]. Nas nossas conquistas podem os franceses querer ou parte das terras que possuímos, ou liberdade para comerciar com nossos portos. Do primeiro temos exemplos antigos, quando os franceses começaram a conquistar primeiro o Rio de Janeiro, depois o Maranhão [...].¹⁶³

Outras estratégias do jesuíta tinham como objetivo garantir um financiamento, a curto prazo, a partir de empréstimos de banqueiros cristãos-novos que tinham abandonado Portugal durante a política conservadora de Olivares, no governo de Felipe IV. Estava nas mãos desses mercadores e banqueiros judeus e cristãos-novos, exilados na Holanda, riquezas advindas do comércio do açúcar e de escravos. Estes serviram Portugal repondo os créditos através de vultuosos empréstimos, sustentando assim a guerra contra Castela.

¹⁶¹ VIEIRA, Antônio. Carta aos judeus de Ruão. In: NISKIER, Arnaldo. *Padre Antônio Vieira e os judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 2004, p. 61.

¹⁶² Ver tese: GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência colonial – Portugal e França (1640-1715)*, Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2014, pp. 234 e 235.

¹⁶³ VIEIRA, Antônio. Carta ao Marquês de Niza, 20 de janeiro de 1648... *Op. Cit.* 2003, p. 350.

Para garantir o apoio do rei D. João IV, e de outros nobres do reino, sobre a necessidade do retorno dos cristãos-novos, Vieira argumentava que até os principais monarcas católicos, e mesmo o pontífice, permitiram a presença de cristãos-novos emigrados. Apenas Portugal e Castela permitiam que questões religiosas sem fundamento, tal como o veto aos cristãos-novos, católicos por tanto, interferissem em questões econômicas tão importantes. Na sua *Proposta feita a el-rei D. João IV...* o famoso jesuíta acrescenta ainda que:

O sumo pontífice, vigário de Cristo, não só admite os que nós chamamos de cristãos-novos (entre os quais e os velhos nenhuma diferença se faz em Itália) senão que dentro da mesma Roma e em outras cidades consente sinagogas públicas dos judeus que professam as leis de Moisés. Pois se na cabeça da Igreja se consentem homens que professam publicamente o judaísmo, porque não admitirá Portugal homens cristãos batizados, de que só pode haver suspeitas, que o não serão verdadeiras?¹⁶⁴

Quando, em 1644, a Companhia de Comércio do Brasil foi criada a partir do financiamento dos cristãos-novos, a fama do jesuíta piorou mais ainda diante da Inquisição, e mesmo dentro da própria Companhia de Jesus, que criticava algumas de suas propostas a favor da nação hebraica. Tornou-se uma intervenção mais direta do rei no sentido de por fim às queixas contra o padre Antônio Vieira. Com efeito, muitos dos inimigos que Vieira colecionou durante o período tinham relação com o oportunismo de criar uma companhia de comércio com crédito judeu. Alguns autores atribuem a esse agravo, a saída do jesuíta da Corte para assumir a missão no Maranhão e Grão-Pará, em 1652. Punição, exílio ou planos futuros sobre sua Teologia do Quinto Império? São questionamentos ainda presentes na historiografia e na fortuna crítica sobre Vieira.¹⁶⁵

Para Vieira, a criação de uma companhia de comércio com o financiamento de judeus e cristãos-novos seria vantajoso, a longo prazo, para a monarquia e para a Igreja. O resultado de tudo isso seria, na opinião do jesuíta, a conversão pelo convívio

¹⁶⁴ VIEIRA, Antônio. "Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa". In: *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951, p. 19.

¹⁶⁵ Um dos grandes exemplos, nesse sentido é o clássico: AZEVEDO, *Op. Cit.*, 2008, pp. 109-112.

e pela assimilação. Esse plano maior estava relacionado ao projeto universal da Quinta Monarquia. Para que a Restauração fosse vitoriosa, e a economia do reino tivesse sua desejada recuperação, o jesuíta conclamava a comunidade cristã, em função do *bem comum*, a aceitar o crédito da nação hebraica, relativizando a gravidade de sua heresia pela grandiosidade de Portugal. Assim, expõe Vieira, no sermão de São Roque, a necessidade de se financiar Companhias de Comércio à imagem das Companhias de Comércio holandesas, com o crédito judeu, algo perigoso, indesejado, porém necessário:

O remédio temido, ou chamado perigoso, são duas companhias mercantis, uma Oriental, e outra Ocidental, cujas frotas poderosamente armadas tragam seguras contra Holanda as drogas da Índia e do Brasil. E Portugal com as mesmas drogas tenha todos os anos os cabedais necessários para sustentar a guerra interior de Castela, que não pode deixar de durar alguns anos. Este é o remédio, por todas as suas circunstâncias, não só aprovado, mas admirado das nações mais políticas da Europa, exceto somente a portuguesa, na qual a experiência de serem mal reputados na fé alguns de seus comerciantes, não a união de pessoas, mas a mistura do dinheiro menos cristão com o católico, faz suspeito todo o mesmo remédio, e por isso perigoso.¹⁶⁶

Assim, o jesuíta questiona publicamente a lógica inquisitorial no que concerne aos conversos cristãos-novos, que na sua opinião poderiam auxiliar a conversão e a expansão da fé católica, tanto quanto os próprios missionários. Neste sentido, os recursos dos “homens de nação” seriam utilizados no combate aos estrangeiros hereges, principalmente os próprios holandeses invasores; e também manteriam judeus e cristãos-novos, retornados a Portugal, mais aptos à conversão e à aceitação incondicional do catolicismo.¹⁶⁷ Vieira, como se sabe, apresenta devidamente essas possibilidades em sua *Proposta feita a El-Rei D. João IV...*:

Pois se admitidos os homens de negócio, se espera que terá forcas o Reino com que conquistar e restituir a Vossa Majestade e a Fé aquelas praças do Brasil e Índia, porque se enjeitarão os meios tão eficazes de conseguir um fim católico e piedoso? Se o dinheiro dos homens de nação está sustentando as armas dos hereges, para que semeiem e

¹⁶⁶VIEIRA, Antônio. Sermões, tomo II / organização e introdução Alcir Pécora, São Paulo: Hedra, 2001, p. 401.

¹⁶⁷ Ver: ALVES, Salomão Pontes. *O Paladino dos Hereges – a defesa dos cristãos-novos e judeus pelo Padre Antônio Vieira*. Dissertação de mestrado orientada por Ronaldo Vainfas; Universidade Federal Fluminense, 2007, pp. 16-70.

estendam as seitas de Lutero e Calvino pelo Mundo, não é maior serviço de Deus e da Igreja que sirva este mesmo dinheiro às armas do rei de Portugal, para propagar e dilatar pelo Mundo a Lei e a Fé de Cristo?¹⁶⁸

Entre os principais “homens de negócio” do reino destaca-se o mercador cristão-novo, Duarte da Silva, um dos principais financistas envolvido no grande comércio português no Atlântico. Em carta enviada por Vieira ao Conde de Ericeira, em 1689, o jesuíta relembra os famosos empréstimos à Fazenda Real realizados por Duarte da Silva, e seu sócio, Francisco Botelho Chacon, que somavam juntos a quantia de 282.844 cruzados, boa parte deste financiamento utilizado na compra de navios de guerra e no auxílio financeiro à Companhia Geral de Comércio do Brasil. Vale lembrar que a escrita tardia da carta de Vieira ao Conde de Ericeira, fazendo menção a tais fatos, foi uma resposta à crítica do conde, no seu *História de Portugal Restaurado*, à intervenção diplomática vieiriana em Paris e Haia.¹⁶⁹

A História de Portugal Restaurado, aliás, cujo primeiro volume foi publicado em 1679, é considerada uma das mais importantes obras sobre a Restauração. D. Luís de Meneses, o Conde de Ericeira, critica com entusiasmo a atuação diplomática do padre Antônio Vieira na França e no Congresso de Münster. Para o conde, Vieira tinha todo o discernimento para ser o “maior pregador de seu tempo, porém como o seu juízo era superior e não igual aos negócios, muitas vezes se lhe desvaneceram por querer tratá-los mais sutilmente do que os compreendiam os príncipes e ministros”.¹⁷⁰ De fato, a intervenção de Vieira num mundo tão complexo quanto era a diplomacia dos anos 1640 ajudou a acumular mais inimigos e adversários, dentro e fora de Portugal.

¹⁶⁸ VIEIRA, Antônio. Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa. In: *Obras Completas*, pref. e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951, p. 22.

¹⁶⁹ CAROLLO, Denise Helena Monteiro de Barros. Além do Atlântico e do Mediterrâneo: a atuação de uma rede comercial no século XVII. In: *Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Júnia Ferreira Furtado (org.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001, pp. 127-154. Ver também: VIEIRA, Antônio. Carta ao Conde de Ericeira, 23 de maio de 1689. In: *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coordenada e anotadas por João Lucio de Azevedo, Tomo III. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1928, p. 556.

¹⁷⁰ MENEZES, D. Luis de. *História de Portugal Restaurado*, oferecida ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor D. José de Mascarenhas. Parte Primeira, Tomo II, Lisboa, na oficina de Domingues Rodrigues, 1751, pp; 241 e 242. Acessado em www.books.google.com.br

Por outro lado, as companhias de comércio eram para Vieira o seu maior trunfo neste amplo debate. Com propostas pragmáticas, em defesa dos portos de abastecimento e de um bom financiamento do comércio das especiarias e do sal de Setúbal, os homens de negócios associados aos interesses do reino logo concorreriam com as companhias holandesas, sobretudo a *WIC*. “Libertando-se o comércio”, dizia o famoso jesuíta, ficaria mais fácil para Portugal a amizade e a aliança com outras nações estrangeiras. Essa união de nações e reinos, inimigos de Castela, não era em certo sentido totalmente diferente das propostas unionistas do conde-Duque de Olivares. Para Vieira:

[...] só fazendo-as participantes (as nações estrangeiras) de nossos interesses, as poderemos fazer companheiras da nossa defesa, e não parece que há outro meio para isso se pôr em prática senão admitindo os Franceses, Suecos, Dinamarqueses, Venezianos, Genoveses e mais nações neutras, inimigas de Castela [...].¹⁷¹

No tocante às defesas portuguesas, lembramos que a guerra luso-castelhana estava em curso desde a Restauração, mas Portugal ainda não havia enfrentado frentes de batalhas ofensivas e nem estava aparelhada para uma longa guerra de infantarias nas fronteiras. O problema aqui novamente eram as finanças. Para vencer a guerra era necessário acima de tudo equilibrar a economia portuguesa. Para Vieira estes eram temas conectados: crise na economia oceânica, isolamento diplomático, conversão dos gentios, todos eram temas que tinham relação com o universalismo católico. Entretanto, em inícios dos anos 1640, a guerra se apresentava como tema dominante.

2.4. Vencer a guerra: propostas bélicas de Vieira

Para compreendermos a visão de Vieira acerca da guerra, seja a guerra travada entre Portugal e Castela, seja a guerra contra as Províncias Unidas, ou até mesmo o combate aos índios rebeldes nas missões da América, não se pode perder

¹⁷¹ VIEIRA, Antônio. Razões apontadas a El-rei D. João IV a favor dos cristãos-novos para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens, que entrassem no comércio deste Reino. In: *Obras Completas...* p. 67.

de vista as características específicas do discurso vieiriano, e da indivisibilidade entre aspectos teológicos, retóricos e políticos dos seus escritos. Nesse sentido, a reflexão proposta por Vieira não se atém tão somente a aspectos da arte militar do século XVII, com suas características já bem debatidas pela historiografia.¹⁷² As estratégias bélicas e técnicas da guerra que o jesuíta defendia estão inseridas no seu projeto do Quinto Império. Assim, a conveniência de Portugal estar em determinadas frentes de batalha dependia em última análise dos ganhos concernentes à concretização de um Império de Deus na Terra.

Inicialmente, após a Restauração, a busca pela legitimação do novo reino foi o foco mais importante, mas ao mesmo tempo buscou-se apoio militar contra o governo de Madrid. Em 1641, nas primeiras Cortes realizadas após a rebelião, D. João IV criou o Conselho de Guerra, órgão destinado a financiar os conflitos que seriam travados contra Castela com cobranças de tributações e recrutamento de soldados para atuar nas fronteiras. Alentejo, Trás-os-Montes e o Minho foram as principais fronteiras escolhidas para tais operações. O Alentejo, aliás, até o final da Guerra de Restauração, em 1668, foi palco de intensos conflitos; na verdade, o próprio padre Antônio Vieira, em manifestação feita em Haia, descreve a situação das guerras que Portugal tinha que combater e seus inconvenientes:

Temos guerra em cinco províncias de nossas fronteiras europeias, e em mais de cem léguas de costa, sem haver um palmo de mar ou terra, no circuito de todo o reino, que não esteja exposto à invasão do inimigo e necessite de defesa: e, além desta guerra tão interior temos guerra em Pernambuco, guerra na Bahia, guerra em Angola, guerras nas fronteiras de África, e, segundo já se diz, aqui [em Haia] – o que se não é hoje será amanhã – guerra em Goa, em Ceilão, em Malaca, na China, enfim, em todas as partes do mar ou do mundo, ou com os castelhanos, ou com os holandeses, ou com os mouros e turcos.¹⁷³

¹⁷² Sobre o tema ver, entre outros: PARKER, Geoffrey. *La revolución militar. La innovación militar y apogeo de Occidente, 1500-1800*. Madrid: Alianza Editorial, 2002; PARKER, Geoffrey. *El ejército de Flandes y el Camino Español, 1567-1659*. La logística de la victoria y derrota de España en las guerras de los Países Bajos. Madrid: Alianza Editorial, 2010. PARROTT, David. France's War against the Habsburgs, 1624-1659: the Politics of Military Failure. In: GARCÍA HERNÁN, Enrique & MAFFI, Davide (Eds). *Guerra y Sociedad en la Monarquía Hispánica*. Política, estrategia y cultura en la Europa Moderna (1500-1700). Vol. 1, Madrid: Laberinto/Fundación Mapfre/CSIC, 2006, pp. 31-48; Sobre o programa de Olivares para a reestruturação do exército da Monarquia, ver: THOMPSON, I. A. Anthony. Aspects of Spanish Military and naval organization during the ministry of Olivares. In: THOMPSON, I. A. Anthony. *War and Society in Habsburg Spain*. Aldershot: Variorum, 1992, pp. 1-26.

¹⁷³ VIEIRA, *Op. Cit.* 1925, p. 144.

Também foi criado, em 1654, o “Regimento das “décimas”, cobranças obrigatórias aos Três Estados do Reino¹⁷⁴ para as despesas bélicas. A organização do Conselho de Guerra se baseava em uma preparação constante para o conflito, que somente foi possível por que Madrid precisava primeiro debelar a revolta catalã para depois entrar em mais uma frente de batalha, dando tempo suficiente para os portugueses se prevenirem contra o ataque do inimigo nas regiões fronteiriças.¹⁷⁵ Importante ressaltar que foram os Três Estados do Reino, nas Cortes de 1641, que aclamaram e oficializaram o direito de D. João IV em ser rei de Portugal. Eis o que diz parte do *Assento*, elaborado pelo jurista português César de Meneses:

Os três estados destes Reinos de Portugal juntos nestas Cortes onde representam os mesmos Reinos, e têm todo o poder, que neles há, resolveram, que por princípio delas deviam fazer assento por escrito, firmado por todos, como o direito de ser Rei, e Senhor deles pertencia, e pertence, ao muito alto e muito poderoso Senhor Dom João IV deste nome, filho do Sereníssimo Senhor Dom Teodósio, Duque de Bragança, e neto da Sereníssima Senhora Dona Catarina Duquesa do mesmo estado, filha do Sr. Infante Dom Duarte, e neta do muito alto, e muito poderoso Senhor Rei Dom Manuel.

Porquanto depois que no primeiro dia de Dezembro do ano próximo de 640 em que primeira vez, foi aclamado por Rei nesta Cidade de Lisboa, e em todos os seguintes, em todo o mais Reino, e jurado, e levantado, nesta mesma Cidade em os quinze do mesmo mês. Ajuntando-se depois nestas Cortes, os três estados, e celebrando-se solenemente em os 28 de Janeiro de 641.¹⁷⁶

Houve, segundo Rafael Valladares, dois momentos decisivos na guerra luso-castelhana, em duas campanhas que ocorreram em 1644, e entre 1662 e 1665, com as batalhas de Ameixial e Montes Claros. Das funções gerais da Junta Militar, formada pelo Conselho de Guerra, apresentadas nas Cortes de 1644-1645, estavam

¹⁷⁴ Os Três Estados do Reino deram origem a Junta dos Três Estados em Alvará de 1643. Aceitando as imposições das cortes de 1642, cujos membros dos Três Estados participavam, D. João IV aceitou renovar criando esse novo grupo de aconselhamento de guerra que atuava junto com o Conselho Ultramarino e o Conselho de Guerra Português. Acessado em http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/cortes_assento.html

¹⁷⁵ Ver: Regimento completo contido em exemplar igual em volume encadernado. PT AHM-DIV/ (DOC) - 1 / 2 / 3 / 13; Inventário de documentos de guerra do Arquivo Histórico Militar de Lisboa – Guerra de Restauração (1640-1668) 1º Divisão, 2º sessão.

¹⁷⁶ Portal da História Portuguesa. *Assento* e Juramento da Junta dos Três Estados ao Rei D. João IV. Acessado em: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/cortes_assento.html

a defesa das fronteiras com a construções de fortes; nomeação de tenentes-generais de cavalaria e a substituição do sistema de recrutamento até então empregado pelo “recrutamento de levas”. Isto significa que o serviço militar se tornou obrigatório para homens entre 16 e 60 anos. Filhos de viúvas e lavradores não possuíam essa obrigação.¹⁷⁷

Naquele mesmo ano, em 1644, momento em que Portugal saiu vitorioso na batalha de Montijo (Espanha), o Conselho de Guerra realizou um levantamento acerca da situação das fortalezas da costa portuguesa. O documento demonstrou a fragilidade da defesa lusa que, temendo um ataque contra Lisboa, passou a reparar suas deficiências no que diz respeito à artilharia, peças de canhões, gastos com pólvora, fuzis e cartuchos. A defesa das fortalezas costeiras, como a Torre de Belém, era essencial para o desfecho das batalhas, já que em Madrid a tática de guerra mais comentada era uma invasão a Lisboa através do Tejo, desembarcando uma armada que bloquearia a capital lusa.¹⁷⁸

Muitas autoridades espanholas concordavam que apenas uma simples armada em desembarque a Lisboa seria o suficiente para debelar a rebelião lusa. Essa proposta foi encaminhada a Felipe IV por Domingos Cabral, um dos muitos portugueses contrários à Restauração brigantina e fiéis a Madrid.¹⁷⁹ Porém, a falta de recursos também dificultava as estratégias bélicas espanholas, que se utilizou de um bloqueio econômico para desestabilizar as defesas lusas. Outra investida castelhana ocorreu em 1648, na cidade de Portalegre, onde os portugueses saíram vitoriosos e “desfizeram” trezentos cavalos espanhóis. Os castelhanos também tiveram perdas significativas em Olivença e Badajós, como descreve o padre Vieira em carta ao Marquês de Niza, em 10 de julho de 1648:

Nos dias 18 de junho tinha chegado a Lisboa confusamente a nova de Olivença, que governa D. João de Meneses, mas não se sabiam ainda particularidades da vitória, a qual é certa e se confirma por muitas vias a morte de Cosmander. [...] do Porto se escreve em navio mais moderno

¹⁷⁷ VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica (1580-1668)*. Madrid, 2000, pp. 45-49.

¹⁷⁸ Documento arquivado no ANTT, Conselho de Guerra, Consulta: 5 de abril de 1657, maço 17.

¹⁷⁹ VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal – guerra e restauração 1640-1680. A esfera dos livros*, Lisboa, 2006, pp. 106-109.

que, depois da empresa de Olivença, intentaram os castelhanos outra sobre Badajós, em que tiveram muito maior perda.¹⁸⁰

O famoso jesuíta também esperava que a França e a Inglaterra se tornassem as principais aliadas de Portugal contra Madrid. Muitas tentativas de acordos diplomáticos foram realizadas no decorrer da Guerra de Restauração. A maioria das conferências diplomáticas, como já dissemos, foi tratada em Münster, onde um dos objetivos era exatamente um acordo militar contra os espanhóis. Do socorro que os portugueses esperavam da França, Vieira se fazia bastante cético, pela demora e pelo aparente papel dúbio que os negociadores franceses faziam. Os franceses pediam, além de navios e armas, assistência financeira aos portugueses para o turbulento e demorado combate contra os espanhóis na Guerra dos Trinta Anos (1635-1659). Vieira não se convencia das vantagens desse acordo:

[...] se França necessita das nossas assistências, porque tem guerra em Catalunha, em Flandres, em Alemanha e em Itália, muito mais havemos nós mister as suas, pois temos guerras em cinco províncias de nossas fronteiras e em mais de cem léguas de costa, sem haver um palmo de mar ou terra, no circuito de todo o reino, que não esteja exposta à invasão do inimigo e necessite de defesa: e, além desta guerra tão interior, temos guerra em Pernambuco, guerra na Bahia, guerra em Angola, guerra nas fronteiras de África, e, segundo já aqui se diz (o que não é hoje será amanhã), guerra em Goa, em Ceilão, em Malaca, na China, enfim em todas as partes do mar e do Mundo, ou com os castelhanos, ou com os Holandeses, ou com os Mouros e Turcos [...]. Finalmente se considerarmos as obrigações, nenhuma devemos a França, porque até agora não tem gastado um soldo com Portugal...¹⁸¹

Para Vieira, dever obrigações à França era tanto “irracional, quanto impossível”. Na negociação com os franceses, o jesuíta expõe todo tipo de problemas circunstanciais, embora considere que tal apoio seria útil no combate aos castelhanos. Quanto ao apoio inglês, este se daria através de financiamentos advindos de Londres a partir do ano de 1650, condições aceitas pelos representantes do Bragança. De fato, os ingleses há muito tempo desejavam a abertura comercial dos territórios portugueses as suas companhias de comércio. Vale a pena lembrar que outras

¹⁸⁰ VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil*; organização e introdução João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003, p. 412.

¹⁸¹ VIEIRA, *Op. Cit.* 2003, pp. 357-358.

conquistas portuguesas, como Bombaim, na Índia e Tânger, na África, foram entregues como dote matrimonial aos britânicos pela união entre Catarina de Bragança, filha de D. João IV, e Carlos II da Inglaterra. A aliança matrimonial, por intermédio do embaixador Francisco de Melo Furtado, reconheceu a nova dinastia brigantina e oficializou os principais acordos político-econômicos entre as duas nações. Não por acaso, Vieira considerava tais acordos mais promissores.¹⁸²

Há, entretanto, temas mais polêmicos nas intervenções de Vieira sobre as negociações da guerra. Outras propostas do jesuíta incluíam alternativas para o financiamento do conflito luso-castelhano. Vieira considerava pertinente uma reforma tributária com mais igualdade no pagamento de impostos, afetando diretamente os privilégios da nobreza e do clero, pois, segundo dizia: “cada um trata de lançar a carga aos ombros do outro, e talvez caia no chão porque não há quem a sustente”.¹⁸³ Assim como outros letrados e tratadistas do período, Vieira considerava a natureza supostamente harmônica destes corpos sociais, como divisões naturais da própria unidade política e mística do reino:

Assim como o sal é uma junta de três elementos, fogo, ar e água, assim a república é a união de três Estados, eclesiástico, nobreza e povo. [...] Estes são os elementos de que se compõe a república. De maneira pois que aqueles três elementos naturais deixam de ser o que eram para se converterem em uma espécie conservadora das coisas, assim estes três elementos políticos hão de deixar de ser o que são, para se reduzirem unidos a um estado que mais convenha à conservação do reino.¹⁸⁴

Nesse argumento, Vieira busca justificar porque o clero, a nobreza e o povo, em equilíbrio com as suas obrigações de conservar o reino, deviam pagar seus tributos, sem serem julgados por fé, privilégios ou deveres. Segundo João Lúcio de Azevedo, os sermões vieirianos que tratam da questão da administração tributária do reino, como o sermão de São Roque e o de Santo Antônio, ambos de 1642, tornaram-se dentro dos preceitos político-econômicos do jesuíta, críticas merecidas aos nobres e eclesiásticos que tinham privilégios no pagamento de uma gama enorme de tributos.

¹⁸² *Ibidem*, pp. 50-51.

¹⁸³ VIEIRA apud AZEVEDO, João Lúcio de. *História de Antônio Vieira* Tomo I – São Paulo, Alameda, 2008, pp. 89 e 90.

¹⁸⁴ VIEIRA apud AZEVEDO, *Op. Cit.*, 2008, p. 90.

De fato, nos sermões proferidos na capela Real de Lisboa, há inúmeras intervenções no sentido de oferecer uma interpretação sobre as responsabilidades de cada parte deste corpo. Isto também dizia respeito ao contexto da guerra. O sermão “*pelo bom sucesso das tropas portuguesas*”, proferido em 1645, é um bom exemplo de como Vieira entendia a relação entre a guerra e a comunidade. Nele, o jesuíta conclama ao “povo” a integrar o esforço de guerra contra Castela, após o episódio da batalha no Tejo, inclusive com a participação do próprio D. João IV.¹⁸⁵

Primeiramente está empenhado o Reino com todo o corpo; porque não só se abalou a cabeça, não só temos em campanha El-Rei, que Deus guarde, que basta para pôr o mundo em expectativa, como a nós em grande cuidado. Mas, para ser total o empenho, seguirão o exemplo a cabeça e, por união natural, todos os membros da monarquia, os grandes, os títulos, a nobreza, a casa real, a corte, os requerentes, os letrados, as universidades inteiras, as pessoas particulares de todas as cidades e vilas, os auxiliares das comarcas, os presídios das províncias, enfim, tudo. De maneira que havemos de considerar Portugal, que temos em campanha, não um exército de Portugal, senão Portugal num exército. De tal sorte é esta causa comum que toca a todos em particular e ao mais particular de cada um. Lá vão os pais, lá os filhos, lá os maridos, lá as casas, lá os herdeiros, lá os corações, lá o remédio de todos. Os que ficamos estamos fora do exército para o trabalho, mas marchamos com os demais para o perigo. Assim que todo o corpo do reino temos empenhado nesta empresa e para que ao corpo não faltasse o sangue, considerai as grandes despesas públicas e particulares que se têm feito e quanta desgraça seria ficarem mal logradas.”¹⁸⁶

Portanto, a reflexão que Vieira faz sobre as guerras da década de 1640 não está em desacordo com a própria noção de *bem comum*. Nela, não deverá haver contradição entre as partes do corpo social. A guerra, nesse sentido, deve favorecer, como a economia e a política, projetos maiores da conversão do gentio e ambições maiores da cristandade sobre a heresia. Por outro lado, nas reflexões que faz Vieira sobre a guerra, já existe menção direta ao papel específico de outros territórios pertencentes à América portuguesa. Dentre eles, o caso do Estado do Maranhão e Grão-Pará, que funcionaria como zona de fronteira entre o Estado do Brasil e a América espanhola. Qualquer projeto sobre a guerra defensiva contra Castela, ou

¹⁸⁵ *Ibidem*, pp. 90-94.

¹⁸⁶ ALVES *apud* VIEIRA. A Guerra de Restauração no teatro de operações Transmontano. In: Revista Militar portuguesa, disponível on-line em 14 de dezembro de 2005, Lisboa. www.revistamilitar.pt

contra a expansão oceânica neerlandesa, deveria levar em conta certas particularidades do norte da América lusa, das quais Vieira certamente já sabia. A seguir, discutiremos qual o papel desta parte da América no discurso universalista vieiriano.¹⁸⁷

¹⁸⁷ COSTA, L. F. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Vol. 1, Lisboa, CNCDP, 2002, pp. 477-493.

3º Capítulo

VIEIRA E O ATLÂNTICO EQUATORIAL

“O Maranhão é um novo mundo que Deus foi servido mandar a V. Majestade”. (Padre Antônio Vieira, Carta a D. João IV, 1654).

3.1. O Mar, o Rio e suas rotas...

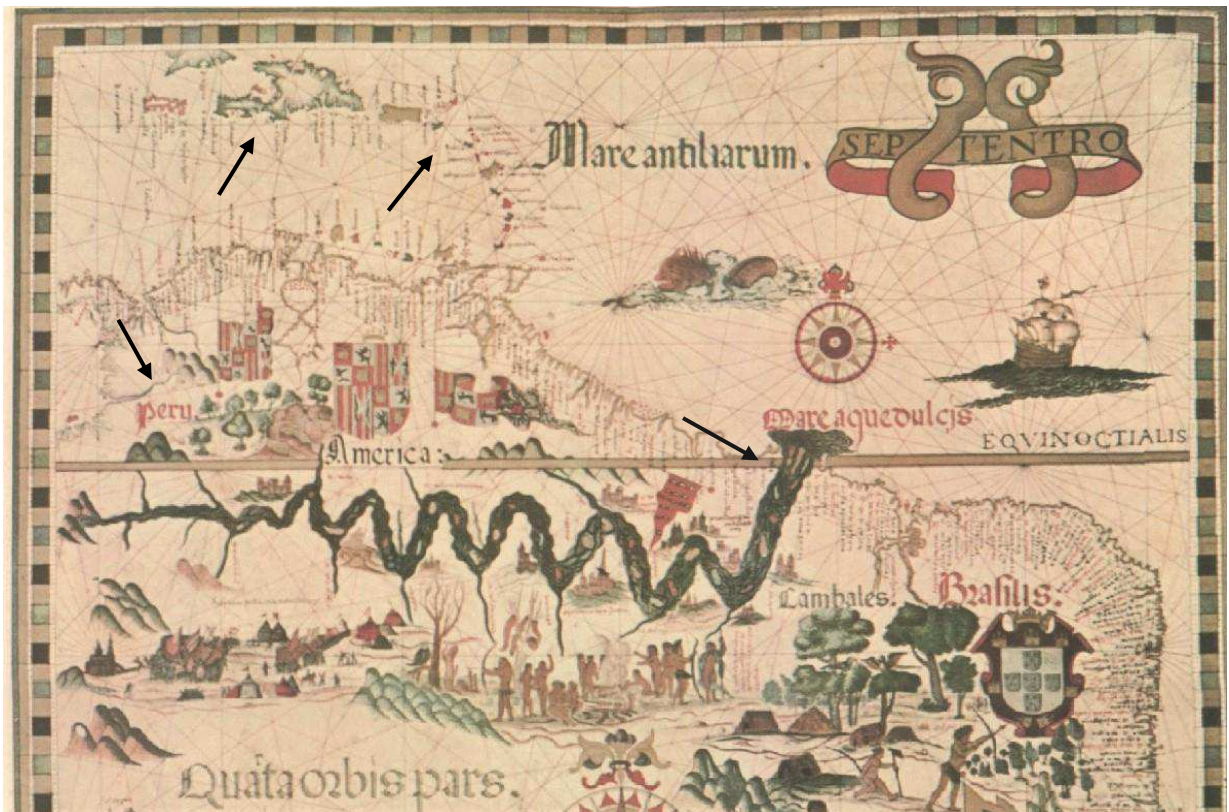
Em 1653, quando o Padre Antônio Vieira desembarca no Estado do Maranhão, o famoso jesuíta, com clara certeza, já conhecia os relatos e crônicas sobre o território. Em seu processo de conquista, o grande rio Amazonas se tornou o palco por onde exploradores e missionários ensaiaram uma nova etapa da expansão lusa pela América. Muitos projetos para a conquista deste imenso território foram implementados no decorrer dos séculos XVI e XVII. Estas primeiras expedições geraram crônicas bastante consumidas pelo mundo letrado europeu, incluindo os jesuítas. De Francisco de Orellana que, em 1542, percorreu quase toda a totalidade dos rios Solimões-Amazonas a Francisco Caldeira Castelo Branco que, em 1616, funda a cidade de Belém ou Pedro Teixeira que, em 1637, seguindo relatos anteriores dos padres Cristóbal de Acuña e Alonso de Rojas, fez o percurso inverso da expedição de Orellana, entre Belém e Quito, todas essas jornadas alimentaram diversas especulações sobre as riquezas potenciais desta área de fronteira.¹⁸⁸

A grandiosidade do território Amazônico, e a suposta ligação fluvial entre o rio Amazonas e o rio da Prata, chamaram rapidamente a atenção de diversas nações estrangeiras, a exemplo dos holandeses, franceses e ingleses. A ideia de “navegar” através dos sertões, percorrendo o Amazonas até entre as índias de Castela e a saída do Atlântico também passa a ser representada nas crônicas portuguesas. Com efeito,

¹⁸⁸ Sobre o tema, ver os clássicos: REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. A Fronteira com as Colônias Espanholas*, vol. 1. Belém: Secult, 1993.

REIS, Arthur César Ferreira. *Limites e demarcações na Amazônia brasileira. A Fronteira Colonial com a Guiana Francesa*, vol. 1. Belém: Secult, 1993. Ver também: CARDOSO, Alirio & SOUZA, César Martins de. (Eds). *Histórias do Xingu: fronteiras, espaços e territorialidades* (séc. XVII-XXI). Belém: Editora da UFPA, 2008. Ver ainda: ACUÑA, Cristóbal de. *Sacerdote, 1597-1675. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. de Helena Ferreira – Rio de Janeiro: Agir, 1994.

muitos aventureiros de várias partes da Europa reconheciam a região antes mesmo de sua conquista lusa, em 1615. Em função de sua condição de fronteira, exatamente no centro entre o Caribe, o Peru e o Brasil, posição estratégica, muitas autoridades consideravam as vantagens de controlar e proteger a região.¹⁸⁹



Mapa de Diogo Homem, 1558, Museu Brit. Em destaque o Rio Amazonas, o Vice-Reino do Peru e as ilhas do Caribe.

De fato, a segurança do território ganha outra dimensão na década de 1640, após a Restauração Portuguesa, início também de um curto governo holandês na ilha de São Luís, em 1641. Portugal tem então a difícil tarefa de defender suas fronteiras, retomando suas praças perdidas, mas também garantir outros territórios para a conversão. Na opinião de Vieira, todos estes temas estão relacionados e seus textos escritos estão carregados de sentidos complementares. Nos textos políticos e proféticos, sermões e cartas que Vieira produziu sobre o Maranhão e Grão-Pará,

¹⁸⁹ CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 44-62.

antes mesmo de pisar nestas terras, há narrativas indícios importantes que aproximam a história da conquista lusa destes territórios com o projeto universal do Quinto Império.

O período em que Vieira esteve no Maranhão, entre 1653 e 1661, tem relação com o projeto, maior, de redenção e conversão geral da gentilidade cujo papel atribuído à nação portuguesa é central. Esta noção, chamada por alguns historiadores de lusocentrismo vieiriano, alicerça muitos dos escritos do jesuíta, e não apenas os textos proféticos.¹⁹⁰ Como se sabe, uma parte da fortuna crítica do famoso jesuíta considerou essa uma fase distinta e, em certo sentido, contrária ao período chamado “diplomático”, nos anos de 1640. Por outro lado, parece cada vez mais importante compreender tais fases a partir da ideia de continuidade, e não de ruptura ou incoerência. Não há no *corpus* documental vieiriano nada que evidencie uma mudança radical de posição entre o Vieira “diplomata” e o Vieira missionário. Este capítulo versa exatamente sobre a fase de transição, em que o jesuíta ainda não cruzou o Atlântico, para assumir a missão do Maranhão, mas já incluía esse imenso território nos seus escritos.

Vieira não era o único. A noção que concebe os portugueses como um “povo eleito por Deus” pressupõe, segundo Alcir Pécora, um exercício comunal para a sua execução. Desse modo, para Vieira, assim como para outros letrados do período, os portugueses deveriam se reunir em uma comunidade cristã ao modo de uma monarquia ideal, que deveria garantir instrumentos necessários para a conversão de judeus e índios. Esta ideia, claro estava, tinha forte conexão com a expansão ultramarina. Nesse sentido, o Brasil e o Maranhão, mais até que a Índia, eram fundamentais.¹⁹¹ De fato, muitas de suas cartas, escritas entre 1641 e 1652, trazem com frequência a menção ao território do Maranhão, entre os vários comentários sobre acordos com a França e os Países Baixos. Da mesma forma, Vieira já tinha consciência das conveniências e características próprias da navegação para a

¹⁹⁰ MARTINI, Marcus. *As chaves do paraíso: profecias e alegoria na obra do padre Antônio Vieira*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Federal de Santa Maria – 2011.

¹⁹¹ PECORA, Alcir. *Op. Cit.* 2008, pp. 21-25; MACEDO, Gil Eduardo de Albuquerque. *As chaves para o Mundo do Quinto Império: as imagens de mundo na História do Futuro do padre Antônio Vieira*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014, pp. 76-78.

Amazônia portuguesa. Para o jesuíta, o Maranhão oferecia uma conexão com o reino “muito mais fácil e livre, e de menos risco”, e isso deveria servir aos propósitos da guerra com Castela, por exemplo.¹⁹²

Nesse sentido, o rio Amazonas sempre despertou interesse no jesuíta. Vieira já especulava sobre suas dimensões e sobre as nações indígenas que habitavam esse imenso labirinto fluvial. A descoberta de novas rotas, possibilidade franqueada pela imensidão do Amazonas, é compreendida aqui ao mesmo tempo como possibilidade de estabelecimento de novas rotas, mas também de novas áreas de expansão missionária. Não há, portanto, contradição nos dois movimentos.¹⁹³ A localização estratégica do Maranhão, entre o Brasil e o Peru, também será objeto da avaliação que Vieira faz da guerra luso-castelhana, como veremos a seguir.

3.2. Amazônia e a guerra luso-castelhana

A região do Maranhão, Grão-Pará e Cabo do Norte, antes mesmo da Restauração Portuguesa, se tornou palco de incursões estrangeiras motivadas principalmente pela condição de fronteira que essa região possuía. Da mesma forma, as crônicas de época chamavam atenção para as potenciais vantagens desta localização geográfica na exploração do comércio de especiarias, pelo acesso rápido ao mar do Caribe. Como se sabe, foi ainda durante a permanência de Portugal na Monarquia Hispânica que esta fronteira foi integrada ao sistema político europeu, com a instituição do Estado do Maranhão, em 1621. Esta nova unidade política, bem ao gosto do estilo castelhano de governo, era formada por capitanias reais e particulares.¹⁹⁴

Após a expulsão dos franceses do Maranhão, Alexandre de Moura deu continuidade às expedições portuguesas pelo interior do território próximo ao delta do Amazonas.¹⁹⁵ Ao analisar esta expansão, Rafael Chambouleyron entende que o estudo do “espaço” que compreendia o antigo “Maranhão” deva levar em

¹⁹² VIEIRA, *Op. Cit.* 1925, p. 219.

¹⁹³ VIEIRA. *Ibidem*, 1925, p. 513.

¹⁹⁴ *Ibidem*, p. 229.

¹⁹⁵ REIS, Arthur C.F. In: *A Política de Portugal no Valle Amazônico*. SECULT, 1993, p. 7.

consideração a relação dinâmica, de acordo e conflitos, envolvendo europeus, índios, mas também os africanos, apesar da presença tardia deste último grupo.¹⁹⁶ As missões jesuíticas, a partir do século XVII, como se sabe, iniciaram um eficiente sistema de conversão do gentio ao longo das margens do grande rio Amazonas. Nas décadas de 1650 e 1660, a própria obra vieiriana vai traçar um perfil amplo desta expansão da fé, ao integrá-la numa história maior da expansão lusa pelo mundo. Ao mesmo tempo, Vieira deixa claro, em vários momentos, sua dívida com jesuítas que estiveram antes dele na Amazônia portuguesa, como o padre Luis Figueira, fundador da própria missão.¹⁹⁷

Para parte da historiografia, o Estado do Maranhão foi considerado uma região à parte do processo de ocupação do Estado do Brasil, este último pautado na economia açucareira e no comércio transatlântico de escravos africanos principalmente da rota angolana. Rafael Chambouleyron, por exemplo, desenvolve essa perspectiva, demonstrando que o Maranhão tinha outra experiência oceânica não voltada para o Atlântico Sul, mas sim para a parte equinocial do Atlântico Norte.¹⁹⁸ Para Vieira, mesmo adotando termos bem distintos, existe a consciência das diferenças entre as duas regiões da América portuguesa.

Em meio a diversas ameaças aos territórios luso-americanos, Vieira no final da década de 1640 concebe formas alternativas de proteger o que restou da guerra contra Castela e das invasões neerlandesas. Nesse caso, os territórios de próximos ao rio Amazonas teriam um papel destacado. Para Vieira, os imensos corredores fluviais, capazes de atingir em pouco tempo as Índias ocidentais, o Peru e o Caribe, justificariam a participação dos luso-maranhenses em qualquer projeto de proteção desta parte do mundo.¹⁹⁹ Vieira também especula, como outros na época, sobre

¹⁹⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açai, 2010, pp. 29-35.

¹⁹⁷ FIGUEIRA, Luis. *Relação da Missão no Maranhão (1608-1609)*. In: Serafim Leite, *Luis Figueira, sua vida heróica e sua obra literaria*. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1940 e BETTENDORF, João Felipe, SJ. *Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus do Maranhão (1698)*. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves/SECULT, 1990.

¹⁹⁸ CHAMBOULEYRON, Rafael. A Amazônia colonial e as ilhas atlânticas. In: *Canoa do Tempo*; Revista do Prog. Pós-Graduação de História, Manaus v. 2, n. 1, jan./dez. 2008, pp. 187-204.

¹⁹⁹ VIEIRA, Antônio. Carta XVIII, Ao Marquês de Niza (1648 – janeiro 20). In: *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 134 e 135. Ver também: CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas*

outras conexões, a exemplo da ligação entre o Amazonas e o rio da Prata, por onde seria possível alcançar o Chile e as minas que a Espanha tinha ali. Acessando a bacia platina, pelo Rio de Janeiro ou São Paulo, o percurso se faria “terra adentro” até chegar a seus afluentes. Assim, escreveu o jesuíta ao Marquês de Niza, em 1648:

Também se pode intentar a conquista do Rio da Prata, de que antigamente recebíamos tão consideráveis proveitos pelo comércio, e se podem conseguir ainda maiores, se ajudados dos de S. Paulo marcharmos, como é muito fácil, pela terra dentro, e conquistarmos algumas cidades sem defesa, e as minas de que elas e Espanha se enriquece, cuja prata por aquele caminho se pode trazer com muito menores despesas.²⁰⁰

Vieira acreditava que este percurso seria o melhor para efeito da guerra, pois a rota a ser feita levaria os portugueses eventualmente até o mar do Sul ou Pacífico, pelo Estreito de Magalhães. Segundo ainda o jesuíta:

Quanto às conquistas de Castela, a primeira que pode entrar em consideração é a de Chili, que está no mar do Sul em altura de 38 graus. Fácil de conseguir pela pouca resistência dos portos, é das ricas e proveitosas que se podem empreender, tanto pelo que é em si, como por ser passo para as serras e minas do Peru, em que estão depositados os maiores tesouros das índias Ocidentais; e pode ajudar muito a esta navegação o porto do Rio de Janeiro, que fica no meio da viagem, e é mui capaz de nele se refazerem os navios, e se proverem do necessário. Contudo, eu não seria de parecer que por aqui se comesse a guerra ou conquista das índias: porque é a viagem compridíssima, que se não pode fazer em menos de sete ou oito meses, havendo de passar os navios pelo estreito de Magalhães [...].²⁰¹

Nesta mesma linha, Vieira apostava no apoio logístico e bélico dos nativos da região. Vieira sabia, na ocasião em que escreveu sobre a guerra entre luso-brasileiros e holandeses na Bahia, em sua Carta Ânua de 1626, que os índios do Estado do Brasil poderiam ser soldados fieis. Em relatos anteriores, de cronistas laicos e de missionários, já se apontava a importância da força bélica nativa no combate aos

sempre devotos. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2002, p. 44-62.

²⁰⁰ VIEIRA. *Ibidem.*, 1925, p. 135.

²⁰¹ *Id. Ibidem*, 1925, pp. 135 e 136.

holandeses. Neste campo, os moradores e autoridades portuguesas dependiam, em larga medida, dos missionários na negociação do apoio indígena. Em especial, os jesuítas no Estado do Maranhão foram fundamentais nesta interlocução, sobretudo no trato das línguas indígenas.²⁰² Na Carta Ânua, de 1626, o jesuíta narra os sucessos dos soldados nativos na expulsão dos holandeses da Bahia. Segundo Vieira, mesmo com a situação de miséria dos soldados, sem comida e sem pólvora, “não havendo em todo o arraial mais que um barril mui pequeno” e se “sustentando só de farinha de guerra, sem mais do que uma pouca de água”, este pode recuperar a praça com o auxílio nativo.²⁰³ Sobre os índios guerreiros, Vieira acrescenta:

Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias; antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque, quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, estando o sol claro e o céu sereno, viam subitamente sobre si uma nuvem chovendo frechas, que os trespassavam, [...] não se atreviam a resistir, porque, enquanto eles preparavam um tiro de arcabuz ou mosquete, já tinham no corpo despedidas do arco duas frechas, sem outro remédio senão o que davam os pés, virando as costas; mas nem este lhe valia, porque, se eles corriam as frechas voavam e, descendo como aves de rapina, faziam boa presa; e ainda que não matavam algumas vezes de todo, todavia, como muitas eram ervadas, ia o veneno lavrando por dentro até certo termo, em que lhes dava o último da vida. Entre estes índios se avantajavam uns na destreza do atirar, outros no ânimo de acometer, mas em geral se experimentou em todos os desta capitania grande ódio aos contrários e maior fidelidade aos nossos, porque, sendo assim que muitos negros de Guiné, e ainda alguns brancos, se meteram com os holandeses, nenhum índio houve que travasse amizade com eles, o que foi muito particular e especial mercê de Deus, e indústria também dos nossos padres, os quais sempre, e agora mais que nunca e com mais eficácia, os instruíam na fé, intimando-lhes o amor que deviam ter a Cristo, e lealdade a Sua Magestade.²⁰⁴

Outros jesuítas defendiam que os índios deveriam ter um papel central nas guerras portuguesas, sempre sob a coordenação dos próprios padres, seus líderes espirituais. Para Vieira, o papel nativo seria mais alargado na defesa da Restauração brigantina, incluindo a construção de fortificações e a vigilância do território. Em carta

²⁰² CARDOSO. *Op. Cit.* 2002, pp. 205-207.

²⁰³ VIEIRA. Antônio. Carta Ânua de 1626. In: *Cartas do Padre Antônio Vieira*, coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo, Tomo I, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1925, pp. 39 e 40.

²⁰⁴ VIEIRA. *Op. Cit.* 1925, pp. 40 e 41.

a D. João IV, já existe uma relação entre a conversão das almas e a defesa da independência lusa:

[...] e se pregar aos índios a fé de Jesus Cristo, sem mais interesse que o que ele veio buscar ao mundo, que são as almas, e houver quantidade de religiosos que aprendam as línguas, e se exercitem neste ministério com verdadeiro zelo; não há dúvida que, concorrendo a graça divina com esta disposição dos instrumentos humanos, os índios se reduzirão facilmente à nossa amizade, abraçarão a fé, viverão como cristãos, e com as novas do bom tratamento dos primeiros trarão estes após de si muitos outros, com que além do bem espiritual seu, e de todos seus descendentes, terá também a república muitos índios que a sirvam e que a defendam, como eles foram os que em grande parte ajudaram a restaurá-la.²⁰⁵

A integração dos índios convertidos aos negócios da monarquia portuguesa parece ser, em si mesma, um dos objetivos da conversão. Portanto, além dos serviços nas lavouras e na extração de drogas nos sertões, os índios para Vieira deveriam exercer uma das suas atividades mais conhecidas: a guerra. Dessa forma, a imensidade do território amazônico poderia resguardar suas fronteiras no contexto perigoso da guerra hispano-lusa. É bom lembrar que, como aponta Rafael Chamboleyron, a política portuguesa sobre fronteiras, apesar do grande incentivo durante o período da integração à Monarquia Hispânica, só começava ganhar definição na segunda metade do século XVII, quando a Coroa passou a “controlar, incentivar e ordenar diversos aspectos dessa conquista, como o povoamento, as atividades econômicas, a reprodução da força de trabalho e o comércio”.²⁰⁶ Não por acaso que, no labirinto de canais que eram os rios da região, os nativos e suas canoas poderiam ser fundamentais.

As próprias missões religiosas muitas vezes desempenhavam um papel relevante na ocupação de áreas consideradas perigosas. As cartas do padre Vieira, escritas nos anos 1650, tratam ocasionalmente sobre esse tema.²⁰⁷ Quanto à guerra luso-castelhana, além do projeto de utilização direta da força bélica indígena nas

²⁰⁵ VIEIRA. *Op. Cit.*, 1925, pp. 313 e 314.

²⁰⁶ CHAMBOULEYRON, Rafael. “MUITA TERRA... SEM COMÉRCIO”. O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII”. In: *Outros Tempos*; Volume 8, número 12, dezembro de 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana, pp. 91-107.

²⁰⁷ VIEIRA, *Op. Cit.* Tomo III, 1928, p. 431.

batalhas que viessem a ocorrer no Atlântico Equatorial, Vieira também expõe em carta ao Marquês de Niza uma antiga proposta. Na ocasião, o cardinal Mazarino havia prometido a Portugal socorro na guerra contra Castela, oferecendo 6.000 soldados com a condição de que El-Rei D. João IV pagasse a França todos os anos 160 mil cruzados, com a concessão de mais duas praças marítimas. O Marquês de Niza, responsável pelo sucesso do acordo, oferece somente a praça africana de Tânger. Vieira contraria tal proposta, pois acreditava que, caso se firmasse o acordo, os soldados portugueses, nascidos e criados em Tânger, não se submeteriam a um rei estrangeiro. Vieira então argumenta que:

Todas as considerações que V. Ex. faz sobre Tânger são de conhecida e praticável conveniência; só na dos soldados se me representa dificuldade, porque aqueles cavaleiros de África quase todos são nascidos e casados ali, e obrigá-los a que fiquem sujeitos a rei estranho é cousa em que entendo não virão nunca; persuadi-los também a que deixem pátria, casa, mulher e filhos (e isto a um povo inteiro e de soldados que depende de tantas vontades e tão livres) é negócio não fácil de compor e levar ao cabo, e que, quando se houvesse de empreender, convém que seja com grande destreza e secreto, porque a vizinhança de Castela, e o exemplo de Ceuta, os não convidem a se entregarem primeiro ao castelhano do que nós os entreguemos ao francês. Lembra-me que, falando-se outra vez em semelhante caso, se apontou que aquela gente se passasse a povoar o Maranhão, e se eles quisessem vir nisso, ainda que fosse fazendo-lhes S. M. mercês, seria grande conveniência.²⁰⁸

Portanto, estava claro que os territórios portugueses do Atlântico equatorial e seus habitantes, portugueses ou nativos, tinham um papel dentro de projetos maiores sobre a guerra com Castela. As “conveniências” de um espaço de fronteira não poderiam ser ignorados. Para Vieira, entretanto, a questão não se resumia apenas a manobras militares. Com efeito, a geopolítica vieiriana também admitia que o destino destas terras se articulava com o devir da própria cristandade, e que poderia ser objeto das profecias.

²⁰⁸ VIEIRA. *Op. Cit.*, Tomo I, 1925, p. 160.

3.3. Uma geografia profética

Para Helidacy Corrêa, os espaços reconquistados no antigo Estado do Maranhão foram inseridos em “práticas e estratégias administrativas complexas” que permitiram uma comunicação mais intensa entre diferentes setores da vida portuguesa, que incluía a economia, a política e a Igreja, na preservação de um território considerado terra do meio, ou de fronteira.²⁰⁹ Nesse ponto, para muitos religiosos que atuaram nessa região, a condição de um “espaço predestinado” do Maranhão já era pauta em crônicas e relatos sobre a guerra, desde a famosa batalha de Guaxemduba onde a vitória lusa contra os franceses foi creditada à intervenção divina.²¹⁰ É verdade que militares experientes, como Jerônimo de Albuquerque, não aceitava essa teoria atribuindo a vitória ao modelo de batalha adotado pelos portugueses com grande participação indígena.

Para Vieira, todas as atividades relacionadas à guerra dependiam, para além das estratégias, necessárias, aliás, da compreensão da dimensão mística que explicaria o destino dos territórios cristãos. Nesse sentido, a atividade missionária estava inserida dentro de uma política, a um só tempo, restauracionista, belicista, providencialista e profética. Acima de tudo, Vieira compreendia que a lógica profética informada pelo estudo das profecias antigas permitia ver uma geografia mística ou profética que incluía, entre outros tantos territórios, o Brasil e o Maranhão. Segundo o jesuíta:

Digo primeiramente, que o texto de Isaías se entende do Brasil, porque o Brasil é a terra que diretamente está além e da outra banda da Etiópia como diz o Profeta: *quae est trans flumina AETHiopiae*, ou como verte e comenta Vatablo: terra, *quae est sita ultra AETHiopiam (quae AETHiopia scatet fluminibus)* e o hebreu ao pé da letra tem *de trans flumina AETHiopiae*. A qual palavra—*de trans*— como notou Malvenda, é hebraísmo, semelhante ao da nossa língua. Os Hebreus dizem—*de trans*— e nós dizemos, detrás; e assim é na geografia destas terras, que

²⁰⁹ CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. “Para aumento da conquista e bom governo dos moradores”: o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e colonização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011, pp. 25-79.

²¹⁰ Mario Meireles em sua obra *História do Maranhão* afirmou que o cronista Simão Estácio da Silveira se referiu a batalha de Guaxemduba como uma “jornada milagrosa” contra os franceses por serem mais fortes em número de soldados e material bélico. Ver: MEIRELES, Mario Martins. *História do Maranhão*. São Luís: FUNC, 1980.

em respeito de Jerusalém, considerado o círculo que faz o globo terrestre, o Brasil fica imediatamente detrás de Etiópia.

A própria noção de “espaço” em muitos textos de Vieira, como *História do Futuro*, guarda bastante semelhança com profecias antigas. A hidrografia, com seus rios infinitos e caudalosos, possibilitou a investidura dada por Vieira ao Maranhão, a partir da profecia de Isaías, de *Terra cymbalo alarum*, que significa “terra que tem sinos com asas”. Tal descrição fazia alusão ao *maracá*, instrumento musical indígena, e as embarcações que se chamavam *maracatins*, derivado da palavra *maracá* e, portanto, significando *cymbalo* ou *sinos* para os hebreus. Segundo o jesuíta, para o profeta Isaías, “a terra de que fala, é terra que usa embarcações, que tem nome de sinos; e estas são pontualmente os maracatins dos Maranhões”.²¹¹ Assim, estava claro que as características físicas do mundo tinham significados maiores que guardavam relação com o destino final destes lugares.

Os *maracatins* também podem ser descritos como um tipo de canoa utilizada pelos indígenas na Amazônia. Nada mais apropriado, pois Vieira sabia que o combate aos holandeses no Maranhão era principalmente de natureza fluvial, com embarcações utilizadas também como navios de guerra pela altura das bordas do rio ao modo de trincheiras.²¹² O padre Vieira, em carta ao Provincial do Brasil, em 1654, descreve a facilidade da fabricação das canoas nativas, feitas a partir de um só tronco de árvore. Para Vieira:

É um louvar a Deus. Tudo isso se arma e se sustenta sem um só prego, o que não se ver em uma canoa para o intento, pois todo o pregar se supre com o atar, e o que havia de fazer os ferros fazem os vimes, a que também chamam cipó, muito fortes, com que as mesmas da canoa se atracam; e tudo quanto dela depende vai tão seguro e firme como se fora pregado.²¹³

Quanto ao estilo da guerra que se fazia com tais embarcações, o jesuíta descreve como exemplo a sua utilização pela nação *nheengaíba* que, combatendo os portugueses escravistas:

²¹¹ VIEIRA, Antônio. *História do Futuro...*, 1998, pp. 305-309.

²¹² CARDOSO. *Op. Cit.* 2012, pp. 275-276.

²¹³ VIEIRA, *Op. Cit.* 1925, pp. 373-374.

Usa esta gente canoas ligeiras e bem armadas, com as quais não só impediam e infestavam as entradas, que nesta terra são todas por água, em que roubaram e mataram muitos portugueses, mas chegavam a assaltar os índios cristãos em suas aldeias, ainda naquelas que estavam mais vizinhas às nossas fortalezas, matando e cativando; e até os mesmos portugueses não estavam seguros dos Nheengaíbas dentro em suas próprias casas e fazendas, de que se vêem ainda hoje muitas despovoadas e desertas, vivendo os moradores destas capitânicas dentro em certos limites, como sitiados, sem lograr as comodidades do mar, da terra e dos rios, nem ainda a passagem deles, senão debaixo das armas.²¹⁴

A interpretação dada por Vieira em *História do Futuro*, a partir do versículo 44 do Livro do profeta Daniel, é bem ilustrativa. Para Vieira, o mundo conhecido após os descobrimentos era um mundo novo, no sentido de que poderia corrigir os erros do Velho Mundo, ou auxiliar aquele na concretização de um destino comum. Nesse caso, o papel do Maranhão poderia revelar-se, pois aquelas terras eram, dentro de um Novo Mundo, um mundo mais novo ainda. Esta questão perpassa vários campos do discurso vieiriano, patente de todo modo na sua interpretação do messianismo régio, o Joanismo. No campo bélico, com a Guerra de Restauração contra Castela atingindo seu ponto mais decisivo, esta geografia vieiriana não estava, por outro lado, em discordância com a ideia segundo a qual o reino de Portugal teria um papel proeminente no estabelecimento de um Império cristão na terra. Ao contrário, apesar da relevância de Portugal, e principalmente da cidade de Lisboa nesse projeto, as quatro partes reunidas do mundo tinham, cada qual, o seu papel específico, embora por vezes não tão claro:

O mundo que conheceram os antigos se dividia em três partes, África, Europa, Ásia: depois que se descobriu a América, acrescentou-lhe a nossa idade esta quarta parte, espera-se agora a quinta, que é aquela terra incógnita, mas já reconhecida, que chamamos de Austral. Este foi o mundo passado, e este é o mundo presente, e este será o mundo futuro: e destes três mundos unidos se formará (que assim o formou Deus) um mundo inteiro. Este é o sujeito da nossa história, e este o Império que prometemos ao mundo. Tudo o que se abraça o mar, tudo o que alumia o Sol, será sujeito a este quinto Império. [...] Todos os reinos se unirão a um centro, todas as cabeças obedecerão a uma suprema cabeça, todas as coroas se rematarão a uma só diadema e esta será a peanha da Cruz de Christo.²¹⁵

²¹⁴ VIEIRA. *Op. Cit.* 1925, pp. 556-557.

²¹⁵ VIEIRA. *Op. Cit.* pp. 32-33.

Assim, para Vieira a América, embora fosse nova para os homens da terra, estava somente oculta para aqueles que sabiam interpretar devidamente as escrituras. Por outro lado, Vieira não ignora que, mesmo sem conhecer a palavra Dele, os índios já viviam nessas terras, “novo para nós, que somos os sábios; mas para aqueles bárbaros, velho e muito antigo”, dizia com ironia o jesuíta. Aqui, e em toda a extensão do capítulo XII de *História do Futuro*, Vieira já argumenta ser a América portuguesa como a *Terra oculta* nas Sagradas Escrituras, chamada pelo profeta Isaías de Austral.²¹⁶ É bom lembrar que, para muitos especialistas, a obra *História do Futuro* não seria um livro específico, mas fruto de uma reorganização de diversos textos dispersos, reunidos no decorrer do período entre 1645-1661.²¹⁷ Em seu processo inquisitorial, Vieira esclarece que seu projeto profético se iniciou com a composição de uma outra obra, mais tarde nomeada *Clavis Prophetarum*, composta supostamente entre 1645 e 1646, período anterior a sua estadia no Maranhão. Parte do que se tornou a conhecida *História do Futuro* estaria inserida originalmente em *Clavis Prophetarum*, que só foi finalizada no final de sua vida, já no colégio dos jesuítas na Bahia. A maturidade dessa obra, composta ao longo de vários anos, já apresenta um Vieira desencantado com o panorama profético que traçou anos atrás. Entretanto, a relação entre a missionação luso-maranhense e o destino profético dos portugueses parece ser um dos pontos mais estáveis da obra vieiriana.

Como apontamos no primeiro capítulo, mais precisamente na nota de rodapé 46, a cronologia das obras proféticas do padre Antônio Vieira é controversa. Censuradas em vários sentidos, a carta *Esperanças de Portugal* e a *História do Futuro*, tornaram-se ideias incompreendidas pelo Santo Ofício em vários sentidos. Em primeiro lugar, por não acreditarem que Bandarra era o verdadeiro profeta e que D. João IV ressuscitaria; em segundo lugar, para a Inquisição as profecias antigas já

²¹⁶ VIEIRA. *Op. Cit.*, pp. 232-338. Ver também: DE MARTINI, Marcus. *HISTÓRIA DO FUTURO E PROFECIA DO PASSADO: o pensamento profético de padre Antônio Vieira face aos autores antigos e modernos*. In: Revista Aletria, nº especial, jul-dez de 2009, pp. 149-162; e MENDES, Margarida Vieira. Vieira no cabo de não: Os descobrimentos no livro Antepreimeiro da História do Futuro. In: *SEMEAR* 2, PUC- Rio, 1997.

²¹⁷ Ver: MUHANA, Adma. “Do Processo de Vieira na Inquisição”. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras* – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007 e BESSELER, J. Van den. *Antônio Vieira: Profecia e polémica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

interpretadas, deveriam seguir a linha da *Bula Tridentina de 1514* ²¹⁸ e, portanto, não deveriam sofrer novas interpretações.²¹⁹

Para Vieira, no entanto, os escritos antigos abrem um leque para novas interpretações, por não sofrerem mais as limitações da agência do passado. Para o jesuíta, a união entre o Antigo e o Novo Testamento simboliza, ao mesmo tempo, a presunção e a realização da profecia. Desse modo, as ciências, como a cosmografia, a geografia, a náutica, a *bélica* e a hidrografia devem ser interpretadas não como conhecimento exato, no sentido que atribuímos hoje a muitas delas, mas como aspectos de um conhecimento maior, o das escrituras.²²⁰ Dada a importância dessas ciências para os descobrimentos, o Novo Mundo encoberto se transforma no próprio objeto do conhecimento Divino e, para os portugueses, se assemelha a uma nova descrição da gêneses bíblica. No caso do Novo Mundo, antes dos europeus, ele era um nada que precisava “se descobrir e se instruir na crença de Deus”.²²¹

Nesta geografia profética, os rios e mares obviamente são fundamentais. Nos sermões, e nas obras proféticas, o *mare Magnum*, que no Velho Mundo é o mar Mediterrâneo, ajudaria a entender o papel do próprio Amazonas. Para Vieira, o Mediterrâneo, antes grandioso e insuperável, começaria a ceder espaço para mar de água doce, o Amazonas, que de tão poderoso deveria ter um papel importante para o devir da cristandade.²²² Da mesma forma, o jesuíta interpreta certos “detalhes particulares” deste imenso rio, que o profeta Isaías teria descrito como *ad populum terribilem* e *cujus diripuerunt flumina terram ejus*, terra de gente terrível e cujos rios as terras dividem. Essa gente terrível são os *brasis*, gente da terra do Brasil, que habita

²¹⁸ Em 1546 se estabeleceu no Concílio de Trento um decreto papal onde se decidiu que ninguém poderia interpretar as escrituras sem o consenso da Igreja. Ver: BEDOUELLE, G. Biblical interpretation in the Catholic Reformation. In: HAUSER, A. J; WATSON, D. F. (eds). *A History of Biblical Interpretation*, v. 2: The Medieval through the Reformation Periods. Grand Rapids, Michigan, Cambridge, UK: William B. Eedermans Publishing Company, 2009, p. 431.

²¹⁹ MARTINI, Marcus. Ibidem, 2011, pp. 88 e 89.

²²⁰ VIEYRA. *Op. Cit.* 1998, pp. 236-237.

²²¹ CARVALHO, Marcelle Ventura. A Alegoria no Sermão da Epifania. *Graphos*. João Pessoa, v. 8, n. 1, jan/jul/2006, pp. 64 e 65.

²²² VIEYRA. *Op. Cit.* 1998, p. 295.

mais particularmente a “província” do Maranhão, já que é nesta província em que os rios são infinitos, maiores e os mais caudalosos do mundo.²²³

O conjunto da obra vieiriana sugere uma correlação entre variados pontos do território português no Atlântico. Para o jesuíta, entender o oceano, a complexidade de sua travessia e exploração, a funcionalidade de suas correntes marítimas, não está tão distante de uma leitura profética do mundo. Vieira conhecia, nesse sentido, as características próprias da navegação entre Maranhão, Europa e o Caribe, cujo sistema de correntes oceânicas tornava a jornada sempre favorável. Hoje em dia, os historiadores e geógrafos sabem que a dinâmica da corrente Norte-Equatorial age contrariamente ao sentido das correntes do Atlântico Sul, que segue o sentido anti-horário, tornando relativamente simples qualquer viagem entre Maranhão-Portugal, por exemplo.²²⁴ Na geografia profética, esta conexão sugere mais do que uma ligação fortuita.



Imagem ilustrativa da viagem de Bartolomeu Dias e o Mar dos Sargãos, coração do Atlântico Norte.

Fonte: www.cartografiaportuguesa.blogspot.com.br

²²³ VIEYRA. *Op. Cit.*, 1998, pp. 298-301.

²²⁴ CARDOSO, *Op. Cit.* 2012, p. 173-179.



Mapa “La America” de Pierre Gendron, 174?-1758. Fonte: cartografia digital da Biblioteca Nacional de Portugal.

Quer seja por crença nas profecias, quer seja por um exame pragmático das circunstâncias, ou pelos dois motivos, Vieira acreditava que a ilha de São Luís, assim como outras ilhas do Atlântico Norte, como as ilhas do Caribe, Açores e Cabo Verde, tem sua própria existência ligada ao destino de Portugal. Na guerra contra Castela, essas ilhas serviriam perfeitamente como bases avançadas, preparadas ao mesmo tempo para vigilância como para eventuais ataques. Na verdade, essas ilhas já eram escala natural das rotas comerciais dos navios portugueses e espanhóis. Em carta ao Marquês de Niza, em 1648, Vieira abordou as peculiaridades das ilhas atlânticas e sua funcionalidade:

E intentando-se, seria eu de parecer que se não começasse pela terra firme, senão em alguma das muitas ilhas que ali há ou no canal de Panamá, com que se fecharia o comércio, ou em outro sítio daquelas entradas, que se tiver por mais acomodado. Esta ilha servirá como de

praça de armas, onde as naus se possam recolher e refazer, e ainda lavrarem-se muitos mantimentos, que de tudo são capazes por sua grandeza e fertilidade algumas daquelas ilhas.

O que estamos chamando de textos proféticos, por outro lado, não se resumem as obras escritas durante o processo de Vieira junto à Inquisição, e que tem suas publicações tardias, mas a um conjunto maior da obra vieiriana. Estão, assim, presentes em cartas, sermões e escritos políticos. Não há motivos para pensar sentidos contraditórios nessas variadas formas de manifestação letrada. Não por acaso, para autores como Besselar, Margarida Vieira Mendes e Adma Muhana, a profecia do Quinto Império de Vieira já poderia estar sendo formulada já nos primeiros anos de 1640.²²⁵ Da mesma forma, não se pode esquecer que toda a obra profética do jesuíta foi revisada, primeiramente por ele, e depois pelos seus algozes e, mais tarde, publicada, só em 1718, com o aval da Companhia e do Tribunal do Santo Ofício. O livro profético inacabado, *História do Futuro*, consta de sete manuscritos apógrafos, em folhas desordenadas. Esta obra tardia e reconstruída ao gosto das reflexões de um velho Vieira é a única obra profética do jesuíta que inclui uma análise específica sobre o papel do Maranhão nas profecias sobre o Quinto Império.²²⁶

²²⁵ BESSELMAR. *Op. Cit.* 2002, p.

²²⁶ Ver: CAMARGO, Patrícia de Freitas. *Discurso e Decurso: Tempo e retórica no Livro Antepreimeiro da História do Futuro do Padre Antônio Vieira*. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Literatura brasileira da Universidade de São Paulo, 2015, pp. 19-44; e BESSELMAR, José Van Den. Introdução. In: *Antônio Vieira: História do Futuro* (Livro Antepreimeiro). Ed. Crítica. Münster, 1976.

HISTORIA DO FUTURO.

LIVRO ANTEPRIMEYRO

PROLOGOMENO A TODA A HISTORIA do Futuro, em que se declara o fim, & se prova os fundamentos della.

Materia, Verdade, & Utilidades da Historia do Futuro.

ESCRITO PELO PADRE

ANTONIO VIEYRA
da Companhia de JESUS, Prêgador de S. Magestade.



LISBOA OCCIDENTAL,
Na Officina de ANTONIO PEDROZO GALRAM.

Com toda a licença necessaria, Anno de 1718,

Capa da obra História do Futuro do Padre Antônio Vieira.

3.4. O Maranhão Profetizado

Em sua obra *Cartas de Antônio Vieira*, de 1925, João Lúcio de Azevedo descreve a motivação da vinda do jesuíta para as missões do Maranhão. Desenganado com a política restauracionista e seus insucessos diplomáticos, Vieira “escolheu” o Maranhão para iniciar sua obra espiritual. Mesmo se tratando de um período não analisado no texto dissertativo, sua convicção em vir para essa Província, “onde pouco havia alguém da Companhia de Jesus”, com clara certeza foi estimulado pelo seu pensamento político-profético.²²⁷

Reconhecendo as vantagens que o Maranhão possuía pela proximidade com Portugal é comum intuir que a referência a Providência Divina e a predestinação cristã no livramento das almas nativas já eram efeitos no pensamento de Vieira antes mesmo de 1653. Em carta ao príncipe D. Teodósio, no momento de sua chegada ao território amazônico, o jesuíta, já com pouco esforço, pelo embaraço de sua saída de Portugal, reconhece que “agora começo a ser religioso”, esperando na bondade divina o sucesso da missão nesta região. Ser “agora religioso” para o padre Antônio Vieira não significava se desfazer de sua unidade teológico-política, mas sim apresentar o espaço privilegiado que o Maranhão e a Amazônia ocupavam no Quinto Império vieiriano.²²⁸

A necessidade da Monarquia Hispânica em conquistar e evangelizar este novo território se fez presente desde a expedição jesuítica do padre Luís Figueira²²⁹, primeiro padre da Companhia a dar início à conquista espiritual, principalmente na região entre o Tocantins e o Xingu. Diante de uma perspectiva promissora, o padre Figueira, inicialmente por decretos de Felipe IV e depois já atendendo as ordens do

²²⁷ VIEIRA. *Op. Cit.* 1925, pp. 269-270.

²²⁸ *Ibidem*, p. 301.

²²⁹ Padre da Companhia de Jesus, missionário no Maranhão desde 1607, quando foi enviado de Pernambuco à Serra de Ibiapaba. Morreu nas mãos dos índios aroões, após um naufrágio nas proximidades da ilha do Sol em 1643. Ver: ARENZ, Karl e SILVA, Diogo Costa. “Levar a luz de nossa santa fé aos sertões de muita gentildade”. Fundação e consolidação da missão jesuíta na Amazônia portuguesa (século XVII). Acessado em: www.jesuiticaheranca.blogspot.com.br.

rei restaurador, estabeleceu missões e também participou dos projetos de guerra contra os holandeses na restauração do Maranhão.²³⁰

Viera, já no Maranhão, em 1653, escreve em carta ao Provincial do Brasil, que seguiria “os desígnios do Padre Luís Figueira” e também as ordens do rei D. João IV, em edificar casas e igrejas neste território. Desta maneira, como analisa Karl Arenz, o conhecimento prévio das potencialidades da região a mando da Igreja e da monarquia portuguesa eram não somente um empreendimento espiritual, mas também político. Exemplo disso foi a serra de Ibiapaba, situada no extremo norte da Província do Ceará, e a primeira missão evangelizadora do padre Figueira, que comandou expedição em 1607. O interesse nos índios da região, os Tabajara, aliados dos holandeses, justificavam qualquer esforço no sentido de sua conversão.²³¹

Pensando dessa forma que, mesmo perdendo a sua posição estratégica a partir de 1650, Antônio Vieira ainda organizou uma missão incompleta a serra de Ibiapaba em 1656. O objetivo da missão, além de catequizar os índios Tobajaras, era garantir que os nativos da região não passassem novamente como aliados dos holandeses. A quantidade de aldeias e almas não convertidas passavam de mil e seiscentas, representando para Vieira um elevado número de “fiéis e por isso pretensas almas a serem convertidas. Sendo assim, lembremos do tema central do Quinto Império vieiriano, que se afirma na reconstituição do Mundo e da cristandade através da mediação divina entre a Igreja e os reis portugueses. Dessa forma, o indígena na projeção vieiriana, situado em maior parte no território do Maranhão, torna-se o instrumento espiritual da realização de sua profecia.²³²

Além disso, qualquer empreendimento missionário impulsionava não só uma ação espiritual, mas também um trabalho em conjunto entre a Coroa e a igreja. A missão ao Maranhão, contando também com a serra de Ibiapaba significaram, para o jesuíta, plenos sinais da Graça Divina, como afirma em sua *História do Futuro*, mas também na *Relação da missão da Serra de Ibiapaba* (1660). Segundo Vieira:

²³⁰ MORAES, José de (Pe.). *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Colégio do Pará, 1789. Editado pela Editorial Alhambra, Rio de Janeiro, 1987, pp. 149-151.

²³¹ Ver: ARENZ, Karl e SILVA, Diogo Costa. *Op. Cit.* s.p. e VIEIRA. *Op. Cit.* 1925, pp. 560-570.

²³² VIEIRA. *Op. Cit.*, 1925, pp. 482-483.

Verdadeiramente parece que tem mostrado Deus que quer esta missão se continue e que os padres se não saiam dela. [...] Sem dúvida tem Deus provido àquelas almas este meio de sua predestinação, e é infalível haver-se de conseguir.²³³

O grande interesse na geografia do Maranhão parece evidente na correspondência vieiriana. Vale como exemplo a carta remetida ao Conde de Ericeira, em 23 de maio de 1689, e já citada neste trabalho. Mesmo em se tratando das últimas correspondências de Vieira, a carta faz referência ao seu passado ainda na Corte portuguesa. O jesuíta responde ao conde que em sua obra *História de Portugal Restaurado* havia citado o jesuíta. Para o autor da obra, Vieira, por sua agudeza de ser o maior pregador de seu tempo, com o seu juízo sempre superior, não tinha o mesmo dom para os negócios e sempre se desvanecia neles. Ainda na carta, Vieira adverte Ericeira que nem todos os negócios tratados entre ele e o rei foram compreendidos pelos ministros por se tratarem de negócios sutis e particulares. Escreve o jesuíta:

[...] Quero dar a V. Ex.^a uma notícia, que ninguém tem nem teve: e é que os negócios a que El-Rei muitas vezes me mandava eram mui diferentes do que se podia cuidar, ainda entre os ministros mui interiores [...]. Seja exemplo quando parti para o Maranhão. Sendo o meu intento querer antes arriscar a vida pelo Rei do Céu que pelo da terra, cuidaram muitos que aquela resolução não era minha, senão de El-Rei e a muito diferente fim.

Tal finalidade, para os ministros que “não percebiam as sutilezas” de seus negócios, a ida ao Maranhão seria para verificar a passagem à Quito e daí a Lima, pelo rio Amazonas, afim de se chegar a Potosí, onde era governador da região o Duque de Escalona, primo de Felipe IV. Essa frágil suspeita, levantada por alguns ministros, como o conde da Torre, contribuiu para o desconforto gerado entre Vieira e a corte portuguesa.²³⁴

Os “mistérios” sobre os negócios do Maranhão, gerenciados por Vieira, são ainda pouco discutidos pelos seus estudiosos, bem como a própria proposta de

²³³ Carta a um Provincial do Brasil [10/06/1658]. In: VIEIRA, Antônio, S.I., 1608-1697. *Cartas do Brasil. Op. Cit.*, 2003, pp. 191.

²³⁴ VIEIRA. *Cartas do Brasil. Ibidem*, 2003, pp. 551-552.

retirada de D. João IV para governar os Açores, após a celebração do casamento do príncipe D. Teodósio com a filha do Duque de Orléans, caso a manobra fosse aceita pela França. Além de governar as ilhas do arquipélago, El-Rei governaria também o território do Pará e do Maranhão. Projeto nunca concretizado fora justificado pela historiografia, e pela fortuna crítica vieiriana, nos moldes do que fez J. Lúcio de Azevedo, ao reivindicar a falta de unidade e de coerência nas ações do famoso padre. Em geral, uma parte da historiografia vem insistindo na falta de coesão entre as fases da vida de Vieira, cujo exemplo mais evidente seria a distância entre o “Vieira diplomata” e o Vieira missionário. Por outro lado, um olhar mais cuidadoso sobre os escritos proféticos pode ajudar a pensar, em outros termos, o tema da fragmentação da personagem vieiriana, pois a missão, em geral, e a missão do Maranhão, em particular, nunca estiveram ausentes dos seus escritos proféticos ou políticos.²³⁵

²³⁵ VIEIRA. *Op. Cit.* 1925, p. 97.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem disse Russell-Wood, “foi o mar que deu sentido ao vasto mundo português”... e “Mar grande” era, para os portugueses, o significado da palavra Maranhão. Sem o intercâmbio que ocorreu de Norte a Sul do Atlântico, entre Europa, África, Ásia e América muitas ideias abordadas por Vieira e outros religiosos, assim como os relatos de viagens de seus desbravadores, jamais teriam sentido. Assim como o importante sistema de rotas comerciais criadas para abastecer o comércio entre os reinos e as conquistas. Por isso, os descobrimentos são carregados de sentidos na obra vieiriana. Nela, é possível ver a onipresença da relação entre o Velho e o Novo Mundo e a representação providencialista das realizações marítimas dos portugueses.²³⁶

Com a Restauração, o legado português é repensado em inúmeros aspectos de sua cronologia, do Milagre de Ourique, passando pelo desaparecimento do rei D. Sebastião. Toda essa narrativa torna-se o eixo de sustentação que legitimaria o processo de separação entre Portugal e Castela. Quando Vieira, baseado na sua crença providencialista, universalista e messiânica, toma para si essa representação, ela se molda e se revela em sua obra profético-política. O famoso jesuíta acredita que as profecias antigas, reinterpretadas, deixam entrever benefícios a Portugal. Antes crendo em um Sebastião encoberto, agora em um João a revelar-se. E toda essa reordenação profética tinha um único objetivo: conhecer melhor o próprio sentido de monarquia, em geral, e portuguesa, em particular.

Encabeçando um projeto que se reorganiza em uma unidade discursiva, diante de múltiplos escritos, Vieira consegue dar sentido a elementos providencialistas e messiânicos. Consegue também agregar novos elementos e interpretações; e, traz para articular seu projeto do Quinto Império, novos lugares associados à lógica dos descobrimentos, relacionando as duas grandes entidades políticas da América lusa: o Estado do Brasil e o Estado do Maranhão.

²³⁶ RUSSELL-WOOD, A. J. R. Um Mundo em movimento: os portugueses na África, Ásia e América (1415-1808). Tradução: Vanda Anastácio. DIFEL, Portugal, 1998.

Os processos de conquista e exploração econômica do Maranhão destacam a sua singularidade, percebida pelo padre Antônio Vieira anos antes da sua vinda para essa região. Não só o jesuíta, mas os holandeses e os franceses também perceberam potencialidades naquele vasto território. Mesmo assim, não temos como afirmar se o que Vieira escreveu sobre o Maranhão em sua obra profética *História do Futuro* fez parte do que vivenciou em sua experiência missionária neste território. Entretanto, através da interpretação das profecias anteriores é possível afirmar que Vieira concebia no seu projeto da “Quinta Parte do Mundo”, um papel para aquele território, principalmente no contexto da guerra luso-castelhana.

Quanto à relevância do pensamento profético e universalista do Padre Antônio Vieira, na política restauracionista e na guerra luso-castelhana, a pesquisa tentou contribuir para uma outra reflexão sobre a presença dessa imensa região, que alguns historiadores começam a chamar de Atlântico equatorial, nos seus planos político e espiritual.

Por fim, a conturbada experiência profética que o jesuíta realiza em suas obras, somente demonstra que seu projeto do Quinto Império, ao inserir o Novo Mundo, estava atrelado às demandas da monarquia portuguesa em manter seu reinado longe das amarras estrangeiras. Dentro de uma perspectiva política, os próprios territórios ainda pouco ocupados, como o Maranhão e Grão-Pará, irão receber atenção privilegiada nos planos vieirianos pelos atrativos naturais que possuía, como sua navegação fluvial, sua zona de fronteira, suas especiarias e a infinidade de nativos que habitavam os sertões.

Em um Novo Mundo fragmentado pelas disputas e guerras estrangeiras, o plano vieiriano do Quinto Império vem reunir as esperanças portuguesas e colocar em evidência o sentido da Monarquia Restaurada em meio a disputas políticas, diplomáticas, bélicas e econômicas no cenário europeu. Para tanto, o texto faz uma reflexão sobre as partes desse Novo Mundo que se integram a partir de um plano maior, dando a esses espaços papéis específicos na nova política restauracionista. A partir daí podemos concluir que:

1. O Maranhão, assim como outras regiões, a exemplo do próprio Estado do Brasil, o Caribe, o Cabo do Norte e até mesmo a África e a Ásia, têm papéis definidos no devir do projeto universalista vieiriano.
2. O Maranhão, apesar de não ser tema central nos escritos políticos-diplomático-proféticos do padre Antônio Vieira, tem um papel específico, assim como outros territórios, na conclusão futura da utopia universal vieiriana. Vieira considera essa região um dos únicos espaços possíveis para o exercício da missionação no contexto da metade do século XVII. Essa é a chave para a compreensão de um dos grandes temas entre os biógrafos do famoso jesuíta: o porquê da sua renúncia dos negócios da Corte portuguesa, no auge de sua carreira diplomática, para abraçar uma vida simples de missionário. Ambos aspectos, o missionário e o político, estavam integrados em uma ideia mais ampla a respeito do futuro de Portugal no Mundo.
3. A obra profética de Vieira, comparada por ele com “palácios altíssimos”, constitui elemento não fragmentado do restante de sua produção. Atua de forma harmônica também entre seus escritos político-diplomáticos por tratar de uma utopia que anuncia esperanças, reconhecimento e glórias a Portugal, objetivo final dos embates diplomáticos que o jesuíta travou.
4. Por fim, cabendo a Portugal/Lisboa a importância e a realização desses acontecimentos, o Maranhão também ganha destaque na interpretação das profecias, já que o fim primeiro do Quinto Império era a conversão geral da gentilidade e o fim da heresia. Para o jesuíta a missão do Maranhão, vontade de Deus e do reino de Portugal, tornava suas esperanças mais próximas da realização desta utopia.

FONTES:

ACUÑA, Cristóbal de. Sacerdote, 1597-1675. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Trad. de Helena Ferreira – Rio de Janeiro: Agir, 1994.

Constituições da Companhia de Jesus. [anotadas pela Congregação Geral XXXIV e Normas Complementares aprovadas pela mesma Congregação]. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

Legítima sucessão comprovada pela legalidade do facto: analyse politica. Lisboa: impressão de Eugênio Augusto, 1828.

MENEZES, D. Luis de. *História de Portugal Restaurado*, oferecida ao ilustríssimo e excelentíssimo senhor D. José de Mascarenhas. Parte Primeira, Tomo II, Lisboa, na oficina de Domingues Rodrigues, 1751

SANTARÉM, Visconde de. *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potencias do Mundo desde o princípio da Monarchia Portuguesa até aos nossos dias*. Tomo quarto, primeira parte. Impresso por ordem do governo portuguez, Paris, em casa de J. P. Aillaud, 1843. Acessado em <https://books.google.com.br>.

VIEIRA, Antônio. *Cartas do Brasil*; organização e introdução João Adolfo Hansen. São Paulo: Hedra, 2003.

VIEIRA, Antônio. *Sermões*; organização e introdução Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001.

VIEIRA, Antônio. *As Lágrimas de Heráclito*; fixação dos textos, introdução e notas de Sonia N. Salomão. Tradução de Alírio Cardoso. São Paulo: Ed. 34, 2001.

VIEIRA, Antônio. *História do Futuro*: livro Antepreimeiro Prolegomenos a toda a história do futuro, em que se declara o fim, & se provão os fundamentos della; matéria, verdade, et utilidade da história do futuro. Belém: SECULT/IOE/PRODEPA, 1998.

VIEIRA, Antônio. “Proposta feita a El-Rei D. João IV, em que se lhe representava o miserável estado do reino e a necessidade que tinha de admitir os judeus mercadores que andavam por diversas partes da Europa”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951.

VIEIRA, Antônio. “Proposta que se fez ao Sereníssimo Rei D. João IV a favor da gente de nação, sobre a mudança dos estilos do Santo Ofício e do Fisco, em 1646”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951.

VIEIRA, Antônio. “Razões apontadas a El-Rei D. João IV a favor dos cristãos-novos, para se lhes haver de perdoar a confiscação de seus bens, que entrassem no comércio deste reino”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade, vol. IV, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951.

VIEIRA, Antônio. “Esperanças de Portugal, Quinto Império do Mundo, primeira e segunda vida de El-Rei D. João o quarto. Escritas por Gonsalvanes Bandarra e comentada pelo Padre Antônio Vieira da Companhia de Jesus e remetidas pelo dito ao Bispo do Japão, o Padre André Fernandes”. In: *De Profecia e Inquisição*. Brasília – Senado Federal, 2001.

VIEIRA, Antônio. “Papel a favor da entrega de Pernambuco aos Holandeses”. In: *Obras Completas*, pref. e notas de Antônio Sérgio e Hernâni Cidade, vol. III, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 1951.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, A. A. MARQUES de. Dívida pública: técnicas e práticas de refinanciamento do Estado no período da União Ibérica. In: *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*. Coordenação de Maria da Graça M. Ventura. Edições Colibri, Lisboa, 1997.

ALMEIDA, Gregório de. *Restauração de Portugal Prodígiosa*. Lisboa, 1643, 3v.

ALVAREZ, Fernando Bouza. 1640 perante o Estatuto de Tomar: Memória e juízo do Portugal dos Filipes. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993.

ALVES, Paulo Renato de Castro. *D. Luis da Cunha e os cristãos-novos*, s.d. Acessado em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf>.

AZEVEDO, Silvia Maria de. & RIBEIRO, Vanessa Costa (orgs). *Vieira: vida e palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BARBOSA, Leonardo Soares. *O Quinto Império: pragmatismo e profecia nos escritos do Padre Antônio Vieira*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

BARROS, Edval de Souza. *Negócios de Tanta Importância: o Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*. Lisboa: Centro de História de Além-mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores, 2008.

BESSELMAR, J. Van den. *Antônio Vieira: Profecia e polêmica*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BORRIELLO, L., CARUANA, E. & DEL GENIO, M. R. *Dicionário de Mística*. São Paulo: Paulus: Edições Loyola, 2003.

BOSI, Alfredo. “Vieira ou a cruz da desigualdade”. In: *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. Tradução de Maria Lucia Machado – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português – 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BUESCU, Ana Isabel. *Imagens do Príncipe*. Discurso Normativo e Representação (1525-1549). Lisboa: Edições Cosmos, 1996.

CAMELO, Marco Antônio da Costa. “A Estética da Criação Verbal de Padre Antônio Vieira sob a Óptica Bakhtiniana”. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras* – Belém: UNAMA, v. 10, n. 23, 2007.

CARDIM, Pedro. A Prática Diplomática na Europa no Antigo Regime. In: *História das Relações Internacionais: temas e debates*. Coord. Fernando Martins e Luís Nuno Rodrigues. Edições Colibri e CIDEHUS-UE, Lisboa, 2004.

CARDIM, Pedro e SABATINI, Gaetano (Eds). *Antônio Vieira, Roma e o Universalismo das Monarquias portuguesa e espanhola*. Lisboa: Centro de História de Além-mar/Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores/Università Degli Studi Roma Tre/Red Columnaria, 2011.

CARDIM, Pedro. “Entre Paris e Amsterdão. António vieira, legado de D. João IV no Norte da Europa (1646-1648)”. *Oceanos*, nº 30/31 (setembro, 1997).

CARDIM, Pedro. “O governo e a administração do Brasil sob os Habsburgo e os primeiros Bragança”. *Hispania*, vol. IX, nº 216 (janeiro-abril, 2004).

CARDIM, Pedro. “Os ‘Rebeldes de Portugal’ no Congresso de Münster (1644-1648)”. *Penélope. Fazer e desfazer a História*, nº 19/20 (1998).

CARDOSO, Alirio e CHAMBOULEYRON, Rafael. “Fronteiras da Cristandade: Relatos jesuítos no Maranhão e Grão-Pará (século XVII)”. In: DEL PRIORE, Mary & GOMES, Flavio. *Senhores dos Rios. Amazônia, Margens e História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARDOSO, Alirio. “AS FACES DO PADRE VIEIRA. O jesuíta no Maranhão, segundo seus biógrafos”. In: COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche (Orgs). *Maranhão: ensaios de biografia e História*. São Luís: Café & lápis/Eduema, 2011, v. 1.

CARDOSO, Alirio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CARDOSO, Alirio. *Maranhão na Monarquia Hispânica: intercâmbios, guerra e navegação nas fronteiras das Índias de Castela (1580-1655)*. Salamanca: tese de doutorado (História) apresentada à Universidad de Salamanca, 2012.

CARDOSO, José Luís, “O Pensamento Econômico na Época da Restauração”. In *Penélope*, Lisboa, nº 9/10, 1993, pp. 135-149.

CARVALHO, Marcelle Ventura, A Alegoria no Sermão da Epifania. *Graphos*. João Pessoa, v. 8, n. 1, jan/jul/2006.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: 3º ed., Forense, 2011.

CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Unesp, 2004.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Editora Açaí, 2010.

CHAMBOULEYRON, Rafael. "MUITA TERRA... SEM COMÉRCIO". O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII e XVIII". In: *Outros Tempos*; Volume 8, número 12, dezembro de 2011 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. "*Para aumento da conquista e bom governo dos moradores*": o papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e colonização do território do Maranhão (1615-1668). Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2011.

CORTESÃO, Jaime. *A missão dos padres matemáticos no Brasil*, Lisboa: Studia/Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, no 1, janeiro de 1958

CORTESÃO, Jaime. *O Ultramar português depois da Restauração*. Obras Completas, XX; Portugal Editora, Lisboa, 1967.

COSTA, L. F. *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Vol. 1, Lisboa, CNCDP, 2002, pp. 477-493.

COSTA, Fernando Dores. *A Guerra de Restauração (1641-1668)*. Livros Horizonte, Lisboa, 2004.

COSTIGAN, Lúcia Helena (org). *Diálogos da conversão: missionários, índios, negros e judeus no contexto ibero-americano do período barroco*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

CURTO, Diogo Ramada. *A Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Edições 70, LDA, Coimbra, 2011.

CURTO, Diogo Ramada. A Publicidade da nova. In: *A Cultura Política no tempo dos Filipes (1580-1640)*. Edições 70, LDA, Coimbra, 2011.

DE AZEVEDO, João Lúcio. *Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999.

DE MARTINI, Marcus. *HISTÓRIA DO FUTURO E PROFECIA DO PASSADO: o pensamento profético de padre Antônio Vieira face aos autores antigos e modernos*. In: Revista Aletria, nº especial, jul-dez de 2009.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

ELLIOTT, John H. *Espanha, Europa y el Mundo de Ultramar (1500 – 1800)*. Santillona ediciones Generales, S. L., Madrid, 2010.

ERICEIRA, Conde de. *História de Portugal Restaurado*. Lisboa. Na Oficina de João Galvão, ano de 1679. Acessado em: <https://books.google.com.br>

FALBEL, Nachman. *Judeus no Brasil: estudos e notas*. São Paulo: Humanitas; Edusp, 2008.

FARIA, João André de Araújo. *A Restauração Prodigiosa de Portugal*. 1640-1668. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. RJ, 2010.

FRANCO, José Eduardo. Projeto de cidadania do futuro: Quinto Império como possibilidade de um Mundo Novo segundo Vieira. In: *Vieira: vida e palavra*. Organizadoras: Silvia Maria Azevedo e Vanessa Costa Ribeiro. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

GOMES, Cassiana Maria Mingotti Gabrielli. *Diplomacia e Concorrência colonial – Portugal e França (1640-1715)*. Tese apresentada a programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

GRAHAM, Thomas Richard. *The jesuit Antonio Vieira and his plans for the economic rehabilitation of seventeenth-century Portugal*. Coleção Monografias I, publicada pela Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia – Departamento de Arte e Ciências Humanas, divisão de arquivo do Estado do São Paulo: SP, 1978.

GROH, Thiago. *A Política externa de D. João IV e o Padre Antônio Vieira: as negociações com os países Baixos (1641-1648)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2011.

GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do Mundo: história de uma mundialização*. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago – Belo Horizonte: Editora UFMG: São Paulo: Edusp, 2014.

HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: ateliê Editorial; Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

HANSEN, Adolfo. “Vieira: tempo, alegoria, história”. In: *Broteria*, vol. 145, n. 4, (1997).

HANSEN, João Adolfo. Sistemas doutrinários da representação nas obras de Antônio Vieira. In: *Vieira: vida e palavra*. Organizadoras: Silvia Maria Azevedo e Vanessa Costa Ribeiro. Edições Loyola, São Paulo, 2008.

HANSEN, João Adolfo. “José van den Besselar, Antônio Vieira: profecia e polemica”. In: Antônio Vieira and the Luso-brazilian Baroque. Editors: Thomas Cohen and Stuart B. Schwartz; vol. 40, number 1, 2003, The University of Wisconsin Press.

HAUSER, A. J; WATSON, D. F. (eds). A History of Biblical Interpretation, v. 2: The Medieval through the Reformation Periods. Grand Rapids, Michigan, Cambridge, UK: William B. Eedermans Publishing Company, 2009.

HERMANN, Jacqueline. *No Reino do Desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HESPANHA, A. M. “A Restauração portuguesa nos capítulos de corte de Lisboa de 1641”. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993, nº9 e 10.

HESPANHA, A. M. As Faces de uma “Revolução”. In: *Penélope: fazer e desfazer História*. Lisboa: Cosmos, 1993, nº9 e 10

KAYSERLING, Meyer. História dos judeus em Portugal. Tradução: Anita Waingort Novinsky, Gabriele Borchardt Corrêa da Silva – São Paulo: Perspectiva, 2009.

LENK, Wolfgang. *Guerra e Pacto colonial: A Bahia contra o Brasil holandês (1624-1654)*, São Paulo: Alameda, 2013.

LIMA, Luís Filipe Silvério. *Império dos Sonhos: Narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo brigantino*. São Paulo: Alameda, 2010.

MAGALHÃES, Leandro Henrique. *Padre Antônio Vieira e a economia portuguesa na época da restauração*. Revista de História Regional 11(1), Verão, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos Discursos*; trad. Sírio Possentti – São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARQUES, Guida. *L’Invention du Bresil entre deux monarchies. Gouvernement et pratiques politiques de l’Amérique portugaise dans l’union iberique (1580-1640)*. Paris: Tese de doutorado apresentada a *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*, 2009.

MARAVALL, José Antonio. *A Cultura do Barroco: Análise de uma Estrutura Histórica*; prefácio Guilherme Simões Gomes Jr.; tradução Silvana Garcia. – 1. Ed. 2. Reimpressão. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

MEGIANI, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado. Expectativas do messianismo régio em Portugal. Séc. XIII-XVI*. São Paulo: Hucitec, 2003.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 1641-1669*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MENDES, Margarida Vieira. *A Oratória Barroca de Vieira*, Lisboa, Caminho, 1989.

MENDES, Margarida Vieira. Vieira no cabo de não: Os descobrimentos no livro Antepreimeiro da História do Futuro. In: SEMEAR 2, PUC- Rio, 1997.

MIRANDA, Bruno Romero Ferreira. *Gente de Guerra*: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630-1654). Tese de Doutorado na Universidade de Leiden. 2011.

MOERBEECK, Jan Andries. *Os Holandeses no Brasil*. Documentos Históricos I, Instituto do açúcar e do álcool, traduzida pelo Rve. Pde. Fr. Agostinho Keijzers, O. C. e José Honório Rodrigues, prefácio, notas e bibliografia de José Honório Rodrigues, 1942. Acessado em: www.memoria.org.br.

MORAES, José de (Pe.). *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*. Colégio do Pará, 1789. Editado pela Editorial Alhambra, Rio de Janeiro, 1987.

MUHANA, Adma. “Do Processo de Vieira na Inquisição”. In: *Asas da Palavra – Revista de Letras – Belém: UNAMA*, v. 10, n. 23, 2007.

NISKIER, Arnaldo. *Padre Antônio Vieira e os Judeus*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

OLIVEIRA, Maria Izabel Barbosa de Moraes. *O Príncipe Pacífico*: Bossuet, Luís IV e Antônio Vieira. Café e Lápis, EDUFMA, São Luís, 2013.

PARKER, Geoffrey (Ed.). *La crisis de la Monarquía de Felipe IV*. Barcelona/Valladolid: Editorial Crítica/Universidad de Valladolid, 2006.

PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento*: a unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira – 2º edição – Campinas, SP: Editora da UNICAMP; São Paulo, SP: Editora da USP, 2008.

PÉCORA, Alcir. “Cartas à Segunda Escolástica”. In: NOVAIS, Adauto (org). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PÉCORA, Alcir. *Sermões*: a pragmática do mistério. In: VIEIRA, Antônio. *Sermões*, Tomo II / organização e introdução Alcir Pécora, São Paulo: Hedra, 2001.

PÉCORA, Alcir. Vieira, a Inquisição e o Capital. In: *Topoi*, Revista de História – Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, Vol. 1, 7letras, Rio de Janeiro, 2000.

PRIORE, Mary Del & GOMES, Flávio dos Santos. *Senhores do Rio*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

RUIZ GONSALEZ, Rafael. *São Paulo na Monarquia Hispânica*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2004.

SCHAUB, Jean-Frédéric. *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*. Lisboa: Livros Horizontes, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo ibérico*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc, 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. “Prata, açúcar e escravos: de como o império resgatou Portugal”. In: *Tempo*, vol. 12, nº 24 (2008).

SENELLART, Michel. As artes de governar: do regime medieval ao conceito de governo. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 2006.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Vieira e os conflitos com os colonos do Pará e Maranhão”. In: *Luso-Brazilian Review*, vol. 40, nº 1, 2003.

STELLA, Roseli Santaella. *O Domínio Espanhol no Brasil durante a Monarquia dos Filipes (1580-1640)*. São Paulo: Centro Universitário Ibero-Americano, 2000.

TORGAL, Luis Reis. Acerca do significado sociopolítico da ‘Revolução de 1640, in: *Revista de História das Ideias*, v.6. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1984.

VAINFAS, Ronaldo. *Jerusalém Colonial: judeus portugueses no Brasil holandês*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VAINFAS, Ronaldo. “Guerra declarada e paz fingida na Restauração Portuguesa”. In: *Tempos*, julho de 2009.

VALLADARES, Rafael. *A Independência de Portugal – guerra e restauração 1640-1680. A esfera dos livros*, Lisboa, 2006.

VALLADARES, Rafael. “El Brasil y las Indias españolas durante la sublevación de Portugal (1640-1668)”, Madrid: *Cuadernos de Historia Moderna*, nº 4, 1993.

VALLADARES, Rafael. *Portugal y la Monarquía Hispánica (1580-1668)*, Madrid, Arco/libros, 2000.

VILARDAGA, José Carlos. “São Paulo na órbita do império dos Felipes: conexões castelhanas de uma vila da América portuguesa durante a União Ibérica (1580-1640)”. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 2010.